

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica da Prof. Doutora Ana Santos Pinto e coorientação científica da Prof. Doutora Raquel Vaz Pinto

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, esta dissertação não seria possível sem a contribuição e apoio da minha família, amigos e colegas de trabalho cujo apoio, carinho e paciência não posso deixar de agradecer.

Em segundo lugar, um sentido agradecimento às pessoas que orientaram o meu trabalho, a Prof. Doutora, Ana Santos Pinto e a Prof. Doutora Raquel Vaz Pinto pela compreensão, paciência e pelos conselhos prestados, decisivos e imprescindíveis para elaboração desta dissertação.

**As visões de política externa Norte-Americana e Chinesa no contexto da
região Ásia-Pacífico.**

João Pedro Rendeiro Marques Moreira Pinto

RESUMO

Após a Guerra Fria e sobretudo nos últimos anos, o enfoque estratégico norte-americano tem-se vindo, gradualmente, a desviar do Atlântico e a intensificar-se na região da Ásia-Pacífico, em grande medida devido ao rápido crescimento económico da RPC, de países emergentes, e da crescente importância geoestratégica e geopolítica que esta região tem vindo a assumir sobretudo a partir da década de 1990.

Dado que uma grande parte do comércio mundial passa por esta região, o Estreito de Taiwan, tem-se revelado, para ambas as potências, um espaço vital para o controlo estratégico, político e militar da região Ásia-Pacífico e como tal um assunto delicado, que coloca ambos os Estados num clima de competição e confronto.

PALAVRAS-CHAVE: Ásia-Pacífico, Estados Unidos, República Popular da China, Taiwan, Geoestratégia, Geopolítica, Política-externa.

ABSTRACT

After the cold war and mainly in the last years, North American strategic approach has been gradually sidestepped from the Atlantic and, therefore, enhanced in Asia Pacific region. This is due to the accelerated economic growth of both PRC and emerging countries and also to the growing of the geostrategic and geopolitics value which this region has been assuming first and foremost since the decade of 1990.

As a big chunk of the world's trade takes place in this region, Taiwan Straits has become a crucial position towards strategic, political and military control of Asia Pacific region for world powers. This delicate matter places both states in a competitive and confront climate.

KEYWORDS: Asia-Pacific, United States of America, People's Republic of China, Taiwan, Geostrategy, Geopolitics, Foreign policy.

ÍNDICE

I - INTRODUÇÃO	1
II - QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL	8
1. EQUILÍBRIO E BALANÇA DE PODER	12
2. HEGEMONIA E TRANSIÇÃO DE PODER.....	13
3. OUTRAS NOÇÕES OPERATIVAS: POLÍTICA EXTERNA; ANTI- ACCESS/AREA DENIAL; DETERRENCE (DISSUASÃO).....	15
III - A GEOGRAFIA DO ESPAÇO PARA A COMPREENSÃO DA ARQUITETURA DE SEGURANÇA DA REGIÃO ÁSIA-PACÍFICO.....	17
1. CONTEXTO GEOGRÁFICO DA REGIÃO.....	17
IV - QUESTÕES EM TORNO DA ASCENSÃO CHINESA E DA POLÍTICA EXTERNA NA REGIÃO E PARA OS EUA.....	22
1. A CHINA, UM PODEROSO DRAGÃO MILENAR OU UMA POTÊNCIA DE CRISTAL?	22
2. ENTRE O PACIFISMO E O REVISIONISMO. O ESTRANHO CASO DA ASCENSÃO PACÍFICA CHINESA.....	29
V - A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA E ESTRATÉGIA CHINESA PARA A REGIÃO E PARA COM OS EUA.....	31
1. O DEBATE EM TORNO DA EXISTÊNCIA DE UMA GRANDE ESTRATÉGIA CHINESA.....	31
2. A GRANDE ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO PACÍFICO CHINÊS.....	33
3. A RPC E O MUNDO HARMONIOSO.....	35
4. O DECLÍNIO NORTE-AMERICANO E O DESPERTAR DO DRAGÃO: O MOMENTO DA “OPORTUNIDADE ESTRATÉGICA”.	37
VI - A PRESENÇA DOS EUA NA REGIÃO ÁSIA-PACÍFICO E AS SUAS RELAÇÕES COM O GRANDE DRAGÃO ASIÁTICO.	40
1. OS PRIMEIROS CONTACTOS.....	40
2. O INÍCIO DE UM RELACIONAMENTO DIFÍCIL.....	41
3. A NECESSIDADE DE REAPROXIMAÇÃO NUMA GUERRA IDEOLÓGICA.....	44
4. A ABERTURA DA RPC E UMA NOVA ERA NAS RELAÇÕES COM OS EUA.....	45
VII - OS EUA NO PACÍFICO, POTÊNCIA HEGEMÓNICA NUM SISTEMA INTERNACIONAL UNIPOLAR, OU APENAS UM JOGO DE SOMBRAS?	49

1. A PRESENÇA DOS EUA NA REGIÃO, BENIGNA OU GERADORA DE CONFLITO?.....	49
VIII - A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA DOS EUA PARA COM A RPC NO CONTEXTO DO ESTREITO DE TAIWAN	53
1. A IMPORTÂNCIA DA DEFESA DE TAIWAN E A SUA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA PARA A CONTENÇÃO DO COMUNISMO.....	53
2. O NASCIMENTO DA “ESTRATÉGIA DE AMBIGUIDADE” COMO ALTERNATIVA A UM CONFLITO INDESEJADO.....	55
3. O PROJETO INDEPENDENTISTA TAIWANÊS E AS DIFICULDADES DOS EUA NA MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA DE AMBIGUIDADE FACE À IMPACIÊNCIA CHINESA.....	57
4. AS AQUISIÇÕES DE ARMAMENTO DE TAIWAN E A RESPOSTA DA RPC.....	59
5. A ADMINISTRAÇÃO BUSH E A FORMULAÇÃO DE UMA NOVA POSTURA PERANTE A RPC.....	60
6. OS RESULTADOS DA “CLARIDADE ESTRATÉGICA” E A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO BUSH EM DAR UM PASSO ATRÁS.....	62
7. A ADMINISTRAÇÃO OBAMA, ENTRE O “REBALANCE” E A ACOMODAÇÃO. REVIRAVOLTA PACIFISTA NAS RELAÇÕES COM A RPC OU UMA NOVA FORMA DE “CONTENÇÃO”?	65
8. A CONSTRUÇÃO DA GRANDE MURALHA AMERICANA	70
8.1. A PRESENÇA DOS EUA NO JAPÃO.....	71
8.2. A PRESENÇA DOS EUA NA COREIA DO SUL	72
8.3. A PRESENÇA DOS EUA EM TAIWAN.....	73
8.4. A PRESENÇA DOS EUA NAS FILIPINAS.....	74
8.5. A PRESENÇA DOS EUA NO VIETNAME	75
8.6. A PRESENÇA DOS EUA NA TAILÂNDIA	76
8.7. A PRESENÇA DOS EUA EM SINGAPURA.....	77
8.9. A PRESENÇA DOS EUA NA INDONÉSIA.....	78
IX – O ESCALAR MILITARISTA ENTRE OS EUA E A RPC. A EVOLUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DE DEFESA EM COMPARAÇÃO.	79
1. A EVOLUÇÃO DAS DESPESAS E INVESTIMENTOS CHINESES NA DEFESA.	80
2. A EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DOS EUA DESDE O FIM DA GUERRA-FRIA.	83
X - A CRISE DO ESTREITO DE 1996. ONDE A ÁGUIA ENCONTRA O DRAGÃO	85

1. TAIWAN MAIS DO QUE UMA QUESTÃO DE ORGULHO, UMA QUESTÃO DE AFIRMAÇÃO E DE SOBERANIA TERRITORIAL.	85
2. O SOAR DAS TROMBETAS DE GUERRA. A CRISE DE 95-96 EM ANÁLISE.	86
3. A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O TIGRE E O DRAGÃO APÓS A CRISE	91
4. QUANTO VALE UMA ILHA PARA AS GEOESTRATÉGIAS DOS EUA E RPC?	94
CONCLUSÃO.....	96
ANEXOS	1

LISTA DE ABREVIATURAS

ACS – Aegis Combat System

AIT – American Institute in Taiwan

ASEAN – Association of South East Asian Nations

APEC – Asia-Pacific Economic Cooperation

ARATS – Association for Relations Across the Taiwan Strait

BRICS – Acrónimo para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (South Africa)

CARAT – Cooperation Afloat and Rediness and Training

CSIS – Center for Strategic & International Studies

DPP – Democratic Progressive Party

DoD – Department of Defense

EDCA – Enhanced Defense Cooperation Agreement

ELP – Exército de Libertação Popular

EUA – Estados Unidos da América

FMAT – Federação Mundial da Associações Taiwanesas

FMI – Fundo Monetário Internacional

IMFT – International Military Trading Funds

KMT – Kuo-Min-Tang

KORUS – Korean-U.S. Free Trade Agreement

NATO – North Atlantic Treaty Organization

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAP – Polícia Armada do Povo

PCC – Partido Comunista Chinês

PIB – Produto Interno Bruto

RC – República da China

RMB – Renminbi

RPC – República Popular da China

SDN – Sociedade das Nações

SEF – Strait Exchange Foundation

TDM – Tratado de Defesa Mútua

TPR – Taiwan Policy Review

TRA – Taiwan Relations Act

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USD – United States Dólares

USPACOM – United States Pacific-Asia Comand

I - Introdução

A relação entre os Estados Unidos da América (EUA) e a República Popular da China (RPC) é tida por muitos académicos e dirigentes políticos como uma das mais complexas relações bilaterais da política internacional.

Ao longo das duas últimas décadas do século XX e dos primeiros anos do século XXI muitos têm vindo a levantar a hipótese de que a RPC venha a ultrapassar economicamente, e talvez militarmente¹, os EUA já no fim do primeiro quartel do presente século. Naturalmente tal hipótese levanta algumas preocupações da parte de Washington no que respeita à sua política para com a RPC e para a manutenção do seu estatuto de preponderância na região Ásia-Pacífico.

De facto, ainda durante a Guerra-Fria, a gestão da política externa dos EUA para com a RPC e a sua posição no planeamento estratégico norte-americano não tem sido, de todo, totalmente consensual no seio das elites políticas sendo que, o relacionamento “não oficial” com Taiwan tem vindo constantemente a pôr à prova as relações entre Washington e Pequim.

Após a Guerra Fria e sobretudo nos últimos anos, o enfoque estratégico norte-americano tem-se vindo, gradualmente, a desviar do Atlântico e a intensificar-se na região da Ásia-Pacífico, em grande medida devido ao rápido crescimento económico da RPC, de países emergentes, e da crescente importância geoestratégica e geopolítica que esta região tem vindo a assumir, sobretudo a partir da década de 1990. Dado que uma grande parte do comércio mundial passa por esta região, o Estreito de Taiwan, tem-se revelado, para ambas as potências, um espaço vital para o controlo estratégico, político e militar da região e como tal um assunto delicado, que coloca ambos os Estados num clima de competição e confronto.

¹ Robert Ross destaca no seu texto, *China Naval Nationalism: Sources, Prospects, and the U.S. Response*, que mesmo os altos comandos militares chineses reconhecem que o poder militar da China está ainda muito atrasado quando comparado com os EUA. Ross chega mesmo a referir que altas patentes do Exército de Libertação Popular admitem que, no que toca a meios tecnológicos e capacidade de projeção de força, o exército chinês está pelo menos com 50 anos de atraso em relação ao exército Norte-Americano. ROSS, Robert (2009). *China Naval Nationalism: Sources, Prospects, and the U.S. Response*. In *International Security*, vol. 34, nº2, pp. 46-81.

Ainda durante o segundo mandato da administração de George W. Bush, assistimos ao retorno de uma fricção crescente entre os EUA e a RPC à medida que o ceticismo sobre a compatibilidade dos interesses e valores entre estas duas potências aumentava.

Para além do impasse no estreito de Taiwan e a ameaça chinesa sobre a ilha, o crescimento exponente do poder militar chinês, o impacto das disputas territoriais nos mares do sul da china e na economia global são alguns dos fatores que levantam, no seio das elites políticas Norte-Americanas, o espectro de uma nova rivalidade global, possivelmente à semelhança daquilo que foi a Guerra-Fria, por poder e influência no mundo.

Dito isto, a ascensão económica e militar chinesa parece-me ser a base ou até mesmo a chave para a compreensão do atual contexto político do Estreito de Taiwan, da importância desta região, do *rebalance* militar e diplomático de Washington, bem como o futuro das relações bilaterais EUA-RPC neste mesmo ambiente.

Introduzido o tema em análise passo à explicitação da abordagem metodológica seguida ao longo do texto das dimensões, dos eixos problemáticos e das hipóteses às quais se pretende identificar e dar resposta.

Como já havia referido, é nesta região que se encontram grande parte dos países com maiores índices de crescimento económico, com destaque para a RPC que para além disso está a emergir como potência regional, tornando a região Ásia-Pacífico o possível cenário do próximo confronto entre uma potência em ascensão e uma potência dominante no sistema internacional e regional.

Neste sentido, e dada a experiência e o conhecimento histórico que temos sobre a confrontação de grandes potências e a transição do poder no sistema internacional, creio que se trata de um tema pertinente à escala global e cujo entendimento passa em primeiro lugar, por compreender a região como palco das interações entre os principais atores regionais, EUA e RPC, conhecer os atores em questão, as suas realidades, interesses e objetivos nesse mesmo espaço e por fim compreender as questões e diferendos que marcam as relações entre essas potências e de que forma evoluem essas relações nesse ambiente regional.

Assim partindo das seguintes questões - *Como se caracteriza a relação entre os EUA e a RPC no atual ambiente de competição geopolítica, estratégica e militar na*

região Ásia-Pacífico? – Qual a influência do conflito no Estreito de Taiwan nas relações geopolíticas entre os EUA e RPC? - a estrutura da presente tese segue uma abordagem do tipo descritivo e explicativo que partirá do recurso a algumas fontes primárias (relatórios, declarações e documentação oficiais) mas sobretudo à revisão da literatura existente. A bibliografia dedicada à análise do tema é bastante recente, a sua maioria desde a última metade da última década do século XX, contando particularmente com as contribuições importantes de autores, entre outros, como Robert Ross, Alexandre Carriço, Barry S. Posen, Susan Shirk, Yuan-Kang Wang, Michael J. Green, William Wolforth, entre muitos outros.

A re-ascensão da RPC é atualmente uma das questões mais relevantes no planeamento político e estratégico dos EUA. A hipótese de trabalho que se pretende investigar nesta dissertação assenta na existência de uma dinâmica de interdependência entre a evolução das estratégias de política externa dos EUA e RPC para região Ásia-Pacífico, como os efeitos desta dicotomia, EUA vs RPC, no contexto regional do estreito de Taiwan, se fazem sentir no xadrez geopolítico da região e como pode o *status quo* aí estabelecido ser abalado.

Como tal, a investigação terá em conta três atores chave para o problema, EUA-RC-RPC tendo como ponto de partida três eixos de investigação principais:

1. O primeiro prende-se diretamente com a evolução da estratégia de política externa Norte-Americana no contexto regional Ásia-Pacífico;
2. Por sua vez, o segundo eixo terá em conta a evolução da visão estratégica e de política externa da RPC nesse mesmo contexto regional;
3. O terceiro eixo, relacionando-se com os dois anteriores, terá especial enfoque na posição estratégica de Taiwan para os interesses norte-americanos e chineses nessa mesma região, numa lógica de competição geoestratégica EUA vs RPC;

Derivados destes três eixos, serão contemplados seis dimensões do problema de investigação:

1. Enquadramento teórico e histórico da evolução das relações EUA-RPC no contexto regional, tendo em perspectiva o conflito do estreito de Taiwan;
2. Ascensão económica e militar da RPC, as suas implicações para o *status quo* existente no estreito, e o impacto na estratégia de segurança Norte-Americana para a região;

3. Identificação dos desafios internos e externos da RPC que dificultam que esta se possa assumir como a potência hegemónica e líder no contexto regional.

4. Importância estratégica e implicações da cooperação política e de defesa EUA-Taiwan para as relações EUA-RPC;

5. Evolução das alianças bilaterais e formação de uma rede de parceiros (“Hubs and Spokes”) como parte de uma estratégia para contrabalançar, conter, e controlar as ambições e poder chinês;

6. Reforço do poder e presença militar dos EUA na região numa perspectiva de estratégia de dissuasão e contenção.

Identificados os eixos e as dimensões do problema passamos às variáveis e relações entre elas.

Com base numa análise multivariada identifica-se como principal variável a relação de interdependência das visões geoestratégicas e de política externa dos EUA e RPC, sendo esta o motor-chave que vai mover e influenciar toda a lógica de inter-relações entre as demais variáveis.

Como tal, as relações EUA-RPC, e as diferentes visões de política externa para a região serão o fator chave nesta relação de variáveis.

Assim, decorridas desta primeira variável relacionam-se outras três variáveis:

1. Evolução da política externa e estratégia de segurança Norte-Americana para a região Ásia-Pacífico. Aferida através de descritores como: acordos bilaterais de cooperação e amizade ou alianças com os vários países na região; posicionamento de forças militares; envio de comitivas e embaixadas para aos vários países da região. Serão, igualmente, considerados indicadores: os vários acordos bilaterais; número de comitivas; número e natureza dos meios militares disponíveis.

2. Evolução da posição estratégica de Taiwan para a política externa e de segurança dos EUA e RPC, que se procurará explicar através do recurso a descritores como: acordos de cooperação Taiwan-RPC – ex. Acordo de Cooperação económica de 29 de Junho de 2010; Medidas e legislação chinesa para dissuadir a vontade independentista – ex. Lei Anti-Secessão de 2005; acordos de defesa militar, a venda de armas ou a disponibilização de meios militares para a defesa da ilha da parte dos EUA; capacidade de Taiwan em garantir a sua independência face à RPC. Esta informação será complementada através de indicadores como: número de acordos com ambas as potências

em questão; número de armas e equipamentos militares adquiridos por Taiwan aos EUA; número de equipamentos e efetivos alocados pelos EUA para a defesa do Estreito.

3. Ascensão militar e económica da RPC. Sendo esta última, uma variável explicativa que influencia diretamente as três anteriores. Para tal, serão utilizados descritores como o orçamento e despesa militar chinesa; índices económicos; acordos comerciais com os demais países da região e indicadores como o número de armas e equipamentos adquiridos ou os diversos parceiros e acordos comerciais;

Da variável, “evolução da política externa e estratégia de segurança Norte-Americana para a região Ásia-Pacífico”, surgem outras três variáveis que com esta se relacionam:

1. Cooperação política e militar EUA-Taiwan. (Descritores: os acordos entre estes dois atores; política de defesa da Ilha; Indicadores: número desses mesmos acordos; equipamentos e efetivos aí estacionados;

2. Evolução do poder e das capacidades militares de ambos os países. (Descritores: posicionamento de tropas e aquisição de meios militares. Indicadores: manobras militares);

3. Tensão e competição com a RPC; (Descritores: confrontos e incidentes entre estes dois Estados; Relatórios oficiais sobre estratégias militares de ambos países; Indicadores: número de ocorrências e incidentes militares, políticos e diplomáticos);

Tendo em conta as diferentes dimensões do problema e a proposta de relações estabelecidas entre as variáveis, as hipóteses de trabalho complementares e que se pretendem validar são:

Como se caracteriza a relação entre os EUA e a RPC no atual ambiente de competição geopolítica, estratégica e militar na região Ásia-Pacífico? – Qual a influência do conflito no Estreito de Taiwan nas relações geopolíticas entre os EUA e RPC?

- A ascensão militar da RPC potencia a crescente militarização na região;
- Desenvolvimento de uma política de “containment” por parte dos EUA face à RPC;
- As alianças bilaterais ajudam a manutenção dos EUA como potência dominante na Ásia-Pacífico;

- A cooperação EUA-Taiwan possibilita um aumento de tensões e conseqüente escalar do conflito;

Importa frisar que a proposta de trabalho inicial que se pretende investigar assenta na ascensão da RPC, na existência de uma dinâmica de interdependência entre a evolução das estratégias de política externa dos EUA e RPC para região Ásia-Pacífico e quais os efeitos desta dicotomia, EUA vs RPC, no contexto regional do estreito de Taiwan, como se fazem notar na estrutura geopolítica da região, e de que forma podem abalar o *status quo* aí estabelecido.

Posto isto será pertinente fazer uma introdução à estrutura desta dissertação cujo raciocínio que sustentará o teste às hipóteses aqui levantadas expressa-se na adoção do seguimento dos capítulos deste mesmo trabalho.

O primeiro capítulo desta análise (*Capítulo teórico e quadro conceptual*) prende-se com a clarificação de noções e conceitos operativos que vão estando direta ou indiretamente presentes um pouco ao longo de todo o texto e que são importantes para uma melhor compreensão do presente trabalho.

Segue-se o capítulo, “*A Geografia do espaço para a compreensão da arquitetura de segurança da região Ásia-pacífico*”, que como o próprio título indica, define e dá a conhecer o espaço, o ambiente regional e a arquitetura regional, enunciando também algumas das questões geopolíticas que separam a RPC e os EUA. Digamos que se trata de conhecer o tabuleiro antes de passarmos às peças que o constituem.

O capítulo seguinte – “*Questões em torno da ascensão chinesa e da política externa na região e para os EUA*” – aborda a ascensão económica chinesa dando enfoque às condições que fazem deste Estado uma potência em ascensão temível assim como os aspetos mais frágeis e que limitam o seu poder na região e com os quais o governo chinês tem tido problemas em resolver.

No mesmo capítulo é dada importância à evolução, de um ponto de vista histórico e compreensivo, de uma grande estratégia chinesa para região e se a RPC se destaca como uma potência pacífica e acomodada na região ou se pelo contrário, estamos perante uma potência com o interesse de impor o seu domínio pela via clássica da intimidação e da força sobre os seus vizinhos e numa lógica de preparação para o confronto com a potência dominante, os EUA.

O capítulo seguinte, *A presença Norte-Americana na região Ásia-Pacífico e as suas relações com o grande Dragão asiático*, pretende dar uma contextualização actual sobre a presença e a arquitetura militar e estratégica Norte-Americana na região refletindo se essa presença dos EUA como potência hegemónica neste espaço, parte dele visto como a área de influência de outra potência, a RPC, é benigna ou geradora de conflito na região. Para tal este capítulo compreende uma análise da evolução histórica das relações entre os EUA e a RPC e da política externa de Washington para o com o gigante asiático em geral partindo depois para uma reflexão sobre as mesmas inseridas num cenário muito específico e complexo que é o conflito no Estreito de Taiwan.

Dado o recrudesimento das tensões militares e geoestratégicas na região entre as duas principais potências, em particular no contexto de Taiwan, o capítulo seguinte, *“Contar espingardas em tempos de paz. A evolução dos orçamentos de defesa em comparação”*, consiste numa análise comparativa dos orçamentos, despesa e investimentos dos respetivos departamentos da defesa no reforço das capacidades militares.

O último capítulo, *“A Crise do Estreito de 1996. Onde a Águia encontra o Dragão”*, ilustra a importância de Taiwan para os interesses e para a política externa de ambos os Estados na região lançando uma análise compreensiva e histórica da evolução do conflito e de como o mesmo foi abordado por ambas as partes, evidenciando o governo de Taipé como um ator chave e influenciador da dinâmica das relações entre a águia americana e o dragão asiático.

O contributo que se pretende oferecer com esta dissertação passa pela dupla análise da evolução das respetivas visões de política externa e de geoestratégia dos EUA e da RPC e da evolução histórica da dinâmica das suas relações no contexto regional, tendo a questão do conflito no Estreito de Taiwan em perspectiva.

No seguimento desta lógica da dinâmica das relações bilaterais EUA-RPC, é pretendido transportar o debate sobre as considerações de hegemonia e teorias de equilíbrio e transição de poder para a região Ásia-Pacífico dentro do contexto das relações entre a potência dominante, os EUA e a potência re-emergente, a RPC.

Desta dinâmica de relações, a presente dissertação esboça uma tentativa de elencar os principais motivos que contribuem para a ascensão militar e naval chinesa; Compreender a orientação e os objectivos da política externa de Pequim para a região e

perante a forte presença militar dos EUA; Perceber até que ponto a ascensão económica e militar chinesa pode ser uma ameaça aos interesses norte-americanos e à sua posição de liderança na Ásia-Pacífico; Acompanhar a evolução das políticas e estratégias levadas a cabo pelos EUA em relação ao problema de uma China em plena re-ascensão e se é possível identificar uma concertação estratégica no sentido da contenção desta potência regional com recurso ao estabelecimento de uma rede de alianças e parcerias estratégicas com os seus vizinhos; Por último, perceber qual a importância estratégica e política de Taiwan numa lógica de conflito nas relações EUA-RPC e no xadrez político regional.

II - Quadro Teórico e Conceptual

Tendo em perspectiva a dinâmica das relações entre os EUA e a RPC e o impasse que se vai mantendo em torno da resolução do conflito ainda vivido no Estreito de Taiwan esta tese assenta na premissa de que a estrutura internacional, em concreto a estrutura regional da Ásia-Pacífico, é definida pelo seu princípio de primeira ordem, a anarquia².

O princípio da ordem anárquica do sistema internacional é descentralizada, isto é, não existe nenhum centro formal de autoridade sendo que cada Estado soberano é formalmente igual nesse mesmo sistema. Neste contexto os vários Estados agem e interagem entre si de acordo com os seus próprios interesses e em detrimento dos interesses dos demais Estados³.

Reconhecendo que as instituições internacionais e a sociedade internacional em geral podem numa primeira instância limitar as ações de um Estado, no que toca ao caso específico dos EUA e da RPC, é possível considerar que o jogo de poder e de dissuasão

² TALIAFERRO, Jeffrey W. (2000). Security Seeking under Anarchy, Defense Realism Revisited. In *International Security*, vol. 25, nº3, pp. 128-161.

³ Cf. entre outros: Donnelly, Jack. "Realism." (2005). In Burchill, Scott, et al. *Theories of international relations*. Palgrave Macmillan, 2013. P.29-54; Buzan, B., Jones, C. A. and Little, R. (1993) *The Logic of Anarchy: Neorealism to Structural Realism* (New York); Mearsheimer, J. J. (1995). A realist reply. *International Security*, 20(1), 82-93.

militar⁴ na região Ásia-Pacífico, que opõe estes dois atores está longe de ser mitigado pelas mesmas⁵.

Contudo, diferindo da sua versão clássica⁶, a proposta inicial do neorealismo, e sobre a qual assenta também esta tese, assevera que os conflitos bélicos são perfeitamente possíveis de serem evitados pois existem diversos fatores que permitem reduzir a frequência e necessidade das guerras, promovendo ao invés o caminho para a construção de um sistema internacional estável e pacífico.

Ainda que inseridos em instituições promotoras e facilitadoras de relações de cooperação entre Estados, isto não invalida que os mesmos deixem de temer pela sua própria sobrevivência e de analisar a sua fraqueza em relação a outros Estados com maiores capacidades. Isto porque se considera que, atualmente o poder não se joga exclusivamente na capacidade militar mas sim também em outras áreas como a geopolítica, diplomacia ou economia. Assim a principal força motriz da ação de um Estado continua a ser a garantia do seu estatuto no sistema e em casos mais extremos, a sua própria sobrevivência⁷.

Segundo Taliaferro, para neorealistas como Waltz ou Mearsheimer é este o principal motivo que influencia os Estados a desenvolverem estratégias de domínio do sistema ou primazia através do desenvolvimento das suas capacidades militares⁸. Neste sentido podemos argumentar que tanto o anúncio da estratégia de *rebalance* militar dos EUA para a Ásia-Pacífico, a modernização militar chinesa iniciada na última década do século passado, assim como os recentes investimentos para criação de uma “anti-access/area denial”⁹ e o desenvolvimento de uma marinha com capacidade de operar em águas profundas representam uma demonstração prática do que aparentam ser estratégias de conservação e/ou aquisição de domínio do sistema regional em questão.

⁴ Este conceito em questão será explanado mais à frente neste capítulo.

⁵ Cf. entre outros: Donnelly, Jack. "Realism." (2005). In Burchill, Scott, et al. Theories of international relations. Palgrave Macmillan, 2013. P.29-54; Buzan, B., Jones, C. A. and Little, R. (1993) The Logic of Anarchy: Neorealism to Structural Realism (New York); Mearsheimer, J. J. (1995). A realist reply. International Security, 20(1), 82-93.

⁶ Donnelly, Jack. "Realism." (2005). In Burchill, Scott, et al. Theories of international relations. Palgrave Macmillan, 2013. P.29-54.

⁷ Ibid.

⁸ Ibid.

⁹ Este conceito em questão será explanado mais à frente neste capítulo

Considerando que os Estados, mesmo que inseridos num sistema pacífico e em contacto permanente através das instituições internacionais a que pertencem, continuam a não ter certezas absolutas quanto às intenções futuras de outros Estados, o que os leva a estar sempre vigilantes perante as perdas relativas ou concessões que levem outros Estados a ameaçar a sua posição ou sobrevivência nesse sistema¹⁰.

Assim o “dilema de segurança”, que enturva as perspetivas e ações dos Estados num determinado sistema, é a segunda premissa que compromete ou influencia a atuação de uns Estados perante os outros¹¹. Podemos apontar a relação entre os EUA e a RPC como um exemplo clássico desse dilema já que os EUA continuam a perceber a RPC como uma potência em ascensão perseguindo objetivos de fortalecimento do seu poder na região e com claras intenções revisionistas, apesar da negação dos líderes chineses.

Por sua vez, a RPC, apesar da argumentação de Washington sobre a promoção da estabilidade e cooperação na região, vê as ações dos EUA como estratégia de contenção e como tal uma clara ameaça aos seus interesses e integridade territorial uma vez que a possibilidade de intervenção norte-americana no estreito de Taiwan seria vista como uma transgressão do seu território e por isso, uma ameaça real à sobrevivência do regime e do Estado chinês.

Baseados em princípios distintos, o neorealismo é dividido em duas correntes – defensivo ou estrutural (Waltz) e ofensivo (Mearshemeier)¹². A principal contraposição entre ambas as correntes versa sobre as necessidades e objetivos definidos por Estado. De acordo com a teoria do realismo ofensivo, os Estados desejam a aquisição de mais influência e poder¹³. Já para os realistas defensivos, os vários países estão mais empenhados em garantir a sua própria segurança perante uma qualquer potência dominante¹⁴.

¹⁰ Ibid.

¹¹ Nas palavras de Alan Collins, “The security dilemma describes a situation in which war can occur between two or more participants where none of those involved desired such an outcome. Thus war can occur without the participation of a revisionist or revolutionary state seeking to alter the status quo.” Collins, Alan. *The security dilemmas of Southeast Asia*. Springer, 2000, p. 3.

¹² Cf. entre outros Lynn-Jones, S. M. (1995) ‘Offense–Defense Theory and Its Critics’, *Security Studies*, 4. Pp. 660-691.

¹³ Cf., por exemplo, Labs, E. J. (1997) ‘Beyond Victory: Offensive Realism and the Expansion of War Aims’, *Security Studies* 6. Pp. 7-17.

¹⁴ TALIAFERRO, Jeffrey W. (2000). *Security Seeking under Anarchy, Defense Realism Revisited*. In *International Security*, vol. 25, nº3, pp. 128-161.

Cada ponto de vista reflete efeitos decorrentes do posicionamento inicial quanto às aspirações dos Estados. Esclarecido esse pressuposto, pode-se partir para as especificidades das correntes. Para Mearsheimer¹⁵, a estrutura internacional não induz necessariamente que os Estados estejam em permanente busca pelo poder. Ou seja, o sistema gera incentivos para os Estados maximizarem a capacidade de determinar o comportamento dos demais a fim de conseguirem vantagens em situações as quais os benefícios se sobrepõem aos custos.

Argumenta o mesmo que, para uma potência garantir permanentemente as suas pretensões à escala global os custos inerentes são bastante elevados. Por isso os Estados devem procurar uma posição de hegemonia global, ou pelo menos, regional exercendo o poder em várias dimensões (económico, político, militar, diplomático, demográfico, etc.).

Desta maneira, a teoria da paz hegemónica é, na realidade, uma paz imposta pela força na qual a capacidade armada de uma potência hegemónica produz um efeito dissuasor e por isso em última análise pacificador¹⁶. Por seu turno, o realismo defensivo ou estrutural argui que a própria estrutura do sistema estabelece limites à maximização do poder por parte dos vários Estados. Uma dessas limitações, por exemplo, decorre da socialização entre Estados, civilizações ou sociedades que impõe ou codifica padrões de ação aceitáveis ou inaceitáveis no que respeita aos conflitos ou qualquer outro tipo de relação entre Estados¹⁷.

Aqui as instituições multinacionais desempenham um papel fundamental no que respeita à coerção de ações de Estados, possíveis de serem vistas como hostis ou inaceitáveis, para com outros Estados. No entanto estas só vão até um determinado nível já que as mesmas, ainda que com legitimidade para impor sanções a Estados prevaricadores, falham em concretizar os avisos, ameaças e aplicação dessas mesmas

¹⁵ MEARSHEIMER, John (1994). *The False Promise of International Institutions*. In *International Security*, Vol. 19, No. 3, pp. 5-49.

¹⁶ A estabilidade que aqui é referida tem o seu exemplo no período no qual o império britânico dominou as relações internacionais à escala global até 1914 quando eclodiu uma guerra pela luta hegemónica entre a principal potência revisionista em ascensão, a Alemanha, e a potência hegemónica apostada em manter o seu domínio e controlo sobre as rotas marítimas e comerciais que lhe possibilitavam anular a competição advinda de outras potências marítimas.

¹⁷ TALIAFERRO, Jeffrey W. (2000). *Security Seeking under Anarchy, Defense Realism Revisited*. In *International Security*, vol. 25, nº3, pp. 128-161.

sanções de forma a restringir de tal maneira um determinado Estado ao ponto deste ser forçado a acatar as resoluções da sociedade internacional¹⁸.

Abandonando o pensamento clássico de aquisição de poder absoluto em relação a outros, os neorrealistas defensivos acreditam que a primeira preocupação das grandes potências é a garantia e maximização da sua segurança com intuito de manter a sua posição no sistema (*status quo*). Para tal os Estados estão forçados a cooperar com outros Estados gerando-se assim uma interdependência baseada na ajuda recíproca e na persecução de interesses comuns que beneficiem ambas as partes¹⁹.

1. Equilíbrio e Balança de Poder

A configuração do poder leva a considerações a respeito de estratégia; o equilíbrio do poder leva a considerações a respeito do potencial militar, da iniciativa diplomática e do poder económico. A noção de equilíbrio a respeito do poder militar, político, económico, demográfico, entre outros, surge naturalmente ao considerarmos qualquer relacionamento entre Estados, grupos ou instituições em competição ou em convivência num determinado espaço. A conceção do equilíbrio do poder está especialmente ligada à política internacional, e é nesse sentido que tem sido mais explorada.

O conceito do equilíbrio do poder está muitas vezes associado ao conceito de “dilema de segurança” e da lei da autopreservação dos Estados. Por exemplo, imaginemos a existência de três potências, das quais a primeira ataca a segunda. A terceira potência não assistirá à segunda ser derrotada tão esmagadoramente de maneira que ela própria se sinta ameaçada. Perante a possibilidade da balança se desequilibrar a seu desfavor a terceira potência tendo como principal interesse a manutenção do equilíbrio à sua volta e assim evitar a emergência de uma outra potência dominante ou hegemónica será tentada a entrar na contenda jogando o seu peso no prato mais leve da balança. Isto significa que quando uma potência se torna demasiado poderosa é bem possível que surja uma

¹⁸Cf. KEOHANE, Robert (1988) *International Institutions: Two Approaches*. In *International Studies Quarterly*, Vol. 32, Nº 4, pp. 379-396;

¹⁹ KEOHANE, Robert, NYE, Joseph (1987). *Power and Interdependence Revisited*. In *The MIT Press*, vol. 41, nº 4, pp. 725-753

coligação de pequenos Estados liderados por uma outra potência rival interessada em garantir a preservação da sua posição no sistema internacional ou regional.

Neste sentido a dinâmica das relações entre os EUA e a RPC pode ser percebida como um jogo de equilíbrios e desequilíbrios onde a potência dominante, os EUA, teme o crescimento do poder da sua rival e como tal assume estratégias de contenção e dissuasão procurando ao mesmo tempo estabelecer um sistema de alianças com Estados que partilham dos seus receios de forma a manter o equilíbrio da balança ou o pendor desta favorável. Do lado da potência em ascensão, a RPC, o seu robustecimento militar e económico partem precisamente do clássico dilema de segurança perante uma potência dominadora presente na sua área de influência e da necessidade de se dotar de capacidades suficientes para fazer crer a essa mesma que qualquer iniciativa contra si não trará quaisquer ganhos relativos ou absolutos.

2. Hegemonia e Transição de poder.

O conceito de hegemonia é usado de maneira mais abrangente do que o conceito de imperialismo e muitas vezes estes são misturados ou confundidos. Ainda assim, Império e Hegemonia partilham de um ponto essencial comum, o exercício da liderança.

Na teoria predominante no pensamento político norte-americano, o realismo, o conceito de hegemonia é centrado no poder do Estado como instituição de autoridade política. Para Gilpin (1981)²⁰, a evolução histórica é a demonstração prática de que a guerra tem sido inevitável, sendo esta um instrumento para solucionar tensões geradas pelo desequilíbrio na distribuição de poder no sistema internacional.

Segundo o autor, hegemonia é consequência direta da vitória de um Estado ou grupo numa guerra pela hegemonia e uma guerra hegemónica parte da contestação direta entre poder dominante e Estados revisionistas, resultando na mudança da natureza e do Estado dominante no sistema. Argumenta ainda Gilpin, que as grandes transformações na história mundial derivam de guerras hegemónicas entre Estados rivais, cujo resultado sempre foi o reordenamento do sistema a partir de ideias e valores do Estado vencedor²¹.

²⁰ War and change in world politics. Cambridge: Cambridge University Press.

²¹ GILPIN, Robert (1981). War and change in world politics. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 200-203.

Assim a paz equivale a uma "estabilidade hegemónica", uma vez que esta é assegurada e vigiada por um poder dominante, que orienta a política mundial a partir da sua própria visão de mundo²².

Esta visão de Gilpin está na origem da chamada "teoria da estabilidade hegemónica", desenvolvida posteriormente por Keohane²³. De acordo com este autor, as estruturas de poder hegemónico dominadas por um só Estado levam à formação de uma espécie de regime internacional, com normas precisas e obedecidas por todos. Estes dependem de um poder hegemónico, ao passo que a fragmentação do poder entre países num ambiente de anarquia e de competição conduz à fragmentação do regime instituído pela potência dominante.

Ao contrário de outros autores como Gramsci²⁴, Gilpin considera que a política de concessões aos Estados menores, de maneira a assegurar o *status quo*, pode ser a demonstração cabal de enfraquecimento da potência hegemónica, produzindo assim um ciclo vicioso de demandas por mais concessões até a um ponto que o próprio *hegemon* não poderá suportar²⁵.

Já Keohane afirma que as potências maiores têm todo o interesse em colaborar com os pequenos Estados dentro de um regime internacional normalizado pelo *hegemon*. Dessa forma a potência maior adquire o domínio e o poder de configurar o sistema internacional de acordo com os seus interesses e valores, desde que continue a ser capaz de administrar uma política de distribuição de benefícios relativos às potências menores de maneira a que estas se mantenham alinhadas com os seus interesses²⁶. Por outro lado, Gilpin alertava para a possibilidade do aumento dos custos para o *hegemon* que poderia por em causa a estabilidade do sistema e originar um período de transição de poder²⁷.

²² Ibid, p. 209.

²³ KEOHANE (s.d.). *Instituciones internacionales y poder estatal. Ensayos sobre teoria de las relaciones internacionales*.

²⁴ Cf. Cox, R. W. (1983). *Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method*. Millennium, 12(2), 162-175.

²⁵ GILPIN, Robert (1981). *War and change in world politics*. Cambridge: Cambridge University Press, p.207.

²⁶ KEOHANE (s.d.). *Instituciones internacionales y poder estatal. Ensayos sobre teoria de las relaciones internacionales*.

²⁷ GILPIN, Robert (1981). *War and change in world politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

3. Outras noções operativas: Política Externa; Anti-Access/Area Denial; Deterrence (Dissuasão)

No que reporta aos conceitos aqui abordados, importa também clarificar algumas noções que são igualmente importantes para a análise realizada.

Assim passamos à clarificação dos três conceitos enunciados acima. Sobre a política externa, e não querendo entrar numa grande exposição do mesmo, podemos considerar como sendo o conjunto de objetivos políticos que um determinado Estado pretende alcançar nas suas relações com outros Estados. A política externa é pensada do ponto de vista dos decisores políticos de modo a proteger os interesses nacionais, em especial sua segurança nacional, prosperidade económica e os valores do Estado, podendo ser conseguido através de meios pacíficos (cooperação com outros Estados e instituições) ou violenta (conflito, sanções, guerra)²⁸.

Partindo da perspetiva Norte-Americana, em 2003 surgiu a designação A2/AD – “Anti-Access/Area Denial”, para qualificar meios, estratégias e modos de os pôr em prática, de forma a negar o acesso a um determinado cenário de conflito, ou limitar movimentação do adversário nesse mesmo cenário. As estratégias de A2/AD são úteis pois diminuem a capacidade de projeção de poder, limitam a facilidade de movimentação e capacidade de ação, abrindo também a hipótese de se poder lançar ofensivas ou contra-ofensivas²⁹.

Na perspetiva de Washington, as capacidades A2/AD são uma área que Pequim pretende reforçar dado o forte investimento em equipamento militar e naval que permite desenvolver a capacidade de antiacesso. De resto, esta capacidade é importante para a Marinha Chinesa uma vez que as principais disputas territoriais de Pequim se jogam no meio marítimo onde os EUA detêm uma grande vantagem³⁰.

Por último, de maneira a avançar com uma primeira definição de Dissuasão, o Tenente-Coronel, Paulo José da Conceição Antunes, cita no seu artigo, “A alteração do conceito de Dissuasão: contributos para a sua conceptualização”, a definição do Tenente-

²⁸ Gomes, G. Santa Clara, (s.d.). *A política externa e a diplomacia numa estratégia nacional*. In Nação&Defesa, pp. 55-79.

²⁹ O’ROURKE, Ronald (2016). *China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities – Background and Issues for Congress*. Washington, D.C, Congressional Research Service.

³⁰ Ibid.

General, Cabral Couto, “*A Dissuasão, em sentido lato, visa impedir uma potência adversa de, numa situação dada, recorrer a determinados meios de coacção em virtude da existência de um conjunto de meios e de disposições capazes de constituírem uma ameaça suficientemente desencorajadora [...] a dissuasão é, essencialmente, o produto de dois factores: a capacidade material e plausibilidade (ou credibilidade); mas depende também da fidelidade de comunicação e da incerteza relativamente a determinadas incógnitas*”³¹.

Definido o quadro conceptual, volto a lembrar que o contributo que se pretende oferecer com esta dissertação passa, de uma forma geral, pela dupla análise da evolução das respetivas visões de política externa e de geoestratégia dos EUA e da RPC e da evolução histórica da dinâmica das suas relações no contexto regional, e mais especificamente, tendo a questão do conflito no Estreito de Taiwan em perspectiva.

Da mesma forma e no seguimento desta lógica da dinâmica das relações bilaterais EUA-RPC, é pretendido transportar o debate sobre as considerações de hegemonia e teorias de equilíbrio e transição de poder para a região Ásia-Pacífico dentro do contexto das relações entre a potência dominante, os EUA e a potência re-emergente, a RPC.

Decorrente desta dinâmica de relações, a presente dissertação esboça ainda uma tentativa de lançar uma compreensão sobre a orientação e os objectivos da política externa de Pequim para a região e perante a forte presença militar dos EUA e elencar os principais motivos que contribuem para a ascensão militar e naval Chinesa, assim como perceber até que ponto a ascensão económica e militar Chinesa pode ser uma ameaça à posição de Washington, como a potência líder na Ásia-Pacífico. É também pretendido acompanhar a evolução das políticas e estratégias levadas a cabo pelos EUA em relação ao problema de uma China em plena ascensão e se é possível identificar uma concertação estratégica no sentido da contenção desta potência regional com recurso ao estabelecimento de uma rede de alianças e parcerias estratégicas com os seus vizinhos. Por último, perceber qual a importância estratégica e política de Taiwan numa lógica de conflito nas relações EUA-RPC e no xadrez político regional.

³¹ Couto, Cabral (1988), pp. 59-60. In Antunes, Paulo José da Conceição (2007). *A alteração do conceito de Dissuasão: contributos para a sua conceptualização*. In Nação&Defesa.

III - A Geografia do espaço para a compreensão da arquitetura de segurança da região Ásia-pacífico.

Para compreender o atual contexto político e estratégico da região é preciso, em primeiro lugar, compreender o espaço em questão e a evolução histórica do papel que cada potência em questão desempenhou para o desenvolvimento do mesmo.

Assim a geografia e a história podem ser dois instrumentos base fundamentais que nos lançam no caminho de um melhor entendimento quanto ao processo de aquisição do poder na região, dos interesses e ambições dos vários atores e das relações de interdependência entre si que complexificam a atual estrutura de poder regional.

1. Contexto geográfico da região.

No presente século, a geografia pode já não ser encarada como o fator determinante no que diz respeito aos comportamentos e relações dos Estados num determinado espaço. No entanto, as percepções e prioridades de segurança, a política externa e de defesa dos Estados, bem como as suas interações económicas, políticas e diplomáticas continuam, em grande medida, a ser influenciadas pelas circunstâncias geográficas do espaço onde os diferentes Estados se inserem.

Conhecer a geografia e as diferentes realidades que caracterizam a região onde se insere o objeto deste estudo é portanto o ponto de partida pois, é necessário saber identificar e definir o que é o espaço Ásia-Pacífico, bem como entender este mesmo espaço como uma região do globo onde um conjunto de atores reside e interage entre si e cujas realidades geográficas, físicas, económicas e políticas ajudam a moldar o atual contexto da região e os interesses dos atores que nela interagem.

A região Ásia-Pacífico é muitas vezes definida como todo o espaço geográfico ocidental do pacífico e que inclui as sub-regiões da Ásia Meridional, da Ásia Oriental e da Oceânia. Com uma população de cerca 2.2 mil milhões de habitantes, esta região é já considerada por muitos como a área económica mais dinâmica do mundo onde residem ou atuam várias grandes potências com ambições globais e que pelo desejo de acumulação

de poder contribuem para uma crescente militarização, fazendo desta região também o epicentro da geopolítica mundial e da segurança internacional.

As dinâmicas em curso na região são, portanto, fatores que não devem ser encarados levianamente, pois revelam-se determinantes para um grande número de outros atores que nela se inserem, incluindo outras regiões. Economicamente, a Ásia-pacífico é um ponto de passagem de cerca de 50% de todo o comércio mundial, incluindo cerca de 30% do volume médio anual de petróleo em circulação³², registando também um aumento exponencial dos PIBs nacionais bem como taxas de crescimento económico muito acima da média mundial³³.

Este impressionante desenvolvimento da região deve-se em grande parte ao crescimento económico de países como a RPC e outros membros da ASEAN cujo peso e influência no comércio mundial se faz notar decisivamente. A melhoria da situação económica da região tem tido um impacto muito positivo já que se verifica um claro aumento do rendimento *per capita*³⁴ e consequente melhoria das condições de vida de milhões de habitantes da região. Por outro lado, a manutenção destas condições favoráveis ao desenvolvimento económico e social são do interesse dos vários regimes que pretendem manter a sua legitimidade, sendo um incentivo à cooperação para a manutenção de um ambiente pacífico, estável e favorável ao desenvolvimento da região.

Apesar dos aspetos positivos, esta situação de crescimento económico da região tem vindo a originar um clima de competição cada vez mais intenso pelo domínio de recursos, territórios, mercados e rotas comerciais. O exemplo mais notório será a atual conjectura em torno da ocupação e domínio dos arquipélagos e ilhéus do mar do sul da china, mas também outros focos de tensão e disputa têm vindo a emergir, como a tensão entre o Japão e a RPC pelo domínio da ilhas Senkaku/Diaoyu³⁵ e definição do respetivo espaço de defesa³⁶, a conjectura em torno do estreito de Taiwan, ou até mesmo as várias

³² Cf. valores de 2013 apresentados no anexo 1.

³³ Cf. valores retirados de <http://data.worldbank.org/> e apresentados no quadro do anexo 2.

³⁴ Cf. valores retirados de <http://data.worldbank.org/> e apresentados no quadro do anexo 2.

³⁵ Nas formas japonesa e Chinesa respectivamente.

³⁶ FERREIRA, Ana Gomes (2014). *Obama garante aos japoneses que defenderá as ilhas Senkaku das pretensões chinesas*. In Público, publicado a 23/04/2014 – 14:22.

disputas sobre as políticas monetárias e comerciais entre vários países como a RPC, os EUA, a Índia, o Japão, a Rússia e os países membros da ASEAN³⁷.

Os impactos negativos do aumento do poder económico não se ficam por aqui. À medida que o poder económico cresce, cresce também o poder militar uma vez que os atores internacionais tem uma maior folga financeira, não faltando também motivações, para se fazerem munir de maiores e melhores capacidades militares. Não é de toda coincidência que nesta região se encontrem alguns dos Estados com as maiores forças militares do mundo, incluindo quatro potências nucleares (EUA, RPC, Rússia e Coreia do Norte)³⁸. Efetivamente a crescente militarização da região torna-se um entrave à sua estabilidade e à manutenção da segurança das rotas comerciais internacionais, afetando assim outras regiões dependentes destas mesmas rotas.

Segundo os dados consultados e disponíveis no World Bank Group, verifica-se que o valor médio das despesas militares dos países da região tem vindo a acompanhar o seu crescimento económico sendo os casos mais acentuados a RPC, as Coreias, a Indonésia, a Rússia e o Vietname³⁹, fazendo desta região a segunda com o maior volume de despesas militares do mundo e onde estas mais cresceram nos últimos 15 anos.

A estrutura de poder na Ásia-Pacífico e os moldes de coexistência dos vários Estados neste espaço têm vindo a sofrer rápidas e profundas mutações derivadas das mudanças das circunstâncias económicas, políticas e estratégicas que aqui se verificam. Os EUA mantêm-se como a superpotência incontestável na região pela sua superioridade militar, por serem ainda a maior economia mundial, pela sua forte influência político-diplomática sobre Estados fortes como o Japão, Indonésia e Coreia do Sul e pela constante presença e capacidade em exercer pressão política através do sistema de alianças concebido para assegurar a estabilidade e *status quo* da região a seu favor⁴⁰.

Segundo Robert Cox, a suposta posição hegemónica dos EUA desempenha um papel positivo na estabilidade mundial e das regiões mais voláteis e suscetíveis ao

³⁷ TOMÉ, Luís (2013). *A arquitetura de Segurança na Ásia-Pacífico*. In Nação e Defesa, Nº. 134 – 5ª série, pp. 21-42.

³⁸ Acresce ainda o facto da maioria das potências nucleares existentes no mundo se encontrarem no continente asiático e todas elas (com a exceção de Israel que não o admite ser) partilharem fronteiras com o império do Meio.

³⁹ Cf. valores retirados de <http://data.worldbank.org/> e apresentados no quadro do anexo 3.

⁴⁰ GILPIN, Robert (1976). *The Political Economy of the Multinational Corporation: Three Contrasting Perspectives*. In The American Political Science Review, Vol. 70, nº 1, pp. 184-191.

conflito⁴¹. Assim, os EUA seriam o ator fundamental para a manutenção dos equilíbrios regionais e na pacificação das relações entre os demais Estados da região Ásia-Pacífico.

Apesar de se verificar, de facto, uma certa estabilidade na Ásia-Pacífico sob a alçada da proeminência Norte-Americana, é certo que esta mesma tem vindo a manietar e condicionar alguns Estados como a RPC ou a Coreia do Norte nas suas interações e ambições regionais. Não é de admirar que outros pólos de poder tenham vindo a emergir como contrapeso ao poder norte-americano. Destes, a RPC destaca-se pela sua ascensão económica, política e militar e pela sua capacidade e interesse em fazer retroceder a arquitetura de poder da região para a antiga estrutura sinocêntrica anterior ao período da humilhação Chinesa do século XIX.

A RPC⁴² ressurgue na região como uma potência interessada em contrariar a supremacia dos EUA, o que pode trazer para a região uma divisão política e estratégica da região em dois eixos fundamentais. Um em torno dos EUA em que aliados e parceiros do gigante norte-americano como o Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Vietname, Austrália, Índia e Singapura vão operando no sentido de contrabalançar e até conter a ascensão da RPC. O outro liderado pela RPC contando com o possível apoio Russo (interessado em manter as suas “portas traseiras” livres da presença e intervenção dos EUA), e com estados como a Coreia do Norte, Myanmar, procurando também atrair para o seu eixo outros possíveis parceiros como a Mongólia, Paquistão ou países da ásia meridional, como o Laos ou o Camboja⁴³.

É desta mesma região que provêm os principais desafios para os interesses e supremacia dos EUA, sobretudo devido à rápida ascensão da RPC e pela grande interdependência económica entre os EUA e os vários países da APEC⁴⁴. Neste mesmo

⁴¹ Robert Cox define o conceito de hegemonia como uma forma de domínio no qual a potência preponderante no sistema internacional faz uso do seu poder para estabelecer uma ordem mundial, consensual com as demais potências menores e fundamentada em princípios e regras que normalizam o seu comportamento. Deste modo, a potência hegemónica garante a manutenção do *status quo*, e por conseguinte a sua supremacia e estatuto de liderança no sistema perante os Estados mais fracos. COX, Robert (2000). *Social Forces, States and World Orders. Beyond International Relations Theory*. In: Linklater (Ed.): *International Relations*. Vol. IV. Routledge

⁴² Aqui refiro-me à China milenar e não à RPC fundada em 1949.

⁴³ TOMÉ, Luís (2013). *A arquitetura de Segurança na Ásia-Pacífico*. In Nação e Defesa, Nº. 134 – 5ª série, pp. 21-42.

⁴⁴ Cerca de 58% do comércio internacional Norte-Americano é realizado com os países pertencentes a esta organização (Asia-Pacific Economic Cooperation). Cf. Green, Michael j., 14 de Abril de 2015 “U.S. Defense Policy Issues Pertaining to the Asia-Pacific Theater”, p.2.

espaço é evidente a existência de uma clara interdependência económica entre os vários países que num ambiente de cooperação mútua proporcionaria uma estabilidade regional favorável ao desenvolvimento socioeconómico dos vários atores regionais.

Contudo verificamos que todo este espaço se encontra marcado por enormes assimetrias socioeconómicas e por consideráveis riscos e ameaças à segurança regional. As rivalidades políticas, económicas e militares entre as principais potências regionais, as disputas territoriais fronteiriças e marítimas e consequentemente, o aumento significativo da militarização da região, são questões que opõem e marcam as relações entre a RPC e as suas congéneres asiáticas assim como as suas relações com a principal potência regional e mundial, os EUA.

Para além do impasse no estreito de Taiwan e a ameaça Chinesa sobre a ilha, o crescimento exponente do poder militar chinês, a possibilidade de levantamento do embargo de armas por parte da UE, o falhanço das negociações entre Pequim e Washington referentes ao programa nuclear norte coreano, a postura agressiva da RPC perante os seus competidores nas disputas do Mar do Sul da China⁴⁵ e o desejo chinês em contrabalançar a influência e poder militar dos EUA na região, o aumento da influência económica e diplomática Chinesa em África, América do Sul, e Médio Oriente e o impacto da demanda energética da RPC sobre os preços da energia e economia global são alguns dos fatores que levantam, no seio das elites políticas norte-americanas, o espectro de uma nova rivalidade global, possivelmente à semelhança daquilo que foi a Guerra-Fria, por poder e influência no mundo.

Do lado chinês o desejo de afirmação como uma potência mundial e a aquisição de uma hegemonia regional esbarram com o interesse e esforços de Washington em manter a sua influência e proeminência na região. Para o governo chinês recuar não é uma opção uma vez que a sua sobrevivência, no contexto interno, se joga pela manutenção de uma imagem de força e inflexibilidade no que toca à persecução dos interesses nacionais que a população Chinesa considera essenciais (neste contexto a questão do estreito de Taiwan afigura-se como uma das questões que opõem Pequim a Washington e perante a qual o governo chinês não pode e nem sequer considera recuar).

Para os EUA a rápida ascensão da RPC é motivo de grande consternação política e estratégica já que o gigante asiático não só se destaca e desafia a superioridade Norte-

⁴⁵ Sobre as disputas neste espaço marítimo em particular consultar o mapa apresentado no anexo 4

Americana pela sua pujança económica mas também pelo rápido crescimento das suas capacidades militares e consecutivos aumentos do seu orçamento de defesa que indicam que este país pode já ter iniciado há muito um projeto de afirmação do seu poder na região.

O crescente poder naval chinês e a determinação de Pequim em construir uma marinha capaz de operar em águas profundas rompendo com a corrente de ilhas que cercam e limitam a sua área de influência naval é também uma questão importante no pensamento geoestratégico destes dois Estados no qual a ilha de Taiwan desempenha um papel decisivo nesse tabuleiro geoestratégico e para objetivos de ambos.

IV - Questões em torno da ascensão Chinesa e da política externa na região e para os EUA.

1. A China, um poderoso Dragão milenar ou uma potência de cristal?

Quando falamos da China não estamos apenas a falar de um país, nação ou Estado qualquer, estamos a falar de um vasto território com um longo passado e onde nasceu e se desenvolveu toda uma civilização.

Efetivamente desde o início da Dinastia Yin, em 3000 A.C., a China tem vindo a construir a sua própria civilização sem encontrar nação rival capaz de contestar a sua influência e poder na Ásia Oriental chegando a 221 A.C. com os seus territórios unificados, permanecendo desde então e até ao século XIX como a força política dominante, bem como o centro de poder na região, em virtude de seu desenvolvimento cultural e sofisticado sistema de organização política⁴⁶. Não é por isso de estranhar que, desde cedo, o povo chinês e as suas elites políticas tenham desenvolvido uma visão sinocêntrica da região onde se inserem e até do mundo.

De facto, ao longo da sua História, a China estava habituada a dominar sobre aquilo que considerava as suas áreas naturais de influência onde pequenos países como

⁴⁶ Mesmo em momentos de fragilidade, alguns povos chegaram mesmo a invadir a China, como no caso dos mongóis (século XII), contudo, e à semelhança do que aconteceu com os povos bárbaros que invadiram e conquistaram o Império Romano, estes acabavam por sucumbir perante a superioridade da cultura Chinesa.

a Coreia ou os países do sudeste asiático eram mais ou menos absorvidos pelo poder e influência da civilização Chinesa.

Naturalmente, este contexto político da região propiciou a formação de uma espécie de estrutura de vassalagem, em que praticamente todos os países da região pagavam tributos à China, em troca de reconhecimento político ou assistência militar e económica em situações de crise e, efetivamente, a China em múltiplas ocasiões atuou como a potência hegemónica na região chegando mesmo a intervir, tanto política quanto militarmente, fosse a convite de governos locais para restaurar a ordem, fosse por sua própria iniciativa para manter a estabilidade e a paz na região e/ou nas suas fronteiras⁴⁷.

Tal situação deixou de ser correspondida pelas nações à sua volta, sobretudo no Sudeste Asiático, que desde o início da ocupação europeia⁴⁸ no século XIX, deixaram de ver a China como potência dominante na região. A China falhara a sua vocação histórica de protetora contra as ameaças externas, neste caso contra os colonizadores europeus que demonstraram ter maior poder militar e de organização, acabando por dominar e rebaixar o poderoso dragão asiático.

A este período de humilhação estrangeira seguiu-se a instauração de uma república nacionalista e a instauração de um grande Estado comunista, construído em torno da figura de Mao Tsé-Tung, após uma desastrosa guerra civil. Estes acontecimentos acabaram por aprofundar o estado de pobreza do país e o seu isolacionismo internacional⁴⁹ que só viria a ser superado com Deng Xiaoping que acalentava uma visão pragmática de progresso e abertura económica para o país.

Priorizando sempre as questões económicas em detrimento das questões políticas, Deng abriu o caminho para a ascensão económica da RPC e para a sua reemergência como potência regional e internacional. Ao mesmo tempo, os sucessos económicos obtidos pelas reformas aplicadas pelo sucessor de Mao pareceram dar uma renovada legitimidade à ação do PCC, permitindo que este fosse mantendo o poder praticamente

⁴⁷ Algo que para nós não é novo já que os grande impérios e potências globais, como a Inglaterra e atualmente os EUA, procedem de forma muito semelhante nas áreas de influencia direta ou onde possuem interesses definidos.

⁴⁸ Para a população Chinesa, ainda hoje, este período de ocupação europeia é conhecida como o “século da humilhação”.

⁴⁹ WORDEN, Robert L., Savada, Andrea M., Dolan, Ronald E., Library of Congress. Federal Research Division (1988). *China, a Country Study*, 4ª Ed., Washington D.C., Federal Research Division, Library of Congress

de forma incontestada até hoje. De facto, segundo Shirk (2007), o principal objetivo da elite dirigente Chinesa continua a ser a estabilidade interna por via do desenvolvimento económico. Assim os laços económicos, as relações diplomáticas e a interdependência comercial são as armas mais poderosas que o PCC tem ao seu dispor para garantir, em conjunto com o seu crescente poderio militar, o controlo de espaços, como Taiwan e o Mar do Sul da China, essenciais aos seus interesses⁵⁰.

Segundo Kaplan⁵¹ a RPC beneficia, pela primeira vez em muitos séculos, de um período de relativa estabilidade e paz ao longo da sua extensa fronteira, o que lhe permite acrescentar as questões marítimas no seu pensamento estratégico e de defesa nacional. Com efeito, o Exército de Libertação Popular (ELP) tem sido relativamente bem-sucedido no que toca a garantir a segurança, estabilidade e inviolabilidade das suas fronteiras, no entanto, isto não significa que as dificuldades aí não existam.

Para além do problema óbvio em torno de Taiwan, a RPC, em particular o PCC, tem ainda que lidar com as constantes revoltas sociais e tendências independentistas ainda frequentes na região do Tibete, também nas regiões de Xinjiang, onde a comunidade muçulmana autóctone, os Uigures, mantêm ainda uma certa atitude de oposição e resistência perante os ocupantes Han e da Mongólia-Interior onde tanto Uigures como Mongóis aí residentes demonstram um certo desejo separatista⁵².

Ao longo da sua extensa fronteira com 14 países, a RPC tem vindo a empreender um esforço político e diplomático notável na resolução das suas disputas territoriais terrestres com os Estados vizinhos mantendo apenas o impasse com a Índia sobre as suas reivindicações em torno das regiões de Arunachal-Pradesh e Caxemira⁵³.

Com as disputas fronteiriças resolvidas ou estabilizadas, com as revoltas sociais e movimentos independentistas controlados pelo ELP e pela polícia armada do povo (PAP)⁵⁴, não é de admirar que a RPC tenha dirigido a sua atenção para as questões

⁵⁰ NYE, J.S., 2010. American and Chinese Power after the Financial Crisis. *The Washington Quarterly*, pp.143-53.

⁵¹ Dufur, Roger. [Roger Dufur]. (10/03/2013). *China's Naval Strategy: Oil & Shipping Routes – A Stratfor conversation with George Friedman and special guest Robert Kaplan*. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=we-WWt_z7Yc (consultado a 18 de Janeiro de 2015).

⁵² SHIRK, Susan L. (2007). *China. Fragile Superpower*, Oxford University Press.

⁵³ SHAMBAUGH, David (2004). *China engages Asia: Reshaping the Regional Order*. In *International Security*, vol. 29, Issue 3, pp. 64-99.

⁵⁴ Ramo paramilitar derivado das fileiras do PLA.

marítimas com o intuito de resolver as disputas que aí mantem e estabelecer o seu domínio sobre o espaço que considera ser vital para a defesa da sua costa e rotas comerciais marítimas.

Se no continente a RPC encontra potências rivais de peso e com considerável poder militar, até mesmo nuclear, como a Rússia que parece agora estar a ressuscitar do seu colapso na década de 1990, e a Índia que como a RPC, está em rápida ascensão económica e a procurar consolidar o seu poder no continente, nos mares a situação Chinesa não é, de todo, melhor. Se as suas disputas territoriais já são de difícil resolução perante pequenas potências como o Vietname, Filipinas, Malásia ou Brunei, e com instituições internacionais como a ONU ou Tribunal de Haia a negar a legitimidade das suas reivindicações⁵⁵, certamente a posição da RPC se complica quando confrontada com uma outra potência marítima a ter em conta, o Japão, e com o poder hegemónico aí presente, os EUA.

É assim evidente que a RPC está cercada de pequenas e grandes potências, que constantemente desafiam o seu poder e comprometem a sua ascensão como potência dominante na região. Os EUA em função dos vários interesses que têm ao longo de toda a região Ásia-Pacífico, continuam a ser o poder hegemónico na região mantendo, em função desses mesmos e da sua necessidade em assegurar a sua posição de preponderância, uma rede de alianças que se estende desde o Japão até à Austrália⁵⁶. A RPC pode não ser ainda um poder hegemónico na região mas pela via do poder e crescimento económico é sem dúvida a única potência, desde o estabelecimento da chamada “Pax Americana” após o fim da Guerra-Fria, capaz de anular a estrutura unipolar do sistema internacional.

Existe um consenso generalizado de que a RPC, desde o processo de abertura económica, do comércio e investimento externo, iniciado por Deng através de um planeamento central, tem registado elevados índices de crescimento económico, tornando-se numa das maiores e mais dinâmicas economias do mundo e motor económico

⁵⁵ A 21 de Maio de 2016, o painel de juízes do Tribunal de Haia decidiram à luz do UNCLOS (United Nations Convention on the Law of the Sea) que as reivindicações Chinesas no mar do sul da china não teriam qualquer base legal ou histórica relativamente ao exercício de soberania dos seus arquipélagos e respectivo espaço marítimo. – MORIYASU, Ken (2016). *China's South China Sea claims have no legal basis: tribunal*. In Nikkei Asian Review, publicado a 12/07/2016 – 07:00.

⁵⁶ CHA, Victor D. (Winter 2009/10). *Powerplay: Origins of the U.S. Alliance System in Asia*. *International Security*, vol 34, nº3, pp. 158-196. Esta mesma situação será explorada mais adiante.

da região⁵⁷. Em, 2005/06 havia já ultrapassado economicamente a França, Itália e o Reino Unido preparando-se para assumir em 2010/11 o estatuto de segunda maior economia mundial a seguir aos EUA, ultrapassando assim a Alemanha e Japão⁵⁸.

Segundo Shirk⁵⁹, a RPC, muito à semelhança da Inglaterra do século XIX, transformou-se na “oficina do mundo”. Apesar do seu tecido industrial ainda se basear num modelo antiquado de manufatura de bens de consumo, com más condições de trabalho, unidades fabris com fracas instalações e métodos produtivos pouco especializados, temos vindo a assistir a uma gradual mudança neste sector, já que cada vez mais se verifica uma aposta numa indústria que requer trabalho mais especializado do ponto de vista científico e por isso mais virada para a produção de bens de alta tecnologia⁶⁰. É também na área do desenvolvimento tecnológico, que a RPC tem vindo a recuperar a sua posição, à muito perdida, de liderança científica na região⁶¹.

Desde 1996, a RPC tem vindo a aumentar significativamente o investimento em pesquisa e desenvolvimento científico, sobretudo na vertente militar, prevendo-se que, a este ritmo, em pouco anos chegue a ultrapassar os EUA⁶². Contudo, apesar da notável modernização do país, da melhoria das condições de vida e do desenvolvimento humano e social registar níveis nunca antes obtidos, a RPC continua a apresentar um rendimento *per capita* muito abaixo da média de um país desenvolvido⁶³.

Outro problema é a realidade demográfica Chinesa. Segundo dados do World Bank relativos a 2015, a população Chinesa é de cerca de 1.3 mil milhões de habitantes e prevê-se que continue a crescer durante os próximos anos a um ritmo de 0,5% por ano.

⁵⁷ Cf. SHIRK, Susan L. (2007). *China. Fragile Superpower*, Oxford University Press.

⁵⁸ Cf. dados retirados de World Bank Group apresentados no anexo 5.

⁵⁹ Cf. SHIRK, Susan L. (2007). *China. Fragile Superpower*, Oxford University Press.

⁶⁰ De facto Shirk refere mesmo que a RPC tornou-se líder na exportação de produtos tecnológicos como computadores, sistemas de informação, telemóveis e automóveis.

⁶¹ Não devemos esquecer que a China como civilização milenar sempre foi pioneira em áreas como a Medicina, física ou química.

⁶² Segundo dados retirados de World Bank Group apresentados no anexo 6. Possivelmente este súbito investimento está relacionado com a impotência técnica, científica e militar que a RPC sentiu perante a esmagadora demonstração de força dos EUA durante a crise de 1996 no Estreito de Taiwan.

⁶³ Segundo o World Bank o rendimento médio per-capita na RPC cifra-se nos 14 mil US\$, quando comparado com os EUA, Japão, Alemanha ou até mesmo Portugal, apesar do seu notável aumento, verificamos que tal valor é ainda muito abaixo da média de países considerados como “desenvolvidos”. Cf. <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=CN-US-JP-DE-PT> (consultado a 2 de Julho de 2016).

Com uma densidade populacional de apenas 146 hab/Km², o problema da RPC relativamente à sua gigantesca população não parece ser tanto a falta de espaço mas sim os desequilíbrios demográficos que esta apresenta decorrentes das políticas governamentais para controlar o crescimento desenfreado da população.

De facto o crescimento populacional chinês abrandou, passando de 2,8% em 1970 para 0,5% em 2015, contudo esta realidade pode vir a trazer consequências graves para a estabilidade política e social, que o PCC tanto se esforça por manter para assim conservar o seu poder no país. Como consequência, a população Chinesa tem vindo a envelhecer e à medida que a proporção entre jovens e idosos se desequilibra, o PCC sofrerá uma enorme pressão da sociedade Chinesa pois, a este ritmo, em 2065 cerca de 50% da população Chinesa terá mais de 60 anos, resultando assim numa enorme quantidade de idosos reformados a necessitar de assistência social e financeira ainda antes do governo chinês, motivado e pressionado para a promoção do desenvolvimento humano e social no país, ter criado os meios e recursos para tal⁶⁴.

Também a distribuição da população pelo território e as disparidades económicas entre as zonas rurais e centros urbanos são problemas sérios com os quais o PCC tem que lidar. Se no litoral temos uma elevada concentração de população, com um rendimento médio muito superior ao resto do país e concentrada em grandes centros urbanos já perfeitamente capazes de proporcionar um nível de vida semelhante aos países desenvolvidos, as províncias interiores destacam-se pela pobreza, pelas más condições de vida, pela ausência de infraestruturas essenciais ao desenvolvimento económico e social, onde a população de etnia Han é reduzida e onde as minorias étnicas locais nutrem um sentimento separatista.

Apesar das recentes reformas e esforços para colmatar estas deficiências e dar a volta a esta situação, a verdade é que as províncias interiores são ainda muito voláteis a revoltas sociais, o que coloca em risco a estabilidade conseguida nas fronteiras e até a força política do PCC nessas regiões.

Outro entrave à ascensão da RPC à condição e grande potência mundial reside na sua atual realidade económica. A ascensão Chinesa bem como a estabilidade do país

⁶⁴ Segundo dados do World Bank, no presente ano de 2015 já cerca de 10% da população atingiu os 60 anos e segundo o mesmo indicador não parece que tal venha a abrandar. Cf. World Bank Group (2016), disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.65UP.TO.ZS?locations=CN>; SHIRK, Susan L. (2007). *China. Fragile Superpower*, Oxford University Press.

assenta muito nos sucessos económicos e nos elevados índices de crescimento da sua economia. Tendo registado um crescimento de 14,2% em 2007, desde então a economia Chinesa tem revelado uma tendência de abrandamento ao longo dos anos que se seguiram, perspetivando-se que até 2018 continue a cair até aos 6,3%. Em comparação verificamos que no espaço de uma década, a economia Chinesa encolheu para menos de metade do pico registado em 2007⁶⁵. Este abrandamento económico representa talvez o maior desafio do governo chinês, não só para o seu projeto de “ascensão pacífica” e de ascensão à condição de grande potência mundial mas também para a sobrevivência do próprio regime e poder do PCC.

Tudo aponta para que o modelo económico chinês esteja a ser confrontado com os seus limites e, apesar dos esforços do governo de Pequim em promover reformas e incentivos às populações das regiões subdesenvolvidas, à aposta na melhoria e construção de infraestruturas essenciais ao desenvolvimento local e promoção da melhoria das condições de vida, as principais causas sejam efetivamente as desigualdades sociais, do nível de desenvolvimento entre regiões litorais e interiores⁶⁶, e a excessiva dependência económica do volume de exportações, ou seja, da capacidade de compra dos seus principais clientes, americanos e europeus.

É inegável que a RPC vive hoje um período de prosperidade e estabilidade que lhe permitem ambicionar a sua ascensão como principal potência da região Ásia-Pacífico e assim contrabalançar o seu poder com o poder norte-americano neste mesmo espaço. Contudo, o poderoso dragão asiático apresenta debilidades e problemas internos complexos na sua economia e na sua sociedade, problemas esses que podem minar a sua ascensão e que não representam uma questão de fundo nos contextos nacionais dos seus principais competidores na região, EUA e Japão.

⁶⁵Cf. dados retirados de World Bank Group apresentados no anexo 7.

⁶⁶ Aqui a questão prende-se com os fluxos migratórios e com o acentuar do êxodo rural no país. Para fugir à miséria e às más condições de vida das regiões pobres e subdesenvolvidas do interior, as populações, procurando o nível de vida dos grandes centros urbanos tem migrado de forma massiva para esses locais cuja capacidade para absorver e empregar os novos residentes atingiu já o limite. Esta situação traduz-se num aumento acelerado de desempregados e conseqüentemente numa quebra de uma economia que se sustenta em grande parte na produtividade da sua massa populacional.

2. Entre o Pacifismo e o revisionismo. O Estranho caso da ascensão pacífica Chinesa.

Desde a Segunda Guerra Mundial, a presença dos EUA na região Ásia-Pacífico tem-se vindo a intensificar sendo que, após o colapso da URSS, esta mesma presença pode ser confirmada pelo constante reforço da sua força militar e capacidade de projeção de poder na região⁶⁷.

Durante as últimas décadas esta região tem vindo a beneficiar de um período de relativa paz e estabilidade em função da ordem estabelecida pela potência hegemónica na região, os EUA.

Contudo, nos últimos anos, esta mesma ordem tem sido perturbada em consequência das transformações económicas e da distribuição do poder na região. Isto é, verifica-se que cada vez mais a ascensão ou reemergência da RPC como grande potência regional tem um impacto significativo e até mesmo desequilibrador do *status quo* da região e da balança de poder a um nível global. Não obstante, é de notar que a disparidade de poder entre a RPC e os EUA está-se a estreitar e que os EUA num futuro relativamente próximo terão que partilhar o domínio e preponderância na região Ásia-Pacífico com uma outra potência, a RPC⁶⁸.

A partir daqui é possível afirmar que, numa primeira instância, a ascensão Chinesa (independentemente se pacífica ou revisionista) por si só não é a causa absoluta da instabilidade e de conflito na região⁶⁹. A questão é que a ascensão da RPC ou de qualquer outro Estado pode ser visto pelos EUA como um teste à sua preponderância na região, decorrendo daqui uma inevitável competição estratégica, económica e política. Como tal

⁶⁷ Referência ao “rebalance” anunciado pela administração Obama e confirmado por Hillary Clinton no seu artigo *America’s Pacific Century* (2011). Disponível em U.S. Department of State, <http://www.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2011/11/176999.htm>

⁶⁸ MEARSHEIMER, John J. (2010). *The Gathering Storm: China’s Challenge to US Power in Asia*. In *The Chinese Journal of International Politics*, vol 3, p.381

⁶⁹ Ikenberry ao criticar as teorias neorrealistas, relembra que estas defendem, que uma situação de hegemonia causa efetivamente a instabilidade internacional pois a potência hegemónica é sempre tentada a aumentar ainda mais o seu poder no sistema - IKENBERRY, John. (2001) *Getting Hegemony Right*, In *National Interest*, nº 63, pp. 17-24; KEOHANE, Robert. (1984) *After Hegemony – Cooperation and Discord in the World Political Economy*, s. ed., Princeton: Princeton University Press.

as relações entre essas mesmas potências são suscetíveis de sofrer profundas mudanças que podem conduzir a uma lógica de confronto nas suas relações⁷⁰.

Para Mearsheimer, a principal preocupação em torno da ascensão da RPC é a possibilidade da sua postura na região poder vir a despoletar uma intensa competição de segurança e conflito com os EUA com possível inclinação para o conflito armado se tivermos em conta a ainda inflamável questão de Taiwan.

Como já foi abordado no capítulo teórico, este clima de suspeição e competição deve-se muitas vezes ao dilema de segurança que paira no pensamento geopolítico e geoestratégico de todos os líderes de grandes potências. Tal se sucede porque os Estados não possuem a capacidade para prever com absoluta certeza as intenções reais de um outro Estado rival⁷¹. No caso da RPC, descortinar se estamos perante uma potência pacífica interessada na manutenção da estabilidade regional e do *status quo* já existente, ou pelo contrário, se estamos perante uma potência revisionista, é quase uma tarefa de adivinhação pois estamos a falar de um Estado onde os decisores são um grupo muito restrito de indivíduos e o processo de decisão não é de todo transparente sendo mantido num elevado nível de secretismo⁷².

Apesar do discurso pacifista e o cuidado que líderes e elites do PCC tem vindo a ter dentro das instituições internacionais de forma a reforçar a ideia de uma ascensão pacífica, não revisionista, puramente benigna e centrada apenas no desenvolvimento económico do país, parece não corresponder de todo à realidade quando temos em conta os esforços da PCC em construir um aparelho militar moderno com um poder cada vez mais significativo. Com efeito, Robert Ross⁷³ refere que a RPC parece estar empenhada na construção de força naval com capacidade de projetar poder bem para lá do seu espaço de influência direta (Blue-Water-Navy) e sobretudo com o intuito de romper a

⁷⁰ MEARSHEIMER, John J. (2010). *The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia*. In *The Chinese Journal of International Politics*, vol 3, p. 382; Cf. as questões em torno da Hegemonia no capítulo Teórico.

⁷¹ "States can never be certain about each other's intentions. (...) The root of the problema is that unlike militar capabilities, which we can see and count, intentions cannot be empirically verified." MEARSHEIMER, John J. (2010). *The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia*. In *The Chinese Journal of International Politics*, vol 3, p. 383.

⁷² SHIRK, Susan L. (2007). *China. Fragile Superpower*, Oxford University Press.

⁷³ ROSS, Robert S. (2009). *China Naval Nationalism: Sources, Prospects, and the U.S. Response*. In *International Security*, vol. 34, nº2, pp. 46-81.

circunscrição criada pelos EUA, designada como “First Island Chain” e até operar no Oceano Índico e Golfo Persa⁷⁴.

V - A evolução da política externa e estratégia Chinesa para a região e para com os EUA.

1. O debate em torno da existência de uma grande estratégia Chinesa.

A grande estratégia pode ser considerada como a relação entre as causas, os objetivos estratégicos de um Estado e os recursos á sua disposição necessários à consecução desses mesmos objetivos⁷⁵.

Christopher Layne (1997)⁷⁶ aborda este conceito como a relação entre o conjunto de objetivos de segurança definidos por um Estado, os recursos que este julga necessários para a sua consecução tendo sempre em conta o contexto geográfico onde se insere, a avaliação da arquitetura de poderes nesse espaço e da avaliação das suas próprias forças quando confrontadas com as de outros Estados à sua volta.

Ainda que tenham sido publicados diversos “White Papers” sobre as orientações políticas e estratégias nacionais⁷⁷, analisar ou aferir a estratégia da RPC para a região Ásia-Pacífico continua a ser uma tarefa de elevada dificuldade pois o governo de Pequim, para além de não avançar com uma definição estratégica oficial concreta, mantém o processo de decisão centrado no PCC e como tal ainda envolto num imenso secretismo, sendo as motivações e perceções das elites políticas Chinesas perante o sistema internacional igualmente difíceis de aferir. Não obstante têm despontado debates, tanto internos como externos, quanto à existência e quanto aos moldes da consecução de uma

⁷⁴ A esta estratégia, o Estado Chinês chama de “Far Sea Defence”, consistindo em colocar e utilizar a sua marinha de guerra na protecção do seu espaço marítimo e rotas comerciais vitais para a economia do país. WONG, Edward, “Chinese Military Seeks to Extend its Naval Power”. In New York Times, publicado a 23/04/2010.

⁷⁵ POSEN, Barry; Ross, Andrew (1996). *Competing Visions for U.S. Grand Strategy*.

⁷⁶ “From Preponderance to Offshore Balancing. America’s Future Grand Strategy” In *International Security*, Vol. 22, Nº 1, pp. 86-124.

⁷⁷ Cf. People Republic of China – Ministry of Nacional Defense. The State Council Information Office of the People's Republic of China, disponível em <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/index.htm>

grande estratégia nacional num novo contexto geopolítico internacional de transição do poder do Atlântico para a região Ásia-pacífico.

Apesar da recente assertividade política, militar e diplomática da RPC, as visões e percepções quanto a uma possível condução de uma grande estratégia nacional assentam maioritariamente sobre uma perspectiva defensiva. Tendo em conta o comportamento do governo de Pequim no sistema internacional e os objetivos por si definidos, algumas evidências parecem apontar, a curto prazo, para uma maior preocupação da parte do PCC em assegurar, em primeiro lugar, objetivos de dimensão interna como a defesa da integridade territorial, a soberania, o desenvolvimento e estabilidade nacional do que propriamente os objetivos de dimensão externa.

Por outro lado, o crescente investimento chinês no reforço das suas capacidades militares, a recente implementação de estratégias de *balancing*⁷⁸, destinadas sobretudo aos EUA, e políticas externas que levam ao confronto com os vizinhos regionais nos mares do norte e do sul da China, a afirmação de uma postura mais assertiva dentro das instituições internacionais e o desejo em recuperar a posição de liderança na região motivam algumas suspeitas que põem em causa as teses do “desenvolvimento pacífico” e do “mundo harmonioso” que o governo e académicos chineses tanto advogam.

Desta feita, assume-se que o debate em torno da orientação da grande estratégia da RPC e do seu futuro posicionamento na região, no sistema internacional e nas suas relações com os EUA assenta em duas visões distintas entre si. Uma essencialmente pessimista decorrente da escola realista das relações internacionais que vê este país asiático como um estado revisionista e cada vez mais com uma postura ofensiva, a outra em oposição, mais otimista e influenciada em grande parte pela ala liberal das relações internacionais que aponta o desenvolvimento pacífico chinês como o indício de que a RPC se pautará pela cooperação e manutenção da estabilidade regional apesar dos conflitos com o Japão, no estreito de Taiwan e no mar do sul da china.

⁷⁸ Equilíbrio de forças/poder

2. A grande estratégia do desenvolvimento pacífico chinês

As primeiras referências à adoção de uma grande estratégia de desenvolvimento pacífico surge no 11º Comité Central do PCC em 1978 onde os conceitos de reforma, abertura e desenvolvimento económico terão sido debatidos. Mais tarde, na década de 1980, estes mesmos conceitos foram recuperados por Deng Xiaoping na sua proposta de uma política externa de “paz e desenvolvimento” baseada numa política de segurança e desenvolvimento proactiva, dissimulando o seu poder e reais capacidades, evitando ao mesmo tempo a ambição hegemónica e protagonismo internacional⁷⁹.

Essa parece ter sido a principal linha de ação tomada pelo PCC na região durante as décadas que se seguiram. A RPC incrementou uma participação mais ativa no panorama regional ao ingressar nas várias instituições internacionais de segurança e cooperação económica, oferecendo garantias mas sem nunca se envolver em alianças que comprometessem os objetivos definidos pelo PCC para a região, tendo também revelado contenção nos seus diferendos com os vizinhos e parceiros regionais e participado na defesa do mercado do comércio livre⁸⁰.

Na verdade, ao consultar os referidos “White Papers” sobre a orientação estratégica de defesa e segurança publicados pelo *Office State Council of the People’s Republic of China* entre os anos de 1997 e 2012⁸¹, podemos constatar que, de facto, os objetivos assumidos publicamente por Pequim para a região vão de encontro a esta versão de “desenvolvimento pacífico” assente nos pilares da cooperação, não confrontação, manutenção de “low profile” internacional e desenvolvimento económico e social num ambiente de estabilidade regional⁸².

Podemos supor que a condução desta grande estratégia de Pequim de não entrar em confronto direto com a principal potência regional, os EUA, e com os seus vizinhos

⁷⁹ CARRIÇO, Alexandre (2013). “Cinco Debates, uma Grande Estratégia”. In *Nação e Defesa*, N.º. 134 – 5ª série.

⁸⁰ Esta postura e as diretrizes de política externa seguidas por Pequim sofreram um incremento significativo quando a crise sino-americana no Estreito de Taiwan revelou o impacto das consequências políticas, económicas e diplomáticas negativas que daí resultaram e quase colocaram em causa a estabilidade regional tão necessária à política de desenvolvimento económico do país.

⁸¹ Cf. em <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/index.htm>

⁸² CARRIÇO, Alexandre (2013). “Cinco Debates, uma Grande Estratégia”. In *Nação e Defesa*, N.º. 134 – 5ª série.

parte de uma necessidade intrínseca de assegurar a estabilidade regional e nacional, de alargar a sua esfera de influência estratégica, política e económica, em assegurar o acesso continuo a novos mercados, recursos e à aquisição de capitais de forma a fomentar o seu desenvolvimento, que num ambiente hostil e instável seria quase impraticável.

É possível argumentar que este conceito de ascensão/desenvolvimento pacífico não indica necessariamente uma postura benigna da parte da RPC mas sim uma espécie de ascensão dissimulada, com o objetivo muito claro de assumir a preponderância do sistema regional, como já o havia feito no passado. Assim o conceito de ascensão não pode ser completamente desligado da sua componente bélica e como tal, apesar da sua retórica pacifista, a RPC é uma potência que naturalmente terá como ambição o domínio do sistema e recuperação desse estatuto de preponderância regional há muito perdido.

Como argumentação muitos apontam para o momento de “oportunidade estratégica” da RPC no contexto regional e global. A reorientação da Casa Branca para o “médio oriente” no combate ao terrorismo conduziu a uma relativa erosão do *soft power* norte-americano na região e conseqüente alívio da pressão geopolítica exercida sobre Pequim. Também os primeiros sinais de declínio do poder e da economia dos EUA e por outro lado o crescimento exponencial do poder chinês, do seu estatuto internacional e do impacto da sua economia num ambiente de crise económica e financeira global e regional, projetaram a RPC para um papel de preponderância na região.

Por sua vez, aqueles que olham para a retórica Chinesa de ascensão pacífica com otimismo, seguindo um ponto de vista liberal institucionalista, acreditam que o comportamento político e militar da RPC pode ser contido pela sua acomodação no sistema através de uma rede de instituições potenciadoras de um elevado grau de interdependência e comprometimento do país na região e desde que este mesmo ambiente continue a ser percecionado por Pequim como positivo para os seus interesses internos e externos.

Segundo os mesmos, o crescente envolvimento da RPC nas instituições e normas internacionais estabelecidas não impede a sua ascensão como grande potência regional e global mas terá um efeito dissuasor naquilo que podem ser as ambições hegemónicas e possível postura revisionista da parte do gigante asiático. Ainda na mesma linha de argumentação, acredita-se que os resultados positivos e o enorme sucesso económico obtido neste sistema regional, moldado e influenciado pela liderança dos EUA, trouxe uma prosperidade e estabilidade interna nunca antes vivida no país pelo que se entende

que o governo de Pequim não acalente uma vontade determinada em transformar as regras dessa mesma ordem internacional⁸³.

Outro argumento a favor da ascensão pacífica da RPC e da benignidade das suas ambições reside na relação entre o desenvolvimento económico e a evolução da política interna nacional. Baseando-se no pressuposto da “paz democrática”, de que democracias não se enfrentam por via armada entre si, existe a confiança de que à medida que as condições de vida e o desenvolvimento social continuam a melhorar, é expectável a emergência de uma nova classe média capaz de pressionar o PCC a avançar para uma transição política em direção a um regime cada vez mais democrático⁸⁴.

3. A RPC e o mundo Harmonioso

Aquando do seu discurso, “Strive to Construct Harmonious World of Lasting Peace and Common Prosperity”⁸⁵, durante as comemorações do 60º aniversário da ONU, Hu Jintao definiu uma nova conceção Chinesa da ordem internacional reforçando e reafirmando a estratégia de desenvolvimento pacífico seguida nas últimas décadas e ancorada em quatro princípios base: 1) Salvar a paz e a estabilidade mundial seguindo os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica” delineados em 1955; 2) Promoção da igualdade e abertura ao desenvolvimento económico e participação dos diversos Estados nas instituições e segurança internacional; 3) Encarar a cooperação de forma mais aberta em prol do benefício comum com vista a um desenvolvimento sustentável e equilibrado e atenuar a clivagem entre os países do Norte e do Sul; 4) Defesa dos princípios de tolerância, harmonia e abertura ao diálogo entre países, regiões e civilizações de forma a colmatar as diferenças e procurar pontos de interesse comum⁸⁶.

Com este reafirmar da continuidade da estratégia de desenvolvimento pacífico, Hu Jintao refuta a perceção de que a ascensão Chinesa tenderá a gerar a instabilidade

⁸³ LOGAN, Justin (2013). “China, America, and the Pivot o Asia”. In Policy Analysis, n° 717, pp-2-27.

⁸⁴ Ibid.

⁸⁵ HU, Jintao (2005). *Build Towards a Harmonious World of Lasting Peace and Common Prosperity* - Statement by H.E. Hu Jintao President of the People's Republic of China At the United Nations Summit New York, September 15, 2005.

⁸⁶ CARRIÇO, Alexandre (2013). “Cinco Debates, uma Grande Estratégia”. In Nação e Defesa, N°. 134 – 5ª série

regional e global ao mesmo tempo que apresenta uma imagem de uma China como “potência responsável”⁸⁷, mais participativa e envolvida nas instituições internacionais, satisfeita com os benefícios e os impactos positivos da sua inserção num mundo globalizado e defensora do atual modelo económico e securitário do sistema internacional.

No entanto, é ainda o *hard power* que determina a força e superioridade de um Estado no sistema internacional, pelo que não é de todo surpreendente que, desde o início do século XXI, apesar da retórica pacifista de Pequim, as despesas militares do Estado chinês tenham aumentado de forma impressionante⁸⁸. Como tal seria ingénuo excluir a hipótese, ainda que remota, do país poder recorrer à força militar na defesa dos seus interesses ou no caso de sentir a sua esfera de influência geopolítica, integridade territorial, ou estabilidade interna sob ameaça.

No caso da RPC, em particular, importa lembrar que a questão de Taiwan assume contornos ímpares e delicados uma vez que para Pequim a ilha em causa é parte integrante do seu território e da sua esfera de influência, como tal a possibilidade de uma declaração de independência ou a presença efetiva das forças norte-americanas na ilha por si só pode ser o rastilho para a ignição de um conflito de largas proporções na região, isto porque tais hipóteses podem ser percecionadas como uma afronta e séria ameaça à sua integridade territorial, estabilidade interna e interesses de dimensão externa⁸⁹, que de resto já tem gerado diversos momentos de confronto entre ambas as potências.

Com as suas fronteiras no interior relativamente estáveis e seguras, os desafios geopolíticos mais relevantes e problemáticos para os interesses chineses encontram-se agora no Pacífico onde a primeira preocupação de Pequim, mais do que o domínio da região envolvente, é evitar uma coligação de vizinhos hostis que coloque em perigo a integridade e estabilidade alcançada nas suas fronteiras.

Apesar das difíceis relações com o Japão e dos inúmeros diferendos que mantem na península coreana, no estreito de Taiwan⁹⁰, e com diversos países do sudeste asiático nos mares do sul da china, que fazem da posição geoestratégica da RPC um autêntico

⁸⁷ Ibid.

⁸⁸ Cf. dados retirados de World Bank Group apresentados no anexo 8.

⁸⁹ SHIRK, Susan L. (2007). *China. Fragile Superpower*, Oxford University Press.

⁹⁰ Que colocam o país em rota de colisão com a potência preponderante do sistema regional e global, os EUA.

pesadelo defensivo, é natural que o governo de Pequim não tenha interesse em tomar medidas demasiado hostis e que abalem o “mundo harmonioso”, isto é, a estabilidade regional na qual assenta a sustentabilidade e continuação do sucesso e desenvolvimento económico e social, conseguidos nas últimas décadas.

4. O declínio Norte-Americano e o despertar do Dragão: O momento da “Oportunidade estratégica”.

A crise financeira de 2008 foi o ponto de viragem no comportamento de Pequim no sistema regional e global e especialmente perante o poder dos EUA na região Ásia-Pacífico⁹¹. Como vimos, até então o PCC tinha vindo a optar por um comportamento mais conciliador, essencialmente de acomodação, reconhecendo que a política de não confronto com os EUA servia melhor os interesses de fortalecimento do seu poder, de manter e acumular os ganhos retirados do recente crescimento económico regional e beneficiar do ambiente de segurança e prosperidade garantidos pela presença militar de Washington em função da preservação do “bem comum”⁹², ou seja, na garantia da segurança das principais rotas comerciais na região Ásia-Pacífico, vitais para a economia Chinesa.

A partir de 2008/09 a RPC assume um tom mais assertivo perante os seus vizinhos e os EUA. Esta postura mais desafiante torna-se bem notória no plano das suas disputas territoriais e marítimas com o Japão ou com alguns países da ASEAN, tendo-se vindo a verificar um multiplicar de incidentes internacionais entre as forças marítimas militares Chinesas e de alguns países da região em torno das disputas pelo domínio do espaço marítimo⁹³.

No plano político-diplomático e económico internacional saltam à vista as iniciativas lançadas por Pequim como as reuniões dos BRIC’s⁹⁴, a reivindicação de uma

⁹¹ NYE, J. S. (2010). *American and Chinese Power after the Financial Crisis*. IN *The Washington Quarterly*, pp. 143-153.

⁹² No seu trabalho, “Command of the Commons: The Military Foundation of US Hegemony” (2003), Barry S. Posen refere-se a este bem comum como “global Commons”.

⁹³ Exemplo disso são os sucessivos incidentes no mar do sul da china envolvendo a RPC e os demais países da região incluindo a marinha dos EUA.

⁹⁴ Grupo composto por economias emergentes (ou re-emergentes no caso da Rússia e da China)

maior preponderância dos países emergentes no seio de instituições como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional (FMI), e uma oposição cada vez mais constante e confrontacional quanto às moções Norte-Americanas dentro do Conselho de Segurança da ONU.

Como resultado, algumas questões têm regressado ao centro dos debates académicos acerca do futuro e da manutenção da estabilidade na região Ásia-pacífico, em grande medida, suscitadas pelas dúvidas quanto ao posicionamento e atuação da RPC neste novo contexto geoestratégico e a quanto à sua interação com os EUA.

Esta nova postura Chinesa é em parte explicável pela perceção de relativo declínio do poder norte-americano ora pela crise de 2008, que deixou a sua marca na economia da grande potência global⁹⁵, ora pelas visíveis dificuldades das suas forças militares no Iraque e no Afeganistão que forçaram um reajustamento da sua política externa, estratégia militar, económica e de segurança para a região Ásia-Pacífico de forma a preservar o seu estatuto de liderança face a uma RPC cada vez mais fortalecida e que acabava de anunciar a sua vontade em tornar-se numa potência marítima⁹⁶.

Se do lado Chinês a dimensão militar do retorno dos EUA à Ásia inicialmente não gerou uma precipitação plasmável numa reação mais assertiva e de confronto perante este *rebalancing* de Washington para a região⁹⁷, já na Casa Branca, depois de anunciada a intenção da RPC em tornar-se uma potência marítima, todos os alarmes dispararam quando o líder chinês, Xi Jinping, num discurso de claro nacionalismo, exortou á recuperação do “sonho chinês⁹⁸” e da restauração do poder do país na região⁹⁹.

Tanto os EUA como a comunidade internacional reagiram com natural apreensão perante esta súbita evolução da orientação política e estratégia Chinesa. Na verdade, há quem aponte para uma nítida erosão do discurso da “ascensão pacífica” da parte das elites dirigentes Chinesas e da estratégia de *low profile* recomendada por Deng Xiaoping para

⁹⁵ Cf. dados retirados de World Bank Group apresentados no anexo 9.

⁹⁶ Vontade expressa em 2012 aquando do 18º Congresso do Partido Comunista Chinês numa altura em que os EUA anunciavam o *rebalancing to Asia*.

⁹⁷ CARRIÇO, Alexandre (2013). “Cinco Debates, uma Grande Estratégia”. In Nação e Defesa, Nº. 134 – 5ª série.

⁹⁸ Sonho esse de recuperação do seu papel de liderança da região e destino global e reunificação de todos os territórios considerados por Pequim como seus, dos quais se integra a ilha de Taiwan, as ilhas Senkaku/Diaoyu, e os vários arquipélagos, ilhéus e respectivo espaço marítimo do mar do sul da china.

⁹⁹ GRAMMATICAS, Damian (2013). *China's new presidente Xi Jinping: A man with a dream*. Publicado por BBC News a 14/03/2013.

a condução da política externa nacional. Com efeito, Xi Jinping, apesar de assegurar que a RPC irá continuar a seguir o caminho do “desenvolvimento pacífico”, tem optado por um discurso onde defende uma RPC mais proactiva no sistema internacional com uma abordagem “mais musculada” e mais assertiva na defesa dos seus interesses e da sua influência política na região¹⁰⁰.

Tal como Xi, a elite intelectual Chinesa e académicos de todo o mundo reconhecem que a RPC goza de um “período de oportunidade estratégica”¹⁰¹, apenas possível porque o país dispõe atualmente de uma realidade geoestratégica favorável e de condições para transformar a sua força económica em poder e preponderância estratégica, prevendo-se uma maior vontade da liderança Chinesa em alcançar uma posição confortável no núcleo restrito de potências que detêm o poder decisório global.

Acresce o facto da RPC se apresentar já como a segunda potência com o maior orçamento para a defesa a nível mundial e a que mais gasta em meios militares na região, revelando também uma grande capacidade de modernização tecnológica dos seus equipamentos e sistemas de defesa¹⁰². Este reconhecimento do incrível robustecimento das forças armadas Chinesas e da sua maior assertividade na defesa dos seus interesses externos tem levado os seus vizinhos, especialmente o Japão, a entender a RPC como um Estado com um comportamento tradicional de uma potência em ascensão com o desejo de dominar o sistema e subordinar os seus vizinhos sob o seu poder¹⁰³. De resto, como consequência e em resposta às disputas abertas pela RPC em torno da definição do seu espaço aéreo e defesa no mar da china oriental, o ministro japonês, Shinzo Abe, preparou o maior aumento de sempre no orçamento da defesa japonês quebrando assim com a política pacifista e não militarista seguida desde o fim da II Guerra Mundial¹⁰⁴.

Parece existir um consenso geral de que a RPC tem ainda um longo caminho a percorrer e que o seu poder militar é ainda muito inferior ao dos EUA. Contudo, a

¹⁰⁰ GREEN, Michael, et al. (2016). *Asia-Pacific Rebalance 2025. Capabilities, Presence and Partnerships*. In CSIS.

¹⁰¹ Ibid.

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ De resto, praticamente todos os vizinhos deste gigante asiático têm aumentado as suas despesas militares de forma a equilibrar a sua força com o poder chinês como é possível ver no quadro apresentado no anexo 3.

¹⁰⁴ FERREIRA, Ana Gomes (2014). *A Olhar para a China, o Japão prepara grande aumento do orçamento militar*. In *Jornal Público*, publicado a 29/08/2014 - 19:13.

documentação oficial norte-americana¹⁰⁵, dá conta que o poder militar chinês está em rápido crescimento e que a RPC continuará a investir fortemente nas suas capacidades militares durante os próximos anos levando assim à conclusão de que os EUA não mais terão condições em conter a ascensão deste dragão asiático¹⁰⁶.

Tal não impede que os EUA, desde 1997 tenham vindo a reforçar constantemente a sua presença na região, reforço esse acentuado em 2011 com a nova política de *rebalancing*, transferindo consideráveis porções do seu *hard power*, distribuído por todo o mundo, para o Pacífico. Segundo Ross (2012)¹⁰⁷, o problema com este regresso à Ásia é a desproporção entre o investimento anunciado e a real ameaça que a RPC representa para os interesses dos EUA correndo o risco de incentivar Pequim, que tem até tido um comportamento cauteloso, a tomar uma postura mais assertiva neste novo contexto geoestratégico.

VI - A presença dos EUA na região Ásia-Pacífico e as suas relações com o grande Dragão asiático.

1. Os primeiros contactos.

Apesar da enorme distância entre estes dois países, as relações entre os EUA e a RPC são tão antigas quanto os próprios EUA. Pouco tempo após a assinatura do Tratado de Paris¹⁰⁸, assinado em 1783, as primeiras relações comerciais haviam sido estabelecidas entre os dois países¹⁰⁹.

Durante largas décadas estas relações assentavam fundamentalmente sobre comércio sendo que os contactos internacionais eram estabelecidos através dos comerciantes e sem qualquer representação diplomática oficial. Tal só seria feito após a

¹⁰⁵ A partir de relatórios disponíveis nas plataformas online oficiais do Departamento de Defesa dos EUA (DoD) como por exemplo os vários relatórios anuais sobre a evolução da modernização militar chinesa.

¹⁰⁶ GREEN, Michael, et al. (2016). *Asia-Pacific Rebalance 2025. Capabilities, Presence and Partnerships*. In CSIS.

¹⁰⁷ ROSS, Robert S. (2012). *The problem with the Pivot. Obama's new Asia Policy is unnecessary and counterproductive*. In *Foreign Affairs*, Essay November/December 2012 Issue.

¹⁰⁸ Tratado que pôs termo à guerra de independência das colónias Norte-Americanas contra a Inglaterra.

¹⁰⁹ Herring, George C. (2008). *From Colony to Superpower: U.S. Foreign Relations since 1776*. New York. Oxford University Press.

Guerra do Ópio¹¹⁰, quando o presidente John Tyler enviou a primeira missão diplomática à China com o intuito de assegurar um rol de concessões e direitos para os comerciantes americanos, resultando assim, em 1844, na ratificação do Tratado de Wanghia¹¹¹.

A partir daqui a presença dos EUA na região intensificou-se sendo os contactos entre os dois países cada vez mais frequentes. Com o Tratado de Tientsin os EUA, assim como as demais potências ocidentais, adquiriram os direitos de estabelecer delegações diplomáticas na capital Chinesa, livre circulação dos seus cidadãos e comerciantes pelas províncias interiores e a livre navegação no rio Yangtzé¹¹². As ingerências Norte-Americanas nos assuntos asiáticos não ficariam por aqui. A revolta dos Boxers motivou uma ampla intervenção ocidental que só não suprimiu a independência e integridade do território chinês devido à intervenção da recente nação¹¹³, considerada pelos chineses como a “mais remota e menos civilizada das nações ocidentais”¹¹⁴.

2. O início de um relacionamento difícil.

Humilhada e submetida ao poder das nações ocidentais, a China entra no século XX em grandes dificuldades internas e externas que culminaram numa revolta que em 1912 derrubou o imperador e instaurou a República.

Os EUA sob a administração Wilson, vendo este período de fragilidade da China como uma oportunidade para estenderem a sua influência e garantir uma relação privilegiada com aquele país, reconheceram prontamente o novo regime. Contudo, para o lado chinês, esta amizade não trouxe quaisquer vantagens ou resultados positivos já que para além de rejeitarem todos os pedidos de concessão de empréstimos, os EUA,

¹¹⁰ Guerra entre a China e o império Britânico aquando da proibição Chinesa do tráfico do ópio vindo da Índia e que permitia o equilíbrio da balança comercial britânica com aquele país.

¹¹¹ WORDEN, Robert L., Savada, Andrea M., Dolan, Ronald E., Library of Congress. Federal Research Division (1988). *China, a Country Study*, 4ª Ed., Washington D.C., Federal Research Division, Library of Congress.

¹¹² Também chamado de “Rio azul”, é o maior rio do continente asiático assumindo uma grande importância histórica e geográfica para o império chinês.

¹¹³ Anunciando a sua política externa de “porta aberta para a China”. WORDEN, Robert L., Savada, Andrea M., Dolan, Ronald E., Library of Congress. Federal Research Division (1988). *China, a Country Study*. 4ª Ed., Washington D.C., Federal Research Division, Library of Congress.

¹¹⁴ Ibid.

ignoraram os apelos deste novo regime quando o país, em 1914, foi invadido pelo Japão tendo ainda, após o término da I Guerra Mundial, reconhecido as reivindicações do império nipónico sob territórios da Chineses de modo a garantir a sua participação na Sociedade das Nações (SDN)¹¹⁵.

No período entre guerras ao mesmo tempo que os EUA procuravam estimular o desenvolvimento da China através do incentivo ao investimento naquele país, os empréstimos concedidos ao Japão continuavam a crescer tornando os EUA um dos principais financiadores do expansionismo japonês na Ásia, que naturalmente chocava com os interesses chineses.

Em 1927 rebenta a guerra civil entre comunistas e nacionalistas deixando o país dividido, de rastos e à merce dos seus vizinhos. Neste contexto o Japão invade o Norte da China (a província da Manchúria) e por mais uma vez os EUA provaram ser “um mau amigo” abandonando a China à sua sorte perante o império do sol nascente. Tal só viria a mudar quando o Japão avançou sobre os territórios coloniais europeus e lançou o célebre ataque à Frota Norte-Americana do Pacífico, estacionada na base de Pearl Harbor, no Hawai¹¹⁶.

De imediato, os EUA viriam a lançar um programa massivo de ajudas financeiras e assistências militares celebrando acordos que previam a presença e auxílio das tropas americanas em território chinês, procurando também assumir-se como mediador entre comunistas e nacionalistas de forma a pacificar e estabilizar o país em prol de uma frente mais eficaz na guerra contra o Japão¹¹⁷.

No entanto estas boas relações não durariam até ao final dessa mesma década já que com a derrota dos Nacionalistas e a instauração da República Popular da China em 1949, os EUA optaram por reconhecer o regime de Taiwan como um único representante

¹¹⁵ Ibid.

¹¹⁶ Os territórios em questão referem-se à importante província de Shandong que era «administrada» pela Alemanha. Para os chineses esta província é crucial pela simples razão de ser vista como o berço da civilização Chinesa e na qual, por exemplo, nasceu Confúcio.

¹¹⁷ Este novo contexto marca o fim de quase um século de tratados humilhantes e desiguais já que a ameaça japonesa levou tanto os EUA como o Reino Unido a reverem os seus acordos com a China de forma a incentivarem uma resistência mais eficaz da sua parte e obter os apoios necessários para as ofensivas das potências ocidentais às tropas japonesas. - WORDEN, Robert L., Savada, Andrea M., Dolan, Ronald E., Library of Congress. Federal Research Division (1988). *China, a Country Study*. 4ª Ed., Washington D.C., Federal Research Division, Library of Congress.

legítimo de toda a China acabando por cortar as suas relações com a China comunista de Mao.

Apenas um ano volvido e já os dois gigantes estavam envolvidos em guerra. Em Junho de 1950 a Coreia do Norte invade o seu vizinho do sul motivando uma pronta resposta Norte-Americana contra as tropas comunistas. Ao mesmo tempo a 7ª frota era posicionada no Estreito de Taiwan como meio dissuasor das hostilidades entre “as duas Chinas”. A resposta de Mao não tardou e em Outubro as tropas Chinesas entram em ação no conflito das coreias forçando o regresso das forças conjuntas dos EUA e da ONU ao Pararelo 38¹¹⁸.

No ano seguinte Mao continuava a pressionar as forças norte-americanas, desta vez no estreito de Taiwan onde, em Agosto de 1954, foi ordenado o bombardeamento de algumas ilhas sob o domínio do Kuomintang¹¹⁹. Esta ação motivou o governo norte-americano a apoiar as retaliações dos nacionalistas e a elaborar um plano conjunto de defesa contra uma possível invasão comunista¹²⁰.

Em 1958 as possessões Taiwanesas junto à costa (como a ilha de Jinmen) voltam a ser bombardeadas. Desta feita o objetivo de Mao passava apenas por quebrar o isolamento a que o seu país havia sido remetido de forma a chamar os EUA para a mesa de negociações e forçar a URSS a assumir os seus compromissos para com o seu aliado comunista¹²¹.

¹¹⁸ Se no mar a China não tinha como fazer frente ao poderio naval norte-americano no continente e ao enfrentar com sucesso as forças Norte-Americanas na península coreana, a RPC assumia-se como um poder militar a ter em conta na região. - WORDEN, Robert L., Savada, Andrea M., Dolan, Ronald E., Library of Congress. Federal Research Division (1988). *China, a Country Study*. 4ª Ed., Washington D.C., Federal Research Division, Library of Congress.

¹¹⁹ Partido histórico dos nacionalistas chineses que após a derrota na guerra civil tem governado a ilha desde 1949 até 2016 tendo perdido neste ano as eleições gerais.

¹²⁰ Na verdade nenhum dos lados desejava um escalar de tensões que levasse ao conflito armado. Os EUA procuravam defender um aliado estratégico mas sem entrarem numa guerra por alguns ilhéus. Do outro lado, os chineses apenas queriam fazer uma demonstração de força perante as forças Norte-Americanas no estreito e manter a reunificação da ilha como um objetivo ao seu alcance.

¹²¹ Herring, George C. (2008). *From Colony to Superpower: U.S. Foreign Relations since 1776*. New York. Oxford University Press.

3. A necessidade de reaproximação numa guerra ideológica.

O primeiro passo em direção à aproximação e normalização das relações com a RPC foi dado pela administração Johnson ao avançar para negociações sobre a redução de armamento nuclear, tendo estas sido interrompidas no momento da intervenção soviética em Praga em 1968. Ao entrar para as eleições primárias o Partido Republicano dos EUA esboçava já intenções de voltar a encetar conversações com o governo chinês no sentido de se iniciar uma aproximação político-diplomática com aquele país. Tal vontade viria a ser confirmada e amplamente expressa por Nixon e Kissinger durante a campanha presidencial desse mesmo ano¹²².

Do ponto de vista de Washington, uma aproximação entre os EUA e a RPC poderia ter como efeitos a estabilidade da região e o afastamento político entre as duas maiores potências comunistas. Já para Pequim, encetar o diálogo com os EUA era fundamental, pois era urgente resgatar o país do isolamento internacional a que estava sujeito e de começar a por ordem nas suas relações externas de forma a garantir alguma estabilidade nas suas políticas internas e externas¹²³.

Num momento em que as relações entre chineses e soviéticos adquiriam um tom mais sério, os sinais de abertura diplomática da RPC motivaram da parte de Washington um conjunto de medidas unilaterais com vista ao estabelecimento do diálogo com o gigante asiático¹²⁴.

Recorda Kissinger (2011) que tal se veio a suceder em 1971 sob mediação Paquistanesa quando se deslocou àquele país e onde foi posta em prática uma operação¹²⁵ que o levaria em segredo até à RPC para se reunir com líder do PCC, Chu En-Lai, de

¹²² YAHUDA, Michael (2011). *The international Politics of Asia-Pacific*. 3ª edição, Routledge.

¹²³ A URSS mostrava-se mais agressiva para com a RPC devido ao afastamento ideológico e político entre ambas as potências, a Índia continuava a ser um vizinho hostil à espera de uma oportunidade de se desferrar da humilhação de 1962, Taiwan mantinha o seu governo autoproclamado e de pedra e cal na sua ambição independentista assim como o Tibete, o Japão continuava a ser um adversário hostil e sempre pronto a pressionar a RPC e os EUA mantinham um enorme contingente militar perigosamente próximo das suas fronteiras ao mesmo tempo que construíam uma rede de alianças que cada vez mais cercavam o país e limitavam o seu espaço de influência na região. - KISSINGER, Henry (2011). *On China*. Nova Iorque: The Penguin Press.

¹²⁴ Kissinger relembra que a partir de 1969, foi permitido aos cidadãos norte-americanos viajar para a RPC e trazer produtos adquiridos nesse país tendo sido enviados também carregamentos de cereais como iniciativa para relembrar o governo de Pequim da amizade comercial que ligava os dois países ao longo do século XIX. - KISSINGER, Henry (2011). *On China*. Nova Iorque: The Penguin Press.

¹²⁵ Conhecida como operação Marco Pólo.

forma a preparar, entre outras discussões, uma futura deslocação do presidente Nixon e encontro entre os dois governos naquele país. Tal se veio a suceder em 1972 quando Nixon revela publicamente a missão de Kissinger e anuncia o convite chinês para se deslocar ao país. Dessa deslocação resultou o Comunicado de Xangai, assinado por ambos os líderes, e que se pretendia usar como um guia para as relações futuras e onde estavam enunciados os pontos de acordo e desacordo entre os dois países¹²⁶.

Logo em 1973 é criado o Gabinete de Ligação dos EUA com aquele país, sediado em Pequim, com a missão de preparar o caminho para a normalização das relações e instalação de uma embaixada na capital Chinesa marcando assim o início da reintegração da RPC no sistema internacional e o fim da política de isolacionismo e conseqüentemente o isolamento político-diplomático a que estava sujeita desde a revolução comunista

4. A abertura da RPC e uma nova era nas relações com os EUA.

Com a morte de Mao Tsé-Tung, em 1976, o seu sucessor, Deng Xiaoping inicia um período de reformas que transformaram profundamente a RPC, abrindo o país ao mundo e alterando drasticamente a sua orientação de política externa.

Na senda das conversações iniciadas no início da década, a administração Carter e o novo líder chinês deram continuidade ao processo de reaproximação política e diplomática entre os dois países. A 1 de Janeiro de 1979, a RPC e os EUA anunciam formalmente o reatar das relações diplomáticas oficiais tendo os EUA cortado as suas relações formais com Taiwan e anulado o Tratado de Defesa Mútua que mantinha com os nacionalistas chineses¹²⁷. Contudo, os EUA ainda num contexto de Guerra Fria, reconhecendo a importância estratégica da ilha na região, hesitaram em abandonar a ilha e o governo de Taipé à sua sorte, tendo promulgado a lei *Taiwan Relations Act* (TRA)

¹²⁶ KISSINGER, Henry (2011). *On China*. Nova Iorque: The Penguin Press; Nesse comunicado era também contemplado o problema de Taiwan (Taiwan Documents Project, 1972), considerado como o principal obstáculo à normalização das relações entre Washington e Pequim sobre o qual a China rejeitava a solução das “Duas Chinas” ou dos “Dois governos”.

¹²⁷ Tal motivou amplos protestos da parte do governo taiwanês e dos seus apoiantes políticos no seio das instituições públicas Norte-Americanas.

que assenta numa política de ambiguidade na defesa ativa da ilha garantindo o contínuo fornecimento de armamento a Taipé¹²⁸.

Em relação ao Taiwan Relations Act de 1979 importa ainda destacar que se tratou de uma iniciativa do Congresso como contrapeso à opção presidencial de deixar o regime da República da China à mercê do regime comunista vigente no continente. Mais ainda, tanto no passado como actualmete, o *lobby* de Taiwan mantém-se fortíssimo em Washington e fazendo valer todas as suas armas para que fosse criada legislação que não deixasse o governo de Taipé totalmente desamparado e eque se mantem até hoje.

O futuro parecia risonho para este novo namoro entre Chineses e norte-americanos mas se do lado Chinês o problema da alternância política e súbita mudança de vontades e de orientação de política externa não se colocava, já do lado dos EUA o caso era bem diferente. Na verdade a constante mudança de governos trazia sempre novas ideias, novas perceções sobre a dinâmica das relações internacionais e novos posicionamentos acerca dos assuntos internacionais nos quais os EUA estão envolvidos.

Assim, quando Ronald Reagan, grande crítico do comunismo e apoiante da causa Taiwanesa, assume o seu mandato, naturalmente assume uma postura mais hostil para com a RPC¹²⁹ conduzindo a um esfriamento nas relações com a potência asiática. Apesar da desaprovação e os protestos endereçados ao seu homólogo norte-americano, Deng não estava disposto a arriscar os benefícios económicos trazidos pela relação mais amistosa com os EUA por causa de Taiwan, algo partilhado no outro lado do Pacífico onde se olhava para a RPC como um mercado apetecível e repleto de oportunidades para os seus empresários¹³⁰.

Se Reagan conseguiu manter o seu relacionamento com a RPC relativamente estável e sem nenhuma crise grave, o mesmo não se poderá dizer do seu sucessor. Pouco tempo após a tomada de posse de George H. W. Bush, a resposta implacável do governo chinês aos protestos de Tiananmen força uma mudança na dinâmica das relações da Casa

¹²⁸ YAHUDA, Michael (2011). *The international Politics of Asia-Pacific*. 3ª edição, Routledge.

¹²⁹ Possível de demonstrar com a sua política de venda de armas ao adversário do outro lado do estreito ou pelas “seis garantias” concedidas aos nacionalistas após o 3º comunicado conjunto de 17 Agosto com a RPC.

¹³⁰ KISSINGER, Henry (2011). *On China*. Nova Iorque: The Penguin Press.

Branca com aquele país. O 41º presidente dos EUA¹³¹ sob pressão do congresso americano e da sociedade internacional vê-se forçado a condenar publicamente o incidente suspendendo os canais diplomáticos com Pequim, embargando a venda de armas e bloqueando todos os empréstimos financeiros requeridos pela RPC junto das organizações internacionais.

Com a chegada de Bill Clinton à presidência as relações entre os dois países entraram num período de crispação. Em 1993 a marinha americana realiza uma inspeção forçada a um navio chinês no Golfo Pérsico sob o pretexto que este levava material químico para o Irão e no ano seguinte são repostas as sanções sobre a venda de armas. A resposta chinesa não se fez tardar e, após fortes protestos e condenações à atuação da Casa Branca, em 1995 dava início a uma postura agressiva e determinada durante o período das eleições em Taiwan. Eclodia assim a Terceira Crise do Estreito de Taiwan quando os chineses iniciam movimentações militares com exercícios navais e testes balísticos de mísseis de longo alcance¹³².

Após a reeleição, Clinton tenta amenizar os ânimos junto do seu homólogo chinês através da realização de encontros aos mais altos níveis¹³³. Este esforço diplomático viria ser em vão quando em 1999 a embaixada Chinesa em Belgrado foi acidentalmente bombardeada durante a Guerra do Kosovo. Se as relações entre as duas potências durante a administração Clinton não acabaram bem, é seguro dizer que com a administração seguinte não iriam começar da melhor forma.

As relações entre os dois países pareciam condenadas ao retrocesso e conseqüente deterioração quando George W. Bush assume os comandos da grande potência global. Com a sua tomada do poder, os principais cargos públicos foram entregues aos partidários da ala mais neoconservadora do partido republicano que olhavam para a RPC como uma ameaça que devia ser contida¹³⁴.

¹³¹ É verdade que as questões normativas (direitos humanos) foram centrais mas ao mesmo tempo foi Bill Clinton que dissociou a renovação do estatuto de nação mais favorecida à avaliação anual dos direitos humanos na China, que foi imposta após o massacre de 1989.

¹³² AMADO, Joana (1999). *China ensaia a guerra*. In Jornal Público, publicado a 18/07/1999 – 00:00.

¹³³ Em 1997, os EUA recebem Jiang Zemin e volvido um ano foi a vez do presidente norte-americano retribuir a visita.

¹³⁴ YAHUDA, Michael (2011). *The international Politics of Asia-Pacific*. 3ª edição, Routledge.

Não demorou muito a surgir uma nova crise nas relações dos dois gigantes mundiais. Em Abril de 2001, uma colisão entre um avião de espionagem americano e um caça chinês resultou num escalar de tensões entre os dois governos que só viria a ser ultrapassado quando, após o célebre ataque de 11 de Setembro, os EUA alteram drástica e dramaticamente a sua política externa mundial e concentram todos os seus esforços na luta contra o terrorismo e consequentes invasões ao Afeganistão e Iraque¹³⁵.

Já a RPC “larga o assunto” e apressa-se a oferecer o seu apoio aproveitando a oportunidade para estender a sua influência no Sudeste Asiático e iniciar a sua ascensão na região enquanto a grande potência se encontrava distraída com os assuntos no “grande médio Oriente”¹³⁶.

Enquanto a grande potência global se encontrava ocupada na retaliação ao ataque sofrido em 2001 e nas suas operações no Afeganistão e no Iraque, a RPC aproveitou esse período em que as questões asiáticas não estavam no topo das prioridades da Casa Branca para estender a sua influência económica e política na região, no mundo e nas instituições internacionais. Neste contexto, a administração Obama assume os destinos dos EUA num momento de “oportunidade estratégica” da RPC e com a imagem do poder do seu país deteriorada.

De facto a RPC havia aproveitado para estender a sua influencia económica e política na região, e nas instituições internacionais tendo ainda implementado uma política de modernização da sua industria militar e das suas forças armadas, com especial atenção ao arranque do projeto de uma marinha com uma capacidade de operar em águas profundas e bloquear a capacidade dos EUA em operar eficazmente próximo da sua área marítima de influencia, em especial no Estreito de Taiwan.

É neste contexto que a Casa Branca anuncia o seu “retorno” à Ásia redireccionando uma boa parte das suas forças militares mas também a sua atenção política e diplomática para a região e iniciando uma serie de esforços de reforço e estabelecimento de relações com inúmeros países ao longo de toda a região, desde a Coreia do Sul à Austrália.

¹³⁵ Ibid.

¹³⁶ Grande médio Oriente é um termo político lançado por George W. Bush e que compreende países, como o Afeganistão, Paquistão, ou repúblicas do Cáucaso e da ásia central, e que já se encontram fora da circunscrição tradicional do Médio Oriente

Não obstante, é durante este período que verificamos um aumento dos incidentes entre as marinhas dos EUA e dos seus aliados e parceiros regionais com a marinha da RPC, sobretudo nos espaços em disputa nos mares do sul da china. Este é de facto um sinal de que a região Ásia-Pacífico é cada vez mais um espaço geoestratégico determinante ao nível global e onde os choques entre a RPC e os EUA se vão acentuar num futuro próximo.

VII - Os EUA no pacífico, potência hegemónica num sistema internacional unipolar, ou apenas um jogo de sombras?

1. A presença dos EUA na região, benigna ou geradora de conflito?

O fim do período bipolar que caracteriza a Guerra-Fria é muitas vezes apontado como o momento que definiu uma transição inegável no sistema internacional. De facto, segundo Nuno Monteiro, o fim da Guerra-Fria e conseqüentemente a implosão da União Soviética trouxeram um paradoxo central nas políticas de segurança nas relações internacionais¹³⁷. Se por um lado, o clima de competição permanente entre grandes potências, como fruto do conflito entre estados movidos pelos seus próprios dilemas de segurança, sofreu um extraordinário decréscimo¹³⁸ levando os EUA a assumir o estatuto de potência dominante no sistema internacional, é também certo que, ao longo das já quase três décadas que decorreram, os EUA estiveram frequentemente envolvidos em conflitos militares¹³⁹.

A unipolaridade não se define como um sistema cuja estrutura assenta numa hierarquia ou num modelo imperial onde apenas existe uma grande potência. O facto do sistema internacional se apresentar apenas com um único pólo de poder resulta da

¹³⁷ WOLFORTH, William C. (1999) *The Stability of a Unipolar World*. In *International Security*, Vol. 24, Nº 1, pp. 5-41; MONTEIRO, Nuno P. (2008). *A Unipolaridade Americana*. In *Relações Internacionais*, nº19, pp. 73-87.

¹³⁸ WOLFORTH, William C. (1999) *The Stability of a Unipolar World*. In *International Security*, Vol. 24, Nº 1, pp. 5-41.

¹³⁹ MONTEIRO, Nuno P. (2008). *A Unipolaridade Americana*. In *Relações Internacionais*, nº19, pp. 73-87.

preponderância extraordinária que a grande potência adquiriu mas não excluí a possibilidade de existência de outras potências¹⁴⁰.

É inegável que atualmente os EUA assumem uma preponderância esmagadora no sistema internacional sendo que nenhum outro estado possui um poder económico ou militar equiparável ao poder norte-americano¹⁴¹. Sozinhos, os EUA representam cerca 25% da riqueza mundial sendo que a RPC, atualmente o mais rico, e para muitos, o mais poderoso país não aliado dos EUA, ainda que apresente um índice de crescimento económico impressionante, está ainda a alguma distância do nível económico norte-americano¹⁴².

No que toca aos indicadores militares, os EUA não encontram nenhuma outra potência capaz de fazer frente ao seu enorme poderio militar. Quanto aos dados tornados públicos no seu orçamento de defesa, em 2008, os gastos militares dos EUA representavam cerca metade das despesas militares de todos os países do mundo combinados. Mesmo a RPC, a maior potência militar não aliada dos EUA, apesar do seu enorme potencial económico, demográfico e militar, não parece estar, pelo menos tão cedo, em condições de fazer face à avassaladora capacidade militar norte-americana¹⁴³.

O poder militar dos EUA assenta em grande medida na sua capacidade de domínio militar do espaço marítimo e aéreo¹⁴⁴, na sua capacidade para projetar esse mesmo poder militar em qualquer região do mundo e nos significativos gastos destinados à investigação e desenvolvimento, que lhes confere uma vantagem tecnológica decisiva ao nível do armamento das suas forças militares¹⁴⁵.

¹⁴⁰ WOLFORTH, William C. (1999) *The Stability of a Unipolar World*. In *International Security*, Vol. 24, Nº 1, pp. 5-41.

¹⁴¹ WOLFORTH, William C. (1999) *The Stability of a Unipolar World*. In *International Security*, Vol. 24, Nº 1, pp. 5-41; MONTEIRO, Nuno P. (2008). *A Unipolaridade Americana*. In *Relações Internacionais*, nº19, pp. 73-87; LAYNE, Christopher (2007) *The Waning of U.S. Hegemony – Myth or Reality? A Review Essay*. In *International Security*, Vol. 34, Nº 1, pp. 147-172.

¹⁴² LAYNE, Christopher (2007) *The Waning of U.S. Hegemony – Myth or Reality? A Review Essay*. In *International Security*, Vol. 34, Nº 1, pp. 147-172; Para uma comparação mais cuidada e fundamentada relativamente a discrepância entre o poder dos EUA e da RPC sugiro a leitura do texto de Joseph Nye (1997) *China's re-emergence and the future of Asia-Pacific* ou de Robert Ross (2009), *China Naval Nationalism: Sources, Prospects, and the U.S. Response*.

¹⁴³ “ (...) Esta depende com a sua defesa com a sua defesa uns escassos 7,5 por cento do que é gasto na América.” MONTEIRO, Nuno P. (2008). *A Unipolaridade Americana*. In *Relações Internacionais*, nº19, p. 74.

¹⁴⁴ Este conceito encontra-se já apresentado e definido no ponto 2.4 do capítulo teórico.

¹⁴⁵ WOLFORTH, William C. (1999) *The Stability of a Unipolar World*. In *International Security*, Vol. 24, Nº 1, pp. 5-41; LAYNE, Christopher (2007) *The Waning of U.S. Hegemony – Myth or Reality? A Review*

É certo que o estatuto de grande potência e a posição de preponderância dos EUA, como de qualquer outro Estado, no sistema internacional, não depende exclusivamente da capacidade militar e poder absoluto. Por norma a definição de grande potência é considerada sobre um ponto de vista defensivo na medida em que um Estado, para alcançar esse mesmo estatuto, tem que se mostrar capaz de repelir uma invasão da parte do Estado mais poderoso¹⁴⁶.

Se considerarmos que no sistema internacional existem vários Estados com a capacidade para evitar uma derrota contra uma ofensiva lançada pelos EUA, sobretudo Estados com a posse de armas nucleares, somos compelidos a aceitar que a configuração atual do sistema internacional é multipolar. Contudo esta definição não tem em conta a capacidade ímpar que os EUA têm para projetar o seu poder militar e assegurar o controlo e a estabilidade de territórios muito distantes dos territórios e Estados inseridos na sua esfera defensiva¹⁴⁷.

Para Nuno Monteiro a definição de grande potência, nos dias que correm, não pode deixar de incluir este aspeto decisivo do poder norte-americano. Desta forma, segundo a visão de Nuno Monteiro, os EUA são atualmente a única grande potência mundial uma vez que, um qualquer Estado para adquirir o estatuto de grande potência tem que ser perfeitamente capaz de alcançar uma projeção de poder militar equiparável ao Estado mais poderoso do sistema internacional¹⁴⁸.

Um mundo dominado por uma única grande potência possui características muito próprias que suscitam inúmeras reflexões sobre a estabilidade e sobre o comportamento (mais pacífico ou mais agressivo) que essa mesma potência pode vir a adotar no sistema internacional. Com efeito, nos últimos anos tem-se vindo a verificar um crescimento

Essay. In *International Security*, Vol. 34, Nº 1, pp. 147-172; Posen acrescenta ainda que os EUA são a potência que domina todos os espaços comuns incluindo o espaço sideral revelando uma clara superioridade na pesquisa e desenvolvimento de tecnologia militar e na sua capacidade para canalizar largas somas para esse efeito. - POSEN, Barry S. (2007) *The Case for Restraint*. In *American Interest*, Vol. 3, Nº 1, pp. 7-17.

¹⁴⁶ MONTEIRO, Nuno P. (2008). *A Unipolaridade Americana*. In *Relações Internacionais*, nº19, pp. 73-87.

¹⁴⁷ MONTEIRO, Nuno P. (2008). *A Unipolaridade Americana*. In *Relações Internacionais*, nº19, pp. 73-87; Os EUA são detentores da mais poderosa *Blue Water Navy* do mundo sendo esta o instrumento por excelência pela sua capacidade de mover forças e meios de forma rápida e eficiente para um cenário de conflito em qualquer região do mundo, algo que mais nenhuma potência mundial ainda detém.

¹⁴⁸ Os EUA podem ser considerados uma grande potência já que, Estados com enormes capacidades militares como a RPC (o Estado mais poderoso não aliado dos EUA), a Rússia, a França ou o Reino Unido, apesar de serem detentores de grandes máquinas militares, não têm tamanhas capacidades para a projeção das suas forças como EUA.

exponencial do debate académico em torno das opções estratégicas e de política externa dos EUA e como essas mesmas opções podem influenciar a configuração e estabilidade do sistema internacional e das várias regiões onde a sua presença é determinante.

Parece mais do que certo que, as visões de política externa e a definição das estratégias de Washington afetam diretamente o equilíbrio do sistema regional Ásia-Pacífico pelo que, quando pretendemos dar algum entendimento sobre a influência que a preponderância dos EUA tem na estabilidade da região temos que, inevitavelmente, atentar e compreender os pressupostos dessas mesmas estratégias e quais os possíveis impactos que estas podem trazer.

As estratégias levadas a cabo pelos EUA para a conservação da ordem e estabilidade regional variam muitas vezes, não tanto pela conjectura internacional mas pelas dinâmicas políticas internas. Isto é, o sistema governativo norte-americano permite esta frequente alternância de política externa consoante o partido no poder e a perceção que cada administração tem sobre a linha ação a tomar perante a realidade internacional.

Posto isto, o debate interno sobre a aceção de uma estratégia para definir a posição dos EUA e o seu comportamento na região torna-se relevante para se poder auferir quão significativa é a sua preponderância para a manutenção da paz e da estabilidade ou, por outro lado, de que forma, essas mesmas estratégias, podem potenciar o deflagrar de conflitos militares e as condições dos mesmos.

De facto, as circunstâncias atuais motivaram uma acesa discussão sobre que estratégias devem os EUA adotar face às céleres transformações que se estão a verificar na sistema regional Ásia-pacífico. Destes debates emergem duas estratégias fundamentais, claramente opostas, passíveis de ser implementadas pelo governo Norte-Americano: *Domínio do Sistema* ou *Retraimento*¹⁴⁹.

¹⁴⁹ Também designada por “Primazia” e de “Retrenchment” respetivamente.

VIII - A evolução da estratégia dos EUA para com a RPC no contexto do Estreito de Taiwan

1. A importância da defesa de Taiwan e a sua importância estratégica para a contenção do comunismo.

Após a sua derrota em 1949 na guerra civil Chinesa, as forças do Kuo Min Tang (KMT), governo liderado por Chiang Kai-Shek, retiraram-se para a ilha Formosa (Taiwan), onde deram continuidade ao seu regime, a República da China (RC ou ROC).

Desde cedo, motivados ora pelas afinidades ideológicas, ora pela sua posição geográfica privilegiada para o acesso e controlo da região Ásia-Pacífico, os EUA não só reconheceram o KMT como representante oficial de toda a China, como ainda se comprometeram a assegurar a defesa da ilha através de uma assistência económica e militar¹⁵⁰. Por sua vez, o PCC sabendo que para a própria estabilidade do regime e do seu território, teria que eliminar esta força opositora e que a possibilidade de intervenção ou presença de uma grande potência como os EUA tornava a ilha numa ameaça significativa e permanente à consecução dos seus interesses. Para tal, a liderança do PCC tinha já definido o plano para uma invasão quando a eclosão da Guerra da Coreia, em 1950, mudou o rumo dos acontecimentos¹⁵¹.

Vendo a Guerra da Coreia como uma oportunidade para estender, firmar a sua influência na região e conter o avanço do comunismo, Washington, enviou forças militares para a península e posicionou ao largo de Taiwan a sua sétima frota como força dissuasora a uma possível tentativa de agressão por parte do PCC¹⁵². Desta forma, o ainda frágil governo de Taipé tornou-se dependente da vontade, capacidade e interesse dos EUA em garantir a sua defesa e em dissuadir uma possível tentativa de anexação por parte da RPC.

Se a assistência militar e compromisso de defesa, vindo de Washington, garantiu a sobrevivência do governo de Taipé não é, de todo, errado dizer que gozando também de uma ampla assistência económica, Taiwan tornou-se um pilar-chave na estratégia de

¹⁵⁰ YUAN-KANG, Wang (2013). *Taiwan Public Opinion on Cross-Strait Security Issues: Implications for US foreign policy*. In *Strategic Studies Quarterly*, vol. 7, nº2, pp. 93-111.

¹⁵¹ Ibid.

¹⁵² Ibid.

segurança dos EUA para a região Ásia-Pacífico. De facto, contando com o apoio norte-americano para equilibrar o balanço de forças no estreito, a ilha revela-se como uma importante porta de acesso para a manutenção da sua presença militar na zona.

Deste alinhamento de interesses resultou a primeira crise do estreito quando, a 2 de Dezembro de 1954, Washington e Taipé assinaram o *US-ROC Mutual Defense Treaty* (Tratado de Defesa Mútua) que previa um compromisso de ajuda na defesa das ilhas de Taiwan e Penghu e uma cooperação militar que englobava a recolha e partilha de informações, operações de reconhecimento aéreo e exercícios militares conjuntos¹⁵³. Taiwan parecia então ser o parceiro estratégico ideal, a par do Japão, para a consecução de uma política de “*containement*” do comunismo e assegurar a posição dos EUA como ator dominante na região.

Para a fúria da RPC, o governo de Taipé beneficiando da proteção política e militar de Washington, e ainda motivado pela ideia de reconquistar e reunificar, pela força, toda a China sob a sua alçada, tomou posse das ilhas Jinnem e Mazu, ao largo da costa continental, tornando-as dois bastiões fortemente defendidos e militarizados e como tal, um motivo de fortes tensões no triângulo de relações EUA-Taiwan-RPC¹⁵⁴.

Em 1958, Pequim partiu para a ofensiva com uma campanha militar para retomar as ilhas e resolver o problema de Taiwan pela via da força dando assim início à segunda crise do estreito. Os EUA, prevendo uma inevitável derrota do KMT, reagiram enviando apoio naval e ameaçando formalmente a RPC com um ataque nuclear¹⁵⁵.

Apesar de ter recuado na sua ofensiva e aceite a oferta de Washington para iniciar conversações, a verdade é que, a enorme tensão que se fazia sentir no estreito, o envolvimento soviético e o excessivo comprometimento dos EUA na defesa de Taiwan, punham em risco a estabilidade e a paz não só na região como em todo o mundo. A Casa Branca, ora pela pressão internacional, ora pelas pressões internas¹⁵⁶, começou a desenhar

¹⁵³ Ibid; YAHUDA, Michael (2011). *The international Politics of Asia-Pacific*. 3ª edição, Routledge.

¹⁵⁴ Ibid; YAHUDA, Michael (2011). *The international Politics of Asia-Pacific*. 3ª edição, Routledge.

¹⁵⁵ O que motivou, poucos dias depois, uma reação no mesmo tom da parte da URSS. A 7 de setembro de 1958, o líder da URSS, Khrushchev, declarou que um ataque à RPC seria encarado como um ataque à URSS. - YAHUDA, Michael (2011). *The international Politics of Asia-Pacific*. 3ª edição, Routledge, pp. 46-47.

¹⁵⁶ Por exemplo, a Janeiro de 1950, o secretário da defesa dos EUA, defendia que a ocupação de Taiwan pela RPC não seria um grande problema já que, apenas acrescentaria cerca de 643 km à sua projeção de poder no Pacífico (atualmente já não bem assim). Para alguns a situação da Coreia e a aliança com o Japão eram mais determinantes para os interesses estratégicos Norte-Americanos do que o estreito de Taiwan, como tal, os riscos que os EUA corriam com a sua política não valiam a pena face à pouca importância de

uma estratégia de resposta mais flexível e que não arrastasse diretamente o país para um conflito armado no estreito.

2. O nascimento da “Estratégia de Ambiguidade” como alternativa a um conflito indesejado.

A década de 1970 é marcada por uma gradual abertura da diplomacia e da política externa de Washington à RPC e crescente normalização das relações EUA-Japão-China, em grande parte devido à política de abertura iniciada pela administração Nixon e ao reconhecimento no plano internacional dos comunistas (RPC) e não dos nacionalistas (RC) como representantes de toda a China¹⁵⁷.

De facto, a RPC, pelo seu gradual afastamento político e ideológico com a URSS, pelas reformas internas e pela abertura económica assumia, cada vez mais, uma posição política, económica e securitária significativa na região, despertando em Washington o interesse em encetar conversações¹⁵⁸. Assim, conhecendo as inquietudes e ambições chinesas para com Taiwan e não querendo arriscar tensões e conflitos nas suas novas relações com a RPC, Washington afastou gradualmente essa questão da sua política externa rompendo, em 1979, a sua aliança formal com Taiwan¹⁵⁹.

Após o fim das relações oficiais entre EUA e Taiwan, a Casa Branca, revelou o acordo que havia firmado com Taipé em 1954 (TDM). Os artigos 2 e 7 do referido acordo dão a entender a verdadeira extensão do compromisso que a Casa Branca mantinha com a RC¹⁶⁰. Apesar da cessação do TDM, os EUA, ainda num contexto de Guerra Fria,

Taiwan para os seus interesses. - ROSS, Robert S. (2002). *Navigating the Taiwan Strait: Deterrence, Escalation Dominance, and U.S. – China Relations*. In *International Security*, vol. 27, nº 2, pp. 55-56.

¹⁵⁷ YAHUDA, Michael (2011). *The international Politics of Asia-Pacific*. 3ª edição, Routledge.

¹⁵⁸ Esta aproximação e estreitar de relações entre Washington e Pequim é demonstrada pelo Comunicado de Xangai de 1972 que permitiu os EUA manter uma relação diplomática relativamente pacífica com a RPC ao mesmo tempo que mantinha o seu tratado com Taiwan. - YAHUDA, Michael (2011). *The international Politics of Asia-Pacific*. 3ª edição, Routledge, pp. 66-67; pp.106-107.

¹⁵⁹ YUAN-KANG, Wang (2013). *Taiwan Public Opinion on Cross-Strait Security Issues: Implications for US foreign policy*. In *Strategic Studies Quarterly*, vol. 7, nº2, pp. 93-111; YAHUDA, Michael (2011). *The international Politics of Asia-Pacific*. 3ª edição, Routledge.

¹⁶⁰ (...) the Parties separately and jointly by self-help and mutual aid will maintain and develop their individual and collective capacity to resist armed attack and communist subversive activities directed from without against their territorial integrity and political stability. (...)The Government of the Republic of China grants, and the Government of the United States of America accepts, the right to dispose such United

reconhecendo a importância estratégica da ilha na região, promulgam a lei denominada por *Taiwan Relations Act* (TRA).

O TRA consagra em si duas posturas-chave quanto às relações EUA-RC e para a estratégia de segurança da ilha após 1979. Em primeiro lugar, esta lei consagra uma política de “ambiguidade estratégica”. Considerando que qualquer tentativa de resolução “não-pacífica” poderia resultar numa séria ameaça à paz e estabilidade, com resultados nefastos para toda a região Ásia-Pacífico, os EUA assumiram como orientação política e estratégica uma posição incerta e pouco clara quanto à sua vontade e comprometimento num possível envolvimento em caso de conflito¹⁶¹. Assim, Washington sentir-se-ia livre em manter uma presença militar dissuasora e vigilante na região, não correndo o risco de que um comprometimento formal com Taiwan pudesse levar a uma crescente instabilidade ou a um avolumar de tensões nas suas relações com a RPC¹⁶².

Em segundo lugar, o TRA prevê a venda de armas, tecnologia e outros equipamentos militares¹⁶³. A questão da venda de armas para além do seu potencial destabilizador na região é importante por duas razões. Por um lado, obriga a RPC a aumentar os custos operacionais resultantes da manutenção de tropas e equipamentos militares no estreito e na modernização desses mesmos de forma a manter a sua superioridade militar, assim como atualizar a sua capacidade para intervir, se necessário, num cenário de guerra. Por outro lado, à medida que a RPC moderniza o seu poder militar, a política norte-americana de venda de armas ajuda a colmatar a discrepância entre as forças de Taiwan e da RPC, permitindo que a ilha mantenha uma capacidade considerável de defesa e para dissuasão da agressão comunista, reforçando assim a sua posição no panorama geopolítico da região e nas suas relações com o gigante asiático¹⁶⁴.

A partir de 1979, com o recuar da posição e comprometimento militar de Washington para com Taiwan, as relações de ambos os lados do estreito parecem ter

States land, air and sea forces in and about Taiwan and the Pescadores as may be required for their defense, as determined by mutual agreement. (United States, 1954, articles 2, 7).

¹⁶¹ YUAN-KANG, Wang (2013). *Taiwan Public Opinion on Cross-Strait Security Issues: Implications for US foreign policy*. In *Strategic Studies Quarterly*, vol. 7, nº2, pp. 93-111.

¹⁶² Ibid.

¹⁶³ ROSS, Robert S. (2002). *Navigating the Taiwan Strait: Deterrence, Escalation Dominance, and U.S. – China Relations*. In *International Security*, vol. 27, nº 2, pp. 48-85.

¹⁶⁴ YUAN-KANG, Wang (2013). *Taiwan Public Opinion on Cross-Strait Security Issues: Implications for US foreign policy*. In *Strategic Studies Quarterly*, vol. 7, nº2, pp. 93-111.

melhorado significativamente. Em 1982 é divulgado um comunicado no qual a Casa Branca declara que o fornecimento de armas a Taipé seria apenas de carácter defensivo e que esse fornecimento seria reduzido gradualmente chegando mesmo a cessar¹⁶⁵.

Assim com o abandono do conceito das “duas Chinas” em 1972 e a tomada de uma vaga posição quanto a uma disponibilidade e interesse na defesa de Taiwan, os EUA montam uma política de ambiguidade que nos anos seguintes e até meados da década de 1990 se vai demonstrar bastante eficaz como mecanismo de dupla dissuasão, em que tanto Taiwan como a RPC, pela falta de claridade das intenções da Casa Branca, vão hesitar na tomada de medidas que abalem o *status quo*.

Por outro lado, a RPC liderada por Deng Xiaoping, agora mais tranquila com uma posição norte-americana menos interventiva no contexto regional, abandonou o seu discurso de “libertação” da ilha, retraindo as ameaças de uso da força e procurou promover conversações para uma reunificação garantindo a Taiwan um considerável grau de autonomia. O governo de Taipé, por seu turno, gozando de um enorme sucesso económico e ainda confiando no apoio dos EUA, ainda que não formalizado, rejeitou a possibilidade de reunificação oferecida por Pequim¹⁶⁶.

3. O projeto independentista Taiwanês e as dificuldades dos EUA na manutenção da estratégia de ambiguidade face à impaciência Chinesa.

Como resultado do impressionante desempenho económico, substancial melhoria das condições de vida, desenvolvimento social e beneficiando da proteção “ambígua” vinda de Washington, que apesar de tudo transmitia uma certa sensação de segurança, o governo de Taiwan, a partir da década de 1980, iniciou uma série de reformas que resultaram no início de um processo de democratização da ilha que se viria a prolongar

¹⁶⁵ U.S.-RPC, 1982; No mesmo ano a Casa Branca concede secretamente a Taipé algumas garantias sobre o fornecimento de equipamentos militares ficando o documento conhecido como as “Seis Garantias a Taiwan”, sendo essas: 1) não atribuir uma data para o fim da venda de armas; 2) não alterar os termos do TRA; 3) não consultar a China para a decisão de cessação da venda de armas; 4) não atuar como mediador na disputa; 5) não alterar a sua posição no que respeita ao reconhecimento da soberania dos nacionalistas sobre o arquipélago; 6) não reconhecer a soberania comunista sobre o arquipélago. - KAN, Shirley A. (2009), *China/Taiwan: Evolution of the “One China” Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Taipei*. Washington, D.C, Congressional Research Service, p. 41.

¹⁶⁶ YAHUDA, Michael (2011). *The international Politics of Asia-Pacific*. 3ª edição, Routledge.

até à década seguinte. Este mesmo período fica marcado pelo abandono, em 1991, do sonho do KMT em retomar, pela força, o poder de toda a China e pela eclosão de uma identidade Taiwanesa que desviou o KMT da aspiração de uma China unificada, levando-o a abraçar o projeto da independência¹⁶⁷.

Tais aspirações, naturalmente, não foram bem recebidas pelo PCC que, em resposta e como forma de dissuasão da ambição independentista Taiwanesa, foi posicionando tropas, mísseis, aeronaves e navios de combate no estreito prontos para agir caso uma declaração de independência por parte do governo de Taipé fosse feita. O impacto de tais aspirações para os interesses do PCC na região provocou um aumento de tensões no estreito e a uma escalar na aquisição de poder militar e consequente militarização da região.

Com efeito, os líderes chineses conscientes das suas limitações militares, com o objetivo de dissuadir as intenções Taiwanesas e preocupados com o domínio norte-americano na região, promoveram a aquisição de equipamentos da ex-URSS e de tecnologia militar e sistemas de defesa vindos de Israel¹⁶⁸.

O crescimento da capacidade e força militar Chinesa, apesar de ainda não se afigurar equivalente às forças norte-americanas, tornou a situação do estreito de Taiwan mais complexa para a política e estratégia de segurança dos EUA na região. Efetivamente, o risco de conflito torna-se mais provável dado ao aumento de forças militares nesse mesmo espaço, resultantes de estratégias de dissuasão e de uma situação de “*escalation dominance*” que, pressupõe, maior despesa, canalização de recursos e meios de forma a acompanhar a ascensão militar chinesa na região¹⁶⁹.

Em 1996, apesar das ameaças endereçadas de Pequim e das crescentes operações militares e testes balísticos ao largo das suas costas, Taiwan realizou as suas primeiras

¹⁶⁷ YUAN-KANG, Wang (2013). *Taiwan Public Opinion on Cross-Strait Security Issues: Implications for US foreign policy*. In *Strategic Studies Quarterly*, vol. 7, nº2, pp. 93-111.

¹⁶⁸ NYE, J. S. (1997). *China's re-emergence and the Future of the Asia-Pacific*. In *Routledge, Survival: Global Politics and Strategy* vol. 39, Issue 4, pp. 65-79; ROSS, Robert S. (2009). *China Naval Nationalism: Sources, Prospects, and the U.S. Response*. In *International Security*, vol. 34, nº2, pp. 46-81

¹⁶⁹ NYE, J. S. (1997). *China's re-emergence and the Future of the Asia-Pacific*. In *Routledge, Survival: Global Politics and Strategy* vol. 39, Issue 4, pp. 65-79; ROSS, Robert S. (2002). *Navigating the Taiwan Strait: Deterrence, Escalation Dominance, and U.S. – China Relations*. In *International Security*, vol. 27, nº 2, pp. 48-85.; ROSS, Robert S. (2009). *China Naval Nationalism: Sources, Prospects, and the U.S. Response*. In *International Security*, vol. 34, nº2, pp. 46-81

eleições presidenciais¹⁷⁰ distanciando-se cada vez mais de uma possível reunificação com o continente¹⁷¹. Com efeito, os anos seguintes são marcados por uma crescente distância entre Taiwan e a RPC. Em 1999, o primeiro presidente democraticamente eleito, Lee Teng-hui¹⁷² acentuou esse distanciamento ao declarar que as relações entre Taiwan e a RPC eram relações entre dois Estados separados. Já o seu sucessor, Chen Shui-bian levou este distanciamento ainda mais longe ao declarar que, de ambos os lados do estreito, existiam dois países distintos¹⁷³.

4. As aquisições de armamento de Taiwan e a resposta da RPC.

A 21 de Fevereiro de 2000 a RPC divulgou um importante documento sobre a sua posição em relação a Taiwan. No seu “Livro Branco”, onde reafirma a sua soberania sobre todo o estreito, o governo de Pequim assegurava que desde o início da década de 1990, Taiwan e o seu presidente Lee Teng-hui se vinham gradualmente afastando do princípio de “Uma China” acusando ainda o governo de Taipé de adquirir grandes quantidades de armamentos e sofisticados sistemas de defesa junto do Japão e dos EUA, possivelmente com o intuito de preparar a sua independência.

Nesse documento a RPC avança com um elemento novo sobre a já delicada situação do estreito ao afirmar pela primeira vez que não estaria disposta a esperar indefinidamente pela resolução do problema e consequente reunificação¹⁷⁴. Quando antes a RPC se comprometia a fazer uso da força só em caso de ocupação estrangeira, a liderança Chinesa fazia querer que o emprego da força militar era um cenário plausível caso a paciência política do PCC se esgotasse¹⁷⁵.

¹⁷⁰ Tendo estas sido vencidas por Lee Teng-hui

¹⁷¹ ROSS, Robert S. (2002). *Navigating the Taiwan Strait: Deterrence, Escalation Dominance, and U.S. – China Relations*. In *International Security*, vol. 27, nº 2, pp. 48-85.

¹⁷² A figura de Lee Teng-hui é duplamente importante por ter sido o primeiro presidente eleito por sufrágio direto e universal e também porque foi, nesse condição, o primeiro líder político que nasceu em Taiwan e não na mainland China.

¹⁷³ YUAN-KANG, Wang (2013). *Taiwan Public Opinion on Cross-Strait Security Issues: Implications for US foreign policy*. In *Strategic Studies Quarterly*, vol. 7, nº2, pp. 93-111.

¹⁷⁴ Este novo motivo para uma eventual invasão ficou denominado na literatura sobre este tema como o “terceiro Se”.

¹⁷⁵ KAN, Shirley A. (2009), *China/Taiwan: Evolution of the “One China” Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Taipei*. Washington, D.C, Congressional Research Service. p. 61-62; CHANG,

A própria data de divulgação do “Livro Branco” sobre Taiwan por parte da RPC aponta também para um possível objetivo de condicionar ou influenciar as eleições presidenciais marcadas para o mês seguinte. Chen Shui-bian era o candidato mais provável a vencer as eleições, trazendo consigo um discurso independentista e que por isso Pequim não desejava ver eleito. Chen acabou mesmo por vencer as eleições com 39% dos votos¹⁷⁶ mas contra o que seria espetável no seu discurso de vitória acalmou as ansias continentais ao declarar que não promoveria qualquer tipo de medidas que alterassem o *stato quo*¹⁷⁷.

5. A administração Bush e a formulação de uma nova postura perante a RPC

Por volta da mesma altura em que o DPP (Democratic Progressive Party) assumia o poder em Taiwan. Do outro lado do pacífico, na sua campanha eleitoral, o candidato George W. Bush anunciava grandes ruturas e mudanças no teor das relações triangulares Washington-Pequim-Taipé e quanto ao impasse vivido no estreito de Taiwan. Uma das mudanças mais marcantes foi o anúncio do fim da estratégia de ambiguidade assumida no final da década de 1970, afirmando ainda que trataria a RPC como “concorrente estratégica”, ao invés da postura da administração anterior, assumida a partir de 1996, em tratar a RPC como “parceira estratégica”¹⁷⁸.

A eleição de George W. Bush nos EUA e de Chen Shui-bian em Taiwan faziam prever um início de milénio atribulado nas relações entre os EUA e a RPC assim como um avolumar de tensão num cenário já de si complicado.

Os ingredientes para uma nova crise nas relações EUA-RPC pareciam reunir-se logo poucos meses após a eleição de George W. Bush quando, a 1 de Abril de 2001, a

James C.P. (2001). *US Policy Toward Taiwan*. In Weatherhead Center for Interbational Affairs, Harvard University, p. 20.

¹⁷⁶ SICHERMAN, Harvey (2000). *Taiwan's New President: One If and Five Nos*. In Taiwan Documents Project – publicado a 02/06/2000.

¹⁷⁷ Este discurso ficaria conhecido como “os cinco não” de Chen Shui-bian. - KAN, Shirley A. (2009), *China/Taiwan: Evolution of the “One China” Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Taipei*. Washington, D.C, Congressional Research Service, p. 62-63.

¹⁷⁸ Clark, Cal (2006). *The U.S. Balancing Role in Cross-Strait Relations: The Irony of “Muddling Through”*. In Issues & Studies © 42, no. 3 (September 2006).p. 143.

colisão entre EP-3 e um caça chinês foi a faísca necessária para a já esperada crise política entre os dois países, na qual o presidente recém-eleito aproveitou para colocar em prática a sua promessa do fim da “ambiguidade estratégica”. Neste contexto, ainda no mesmo mês e numa clara postura de confronto com a RPC, George W. Bush autorizou a maior venda de armamento desde 1992¹⁷⁹ declarando posteriormente que o governo dos EUA faria tudo o que fosse necessário para assegurar a defesa de Taiwan contra a RPC¹⁸⁰.

Percebendo o impacto que tais declarações poderiam ter no seio do pensamento político da liderança do PCC e na situação vivida no estreito, Bush apressou-se a conceder outra entrevista de forma a atenuar as consequências da sua abordagem excessiva em relação ao problema, mas sem nunca retirar ou corrigir o conteúdo da sua afirmação anterior¹⁸¹.

Com estas declarações, Bush leva Pequim e Taipé a induzir que a política de ambiguidade até então seguida pelas anteriores administrações, está em vias de ser substituída por uma nova formulação estratégica mais clara e assertiva. Em parte esta postura assumida pela administração Bush, mais do que uma reação ao incidente do EP-3, tratava-se de uma resposta ao “Livro Branco” onde Pequim anunciava a sua disposição em lançar um ataque preventivo sobre Taiwan, e uma consequência da crise de 1995-96 que havia ficado mal resolvida.

Após a crise foram várias as vozes republicanas que questionaram a eficácia da política continuada pela administração Clinton perante o avolumar de tensões no estreito. Segundo os mesmos, a crise havia sido uma consequência desta falta de clareza política

¹⁷⁹ Ao todo no pacote anunciado: “President Bush approved Taiwan’s request for: 8 diesel-electric submarines, 12 P-3C Orion anti-submarine warfare (ASW) aircraft (linked to the submarine sale), 54 Mark-48 ASW torpedoes, 44 Harpoon submarine-launched anti-ship cruise missiles, 144 M109A6 Paladin selfpropelled howitzers, 54 AAV7A1 amphibious assault vehicles, AN/ALE-50 electronic countermeasure (ECM) systems for F-16s, and 12 MH-53 mine-sweeping helicopters. Also approved for sale were four decommissioned Kidd-class destroyers, offered as Excess Defense Articles (EDA), not FMS. The Administration also decided to brief Taiwan’s military on the PAC-3 missile defense missile.³³ President Bush deferred decisions on destroyers equipped with the Aegis combat system. Bush also deferred decisions on M1A2 Abrams main battle tanks and AH-64D Apache Longbow attack helicopters, pending a U.S. assessment of Taiwan’s army.” - KAN, Shirley A. (2005). Taiwan: Major U.S. Arms Sales Since 1990. In CRS Report for Congress, p. 6.

¹⁸⁰ “On ABC: [If Taiwan were attacked by the PRC, the United States has an obligation to use] whatever it took to help Taiwan defend herself” - KAN, Shirley A. (2009), *China/Taiwan: Evolution of the “One China” Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Taipei*. Washington, D.C, Congressional Research Service, p. 64.

¹⁸¹ Ibid.

que motivou a RPC a adotar uma postura mais desafiante e ousada nas suas tentativas de intimidação da ilha durante as eleições.

Assim é possível interpretar a nova política de “claridade estratégica” como uma forma de reforço da capacidade de dissuasão dos EUA contra a RPC com o intuito de prevenir novas ameaças aos insulares inclusive uma eventual invasão¹⁸².

6. Os resultados da “claridade estratégica” e a necessidade da administração Bush em dar um passo atrás.

Após a colisão do EP-3, ainda em abril de 2001, uma delegação militar chefiada pelo comandante do USPACOM (United States Pacific Command), o almirante Dennis Blair, realizou uma visita a Taiwan com o objetivo de estabelecer com as forças armadas taiwanesas canais de comunicação direta na eventualidade de futuras ações militares conjuntas¹⁸³. No mesmo mês Washington anuncia um novo procedimento de venda de armas a Taiwan, no qual o governo de Taipé poderia requerer, sem restrições, equipamentos e armamento militar mediante autorização da Casa Branca para a realização desses negócios¹⁸⁴.

Ainda no mês seguinte, a Casa Branca, aprova um visto de trânsito ao presidente Chen, tendo este visitado Nova Iorque e Houston onde se encontrou com vários congressistas republicanos, algo que se viria a repetir pouco mais tarde¹⁸⁵.

Adicionalmente, a Casa Branca também permitiu a visita do Ministro de Defesa de Taiwan a onde iria participar numa conferência, marcada para Março de 2002, na capital norte-americana¹⁸⁶. Nessa visita o ministro taiwanês reuniu-se com o subsecretário de Defesa, Paul Wolfwitz que após a reunião reiterou publicamente as declarações do seu presidente de que “os EUA se mantinham comprometidos a fazer os possíveis para ajudar

¹⁸² BROOKES, Peter (2003). *U.S.–Taiwan Defense Relations in the Bush Administration*. In Heritage lectures, nº808, publicado a 14 de Novembro de 2003.

¹⁸³ HSU, Brian (2001). *U.S. Navy official made secret visit*. In Taipei Times, publicado a 30/04/2001.

¹⁸⁴ BROOKES, Peter (2003). *U.S.–Taiwan Defense Relations in the Bush Administration*. In Heritage lectures, nº808, publicado a 14 de Novembro de 2003.

¹⁸⁵ DUMBAUGH, Kerry B. (2007). *Underlying Strains in Taiwan-U.S. Political Relations*. In CRS report for Congress, p. 7.

¹⁸⁶ Visita inédita desde 1979, quando os EUA anunciaram formalmente o corte de relações com Taiwan.

Taiwan a defender-se”. Declarações que viria a repetir em Junho de 2002 após a reunião de Ministros de Defesa da região Ásia-Pacífico em Singapura¹⁸⁷.

Além disso o Comité de Relações Externas do Congresso norte-americano aprovou uma lei que elevava Taiwan ao estatuto de “aliado maior extra-NATO”, o que significava a possibilidade de prioridade na aquisição de armamento e participação nos projetos e manobras da referida organização¹⁸⁸.

A Casa Branca continuava a conduzir uma política de confronto com a RPC e a Abril de 2002 volta a desafiar Pequim ao anunciar o seu apoio à campanha de Chen para que Taiwan ingressasse na Organização Mundial de Saúde (OMS)¹⁸⁹. Por seu turno a RPC continuava os seus esforços políticos e diplomáticos para manter a ilha e o governo taiwanês o mais isolados possível. Neste contexto o presidente Chen, apesar da sua moderação, em Agosto de 2002, durante o 29º encontro anual da Federação Mundial da Associações Taiwanesas (FMAT)¹⁹⁰, proferiu um discurso no qual asseverava que nos lados opostos do estreito havia um país diferente e como tal Taiwan era um Estado soberano¹⁹¹.

Esta declaração ficou conhecida posteriormente como “Um país em cada lado” e marcou um volte face nas relações entre Washington, Taiwan e Pequim. Se mesmo após o celebre atentado de 11 de Setembro de 2001, a Casa Branca, apesar do apoio importante da RPC no combate ao terrorismo, podia manter a sua postura desafiante por via da nova política de “clareza estratégica”, a partir desta declaração bombástica de Chen a administração Bush viu-se forçada a retrair-se perante a RPC no contexto do estreito, pois para Pequim o apoio norte-americano a Taiwan poderia ser visto como um incentivo

¹⁸⁷ KAN, Shirley A. (2005). Taiwan: Major U.S. Arms Sales Since 1990. In CRS Report for Congress; BROOKES, Peter (2003). *U.S.–Taiwan Defense Relations in the Bush Administration*. In Heritage lectures, nº808, publicado a 14 de Novembro de 2003, p. 2.

¹⁸⁸ KAN, Shirley A. (2005). Taiwan: Major U.S. Arms Sales Since 1990. In CRS Report for Congress, p. 28.

¹⁸⁹ DUMBAUGH, Kerry B. (2007). Underlying Strains in Taiwan-U.S. Political Relations. In CRS report for Congress.

¹⁹⁰ Organização pela independência e Taiwan.

¹⁹¹ “(2) Taiwan is our country, and our country cannot be bullied, diminished, marginalized, or downgraded as a local entity. Taiwan does not belong to someone else, nor is it someone else’s local government or province. Taiwan also cannot become a second Hong Kong or Macau, because Taiwan is a sovereign independent country. Simply put, it must be clear that Taiwan and China are each one country on each side [yibian yiguo] of the strait.” – Discurso do presidente Chen, “One Country on Each Side”. - KAN, Shirley A. (2009), *China/Taiwan: Evolution of the “One China” Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Taipei*. Washington, D.C, Congressional Research Service, p. 65.

formal à independência dos insulares e como tal significaria a perda do importante apoio chinês no seio das instituições internacionais (por exemplo dentro do Conselho de Segurança da ONU) e no apoio logístico e de partilha de informação no terreno¹⁹².

Posto isto, o governo de Bush optou por adotar uma postura mais conciliatória no intuito de preservar o apoio chinês na “guerra ao terror” limitando as relações entre os EUA e Taipé à venda de armamentos e abandonando a retórica de “defesa de Taiwan a todo o custo”.

Depois de se perceber os efeitos negativos da sua política e ação no conflito do estreito, a administração Bush passou a exercer pressão sobre o governo de Taipé para que este retomasse o caminho das conversações com Pequim. Neste contexto, o presidente Chen, claramente desagradado com esta reversão da política da Casa Branca, reafirmava ao Washington Post que Taiwan não era uma província de um país nem sequer um estado dentro de outro, aproveitando ainda para condenar o princípio de “uma China” que Pequim e agora os EUA queriam ver reconhecido pelo líder taiwanês. Um mês mais tarde, o presidente Chen, anuncia um referendo no qual os taiwaneses seriam chamados a pronunciar-se sobre o orçamento especial de defesa onde se previa a aquisição de sistemas de defesa antimíssil aos EUA para fazer face à quantidade de mísseis que do continente se encontravam apontados à ilha¹⁹³.

A 9 de Dezembro o presidente da RPC, Wen Jiabao, reuniu-se com George W. Bush na Casa Branca. Dessa reunião resultou um comunicado onde Bush afirmou, ao lado de Wen Jiabao, que a política dos EUA assentava no princípio de “uma China”, nos três comunicados conjuntos e no TRA asseverando ainda que o governo norte-americano se opunha a qualquer decisão unilateral de Taipé para alterar o *status quo*¹⁹⁴.

¹⁹² DELISLE, Jacques (2011). 9/11 and U.S.-China relations. In Foreign Policy Research Institute; Mais sobre as questões do apoio de Pequim à política de “Guerra contra o Terror” consultar: ROY, Denny (2006). *LUKEWARM PARTNER: Chinese support for U.S. Counterterrorism in Southeast Asia*. In Asia-Pacific Center for Security Studies.

¹⁹³ POMFRET, John (2007). Taiwanese leader condemns Beijing, “one china” policy. Publicado por Washington Post a 07/10/2003.

¹⁹⁴ Bush [on whether Taiwan’s President should cancel the referendum planned for March 20, 2004]: The United States Government’s policy is one China, based upon the three communiques and the Taiwan Relations Act. We oppose any unilateral decision by either China or Taiwan to change the status quo. And the comments and actions made by the leader of Taiwan indicate that he may be willing to make decisions unilaterally to change the status quo, which we oppose. – KAN, Shirley A. (2009), *China/Taiwan: Evolution of the “One China” Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Taipei*. Washington, D.C, Congressional Research Service, p. 69.

Ao expor abertamente, e junto de Wen Jiabao, a sua oposição às acções de Chen e ao reiterar os documentos referidos como a base da política norte-americana para Taiwan, o governo de Bush dava a entender tanto a Taipé como a Pequim, que a política externa dos EUA estaria de regresso à “ambiguidade estratégica”. Em suma, este regresso à “ambiguidade estratégica” deve-se em grande medida à necessidade de evitar dar azo às acções provocativas de Taipé e reduzir a tensão nas suas relações com a RPC de forma a conservar o seu apoio político durante as aventuras iraquiana e afegã.

7. A administração Obama, entre o “rebalance” e a acomodação. Reviravolta pacifista nas relações com a RPC ou uma nova forma de “contenção”?

Após a sua tomada de posse em Janeiro de 2009, a administração Obama anunciou o “regresso” dos EUA à Ásia. Em grande medida este “regresso” sustentou-se numa abordagem diplomática, por via de deslocações de altos representantes e oficiais norte-americanos à região, e representação mais frequente dos EUA nas instituições e reuniões multilaterais. Desde cedo a administração Obama colocou em prática a sua nova política de reaproximação à Ásia ao assinar, em Julho de 2009, o Tratado de Amizade e Cooperação com a ASEAN¹⁹⁵.

Nunca deixando de reconhecer a importância da Ásia e de uma presença mais ativa na região em prol dos interesses norte-americanos, Obama desde a sua campanha eleitoral demonstrou uma certa cautela quanto ao envolvimento da RPC nos planos geoestratégicos e políticos dos EUA na região. De facto, a ausência de debate sobre as perspectivas e política externa para com a RPC tem levado a considerar que Obama procurou delinear uma política discreta para a RPC procurando promover um equilíbrio nas relações com aquele país mas sem nunca descuidar ou comprometer os interesses e objetivos para aquela região¹⁹⁶.

¹⁹⁵ United States of America - Department of State (22 de Julho de 2009). *United States accedes to the Treaty of Amity and Cooperation in Southeast Asia*.

¹⁹⁶ SUTTER, Robert (2011). *Positive equilibrium in USA - China Relations: Durable or not?*. JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 2, N.º 1, Spring 2011.

Na perspectiva de Phillip C. Saunders¹⁹⁷, a estratégia de “rebalance to Asia”, assumida em 2011, sustentava-se nesta ação diplomática como forma de aprofundar a presença e os compromissos dos EUA na região Ásia-Pacífico. Esta política, assumida amplamente pela administração Obama, é vista por muitos como uma forma de estratégia de contenção da ascensão Chinesa e sobretudo como uma clara manifestação de que as intervenções norte-americanas no Iraque e no Afeganistão haviam produzido um desequilíbrio entre as regiões do Médio Oriente e Ásia e que não correspondiam aos reais interesses do país. Já para Saunders, tal decorre naturalmente da necessidade de reorientar as prioridades dos EUA para uma região que assume de ano para ano uma crescente importância na geopolítica e na economia global¹⁹⁸.

Neste sentido importa referir o artigo de Hillary Clinton publicado em Novembro de 2011 na revista *Foreign Policy* onde a autora enquanto Secretária de Estado esclarecia a lógica implícita na estratégia de Washington. Nesse artigo, a ex-secretária de Estado, descreve a região Ásia-Pacífico como um espaço chave onde num futuro próximo se jogará a geopolítica mundial para além de incluir os grandes motores da economia global e onde se encontram muitos dos principais aliados norte-americanos como o Japão e a Coreia do Sul, assim como potências emergentes como a Índia e a Indonésia e a potência re-emergente, a RPC. Desta forma, Clinton, reafirma que é do melhor interesse dos EUA em aproveitar ao máximo o dinamismo e crescimento económico da região e coadjuvar na projeção de um clima de segurança capaz de potenciar a estabilidade e prosperidade na Ásia-Pacífico¹⁹⁹.

Hillary prossegue a sua exposição ao delinear a estratégia de Washington em seis pontos principais. 1) Reforçar as alianças bilaterais já estabelecidas; 2) Aprofundar os esforços de cooperação com as potências emergentes da região; 3) Maior interação com as instituições multilaterais regionais; 4) Expandir o comércio e explorar oportunidades de investimento; 5) Modernizar a presença militar e os acordos de defesa com os aliados

¹⁹⁷ SAUNDERS, Phillip C. (2013). *The Rebalance to Asia: U.S.-China Relations and Regional Security*. In *Strategic Forum National Defence University*, nº 281, p.1.

¹⁹⁸ “The term rebalance is not derived from “balance of power” thinking and does not signal U.S. intent to balance against China or any other country. Rather, the underlying logic is derived from the allocation of assets in a financial portfolio. [...] In this sense, the rebalance to Asia is intended to bring commitments of U.S. political, economic and security interests in Asia.” – SAUNDERS, Phillip C. (2013). *The Rebalance to Asia: U.S.-China Relations and Regional Security*. In *Strategic Forum National Defence University*, nº 281, p. 2.

¹⁹⁹ CLINTON, Hillary R. (2011). *America’s Pacific Century*. In *Foreign Policy*.

o nordeste asiático e expandir a presença das forças norte-americanas no sudeste asiático até ao Índico; 6) promover a democracia e a defesa dos direitos humanos na região²⁰⁰.

Esta parece efetivamente ser a linha de ação assumida por toda a administração Obama ao longo dos dois mandatos do presidente democrata. No relatório de 17 de Abril de 2014, “Re-Balancing the rebalance: Resource U.S. Diplomatic Strategy in the Asia-Pacific Region”, publicado pelo Comité de Relações Externas do Senado dos EUA, podemos verificar que as recomendações estratégicas tidas em conta no mesmo relatório são em grande medida uma reconfirmação dos seis pontos que Hillary havia delineado anteriormente no seu artigo de 2011²⁰¹.

No que importa à política dos EUA na região Ásia-Pacífico, a administração Obama trouxe uma nova abordagem ao priorizar os aspetos económicos e livre-navegação promovendo ao mesmo tempo o contacto entre o Oceano Índico e o Pacífico²⁰².

Neste contexto, as relações com a RPC não poderiam ficar para trás sendo que as tensões com o gigante asiático teriam que ser abordadas e alargadas de forma cautelosa e sempre com vista a promover a cooperação Chinesa de forma a responder da melhor forma aos crescentes desafios regionais e globais. Assim, não é de todo surpreendente que a administração Obama tenha procurado estabelecer consensos junto da RPC de forma a encaixar o gigante asiático num ambiente de cooperação em várias frentes²⁰³.

Para o novo governo de Washington, “para se entender a região Ásia-Pacífico é preciso entender a RPC” e nesse sentido as relações com Pequim, sob a nova política de Obama para aquele país e região, não mais podiam restringir-se apenas às questões geoestratégicas, políticas e militares no contexto do conflito de Taiwan e nas disputas nos mares do norte e sul da china mas sim, na construção de uma nova relação mais positiva e assente na compreensão e cooperação entre ambos de forma a achar-se interesses em

²⁰⁰ Ibid.

²⁰¹ Cf. Committee on foreign relations – United States Senate (2014). *Re-balancing the rebalance: resourcing U.S. Diplomatic strategy in the Asia-Pacific Region*. One hundred thirteenth congress. Washington.

²⁰² SAUNDERS, Phillip C. (2013). *The Rebalance to Asia: U.S.-China Relations and Regional Security*. In Strategic Forum National Defence University, nº 281, p. 2.

²⁰³ Tais como os esforços para lidar com a questão da Coreia do Norte, as ambições nucleares do Irão, as questões climáticas, as questões de segurança, paz e estabilidade nas águas do sudeste asiático e resolução dos efeitos da crise financeira de 2008. - SAUNDERS, Phillip C. (2013). *The Rebalance to Asia: U.S.-China Relations and Regional Security*. In Strategic Forum National Defence University, nº 281.

comum para a partir daí se construir uma nova dinâmica nas relações entre os dois Estados.

Para esse efeito as questões económicas foram o instrumento de excelência, a par da diplomacia de alto nível, para construção desta nova relação. Uma das formas de abordagem da RPC sobre as questões económicas fez-se através de conversações bilaterais como o U.S-China Strategic and Economic Dialogue (S&ED) e de frequentes entrevistas e reuniões entre altos representantes como forma de encorajar a participação Chinesa nas questões regionais e internacionais e até mesmo acomodar o governo de Pequim na sociedade internacional, vinculando-o a um papel mais interventivo e alargado nas instituições e nas suas responsabilidades internacionais²⁰⁴.

Apesar do sucesso da inserção da RPC no sistema internacional e institucional a liderança Chinesa continua desconfiada quanto às verdadeiras intenções de Washington, demonstrando ainda algumas relutâncias em alargar a cooperação com os EUA e a assumir mais responsabilidades no contexto internacional que possam limitar e manietar a liberdade política, diplomática e estratégica que a RPC no passado parecia querer conservar a todo o custo.

Para Pequim este esforço dos EUA em promover uma maior participação internacional e o reforço da sua presença e representação nas instituições multilaterais pode funcionar como um mecanismo da Casa Branca para a conservação da ordem estabelecida e dominada pelos EUA, ao procurar acorrentar a RPC a normas internacionais que constringam o seu futuro económico e político. Desta forma a liderança Chinesa, apesar de agora participar na maioria das organizações multilaterais regionais e mundiais, mantém-se alerta quanto aos riscos e custos dos compromissos que lhe vão sendo requeridos²⁰⁵.

No entanto, Washington mantém-se fiel à postura assumida por Obama dando seguimento à sua abordagem diplomática e económica na região e para com a RPC. O próprio presidente, Barack Obama, deslocou-se à região Ásia-Pacífico dez vezes tendo visitado o Japão e Coreia do Sul por quatro vezes, a RPC por três ocasiões tendo ainda visitado e comparecido a reuniões bilaterais com praticamente todos os países que

²⁰⁴ SAUNDERS, Phillip C. (2013). *The Rebalance to Asia: U.S.-China Relations and Regional Security*. In Strategic Forum National Defence University, nº 281.

²⁰⁵ *Ibid*, p. 3

compõem a região. Já a sua Secretária de Estado, Hillary Clinton, enquanto esteve em funções, visitou a região 14 vezes participando assiduamente nas reuniões dos países e instituições regionais bem como inúmeros altos cargos da administração Obama, como os Secretários de defesa Leon Panetta e Robert Gates, o Conselheiro de Segurança Nacional, Tom Donilon, o Almirante-chefe Michael Mullen e o General Martin Dempsey, que também marcaram uma presença assídua na região²⁰⁶.

Ao mesmo tempo que se promoviam os laços diplomáticos com os vários países da região, especialmente com os principais aliados e com a RPC, Obama promoveu uma abordagem económica com vista a fortalecer e aprofundar os laços comerciais, económicos e financeiros com estes países, reforçando assim a interdependência económica entre eles e os EUA e aliviando da pressão e influência exercida por Pequim por exemplo no contexto das disputas territoriais e de soberania marítima nos mares do sul da china²⁰⁷.

Neste sentido foram aprovados inúmeros acordos comerciais bilaterais com os países da região como por exemplo o “KORUS” (Korean U.S. Free Trade Agreement) assim como se promoveu um projeto ambicioso de um grande acordo comercial envolvendo ao mesmo tempo vários atores regionais, o TPP (Trans-Pacific Partnership).

Este projeto tornou-se um pilar fundamental da estratégia e política externa da administração Obama para a região, já que nele estavam refletidas as prioridades e interesses económicos dos EUA que passavam por estabelecer na região um sistema económico onde a competição económica seria controlada e regulamentada, incluindo o estabelecimento de normas laborais, ambientais e financeiras.

Estando aberto à entrada de novos membros o TPP envolveu países importantes como o Vietname, Brunei, Japão, Malásia e Singapura que atualmente mantêm diferendos com a RPC ou olham para este país e para a sua retórica de ascensão pacífica apreensivamente²⁰⁸.

²⁰⁶ Ibid, p.4.

²⁰⁷ Ibid, pp. 4-5.

²⁰⁸ Cf. United States - In Executive Office of the President, Office of the United States Trade Representative (s.d.). *The Trans-Pacific Partnership, leveling the playing field for American workers & American businesses.*

8. A construção da Grande Muralha Americana

Como já vimos anteriormente, o *rebalance* anunciado pela administração Obama assenta em grande medida nas bases da diplomacia e das questões económicas. Contudo, e apesar do discurso pacifista, cauteloso e conciliador dos responsáveis mais próximos do presidente quando se referiam aos assuntos da região Ásia-Pacífico, a característica mais visível e marcante deste *rebalance*, no contexto regional e internacional e em particular seguida com apreensão por parte da RPC, foi o reforço militar e a deslocação de uma parte considerável das forças norte-americanas de todo o mundo para a região.

Desde o início da última década Washington continua a mobilizar e a investir no reforço das suas capacidades e de resposta militar perante as crescentes capacidades da marinha e das forças armadas do PLA, em especial perante a criação de áreas de A2/AD (Anti-access and area-denial²⁰⁹).

A presença militar norte-americana concentra-se sobretudo no nordeste asiático em grande parte devido à longa e firme aliança que os EUA têm com o Japão e com a Coreia do Sul. Para muitos são estas alianças, sobretudo com o Japão, o principal pilar da preservação da presença e domínio militar norte-americano na região. Apesar dos recentes investimentos para modernizar as instalações e capacidades militares nestes países, os interesses de Washington estenderam-se a toda região, em particular aos mares do sul e sudeste asiático e também à chamada “Segunda Corrente de Ilhas²¹⁰”, em especial à ilha de Guam onde se assistiu a um notável investimento do DOD (Department of Defense) e do USPACOM (Pacific-Asia Command) em dotar a ilha de bases aéreas e navais capazes de sustentar um vasto número de forças e meios militares em caso de crise ou conflito na região²¹¹.

²⁰⁹ HOLMES, James R. (2016). Defeating China’s fortress fleet and A2/AD strategy: Lessons fo United States and her allies. In *The Diplomat*, publicado a 20/06/2016.

²¹⁰ Cf. mapa apresentado no anexo 16.

²¹¹ GREEN, Michael, et al. (2016). *Asia-Pacific Rebalance 2025. Capabilities, Presence and Partnerships*. In CSIS, p. 32.

8.1. A presença dos EUA no Japão.

A aliança entre os EUA e o Japão, estabelecida com o Tratado Mútuo de Cooperação e Segurança em 1960, continua a ser o pilar principal para a estratégia de *rebalance* para a Ásia-Pacífico e para o estabelecimento da influência de Washington na região.

O Japão alberga mais efetivos militares norte-americanos do que qualquer outro seu aliado na região sendo que cerca de metade dos 50 000 militares destacados no país se encontram na base de Okinawa (base mais próxima das águas territoriais Chinesas)²¹².

As principais diretrizes da cooperação militar entre os EUA e o Japão haviam sido estabelecidas em 1978 e posteriormente atualizadas em 1996. Desde então, em grande parte devido ao abrandamento da economia japonesa, esta cooperação havia sido estagnada. Tal situação só se viria a alterar em 2006 quando o atual primeiro-ministro, Shinzo Abe, assume os destinos do país. Desde então, a presença Norte-Americana no nordeste asiático tem-se intensificado, tendo o Japão recebido e albergado meios de projeção de poder e combate²¹³ às áreas A2/AD assim como uma rede de defesa antimíssil equipados com o sistema de combate *Aegis* (Aegis Combat System - ACS).

Adicionalmente, o presidente japonês, promoveu uma série de reformas na política de defesa do país, nomeadamente a proposta do aumento do orçamento de defesa em mais de 3,5% em 2014 podendo chegar aos 5% até 2019, com o objectivo de melhorar as suas capacidades militares e reforçar a sua cooperação militar com os aliados americanos²¹⁴.

Neste quadro, a manutenção de uma aliança forte e o aprofundamento da cooperação militar com forte presença das forças Norte-Americanas na região são do vital interesse de ambos os países no sentido em que os EUA pretendem manter a sua primazia na região inquestionada, por sua vez o Japão pretende assumir um papel mais destacado

²¹² Cf. anexo 10; GREEN, Michael, et al. (2016). Asia-Pacific Rebalance 2025. Capabilities, Presence and Partnerships. In CSIS.

²¹³ Cf. Meios e equipamentos destacados no anexo 11.

²¹⁴ FERREIRA, Ana Gomes (2014). A olhar para a China, o Japão prepara grande aumento do orçamento militar. In Jornal Público, publicado a 29/08/2014 – 19:13; PEREIRA, Ana Fonseca (2013). Japão segue o exemplo da China e aumenta gastos militares. In Jornal Público, publicado a 17/12/2013 – 11:23.

na liderança regional sendo que ambos olham para ascensão naval Chinesa como um potencial e grave entrave à manutenção da estabilidade na região.

8.2. A presença dos EUA na Coreia do Sul

A República da Coreia continua a ser um dos aliados mais dependentes dos EUA e também um dos mais importantes para a manutenção da sua força na região.

Neste país os EUA conservam cerca de 30 000 operacionais incluindo uma força combinada de meios aéreos de apoio e reconhecimento, tropas de combate e reconhecimento apoiadas por meios blindados bem como os tradicionais meios navais e sistemas antimíssil²¹⁵. Este é o segundo maior destacamento dos EUA na região em grande medida como resposta à ameaça vinda de Pyongyang mas mais ultimamente também o problema da ascensão Chinesa se tem refletido nas relações e na cooperação militar entre Washington e Seul.

Contudo o fator Pyongyang nunca saiu do pensamento estratégico e político do governo de Seul sendo que, desde que o governo de Park Geun-hye tomou posse, têm-se assistido a uma clara tentativa de abordagem diplomática à RPC, possivelmente com o intuito de trazer a RPC para o seu lado e limitar o apoio vindo de Pequim aos vizinhos do norte. De facto o governo de Park tem promovido uma certa aproximação com a RPC ao aprofundar os contactos diplomáticos com o governo chinês e acordos com aquele país²¹⁶. Ao mesmo tempo Seul mostrou alguma negligência nas suas relações com o importante parceiro e aliado, Japão, evitando alguns contactos com Tokyo no seio das instituições regionais.

Apesar do aparente afastamento de Seul para com os seus compromissos com o Japão e EUA, a verdade é que o núcleo político de Seul continua firme do lado pró-americano uma vez que a hegemonia Chinesa na região é vista como sendo perigosa tanto pelos líderes políticos como pela maioria da população²¹⁷.

²¹⁵ GREEN, Michael, et al. (2016). Asia-Pacific Rebalance 2025. Capabilities, Presence and Partnerships. In CSIS, p. 64. Meios e equipamentos destacados mais sucintamente no anexo 12.

²¹⁶ Como por exemplo o acordo de comércio livre assinado em 2015 pelos dois países.

²¹⁷ GREEN, Michael, et al. (2016). Asia-Pacific Rebalance 2025. Capabilities, Presence and Partnerships. In CSIS., p. 61.

Ainda que a Coreia do Sul tenha demonstrado um claro interesse em iniciar boas relações com Pequim, tal não invalida que não se mantenha fiel à aliança trilateral a que pertence. Em Dezembro de 2014, o governo de Park participou na reunião trilateral, Japão-EUA-Coreia do Sul, na qual se comprometeu a reforçar a cooperação marítima, participar em operações contra a pirataria, no reforço da rede de defesa antimíssil e na partilha de informações, ficando ainda marcado para Maio do ano seguinte exercícios de cooperação e partilha de informação²¹⁸.

Por fim, a República da Coreia procedeu a um enorme aumento no seu orçamento de defesa, cerca de 7%, com a finalidade de modernizar todo o seu aparelho militar adquirindo grandes quantidades de meios e armamento aos EUA incluindo treinos e exercícios conjuntos²¹⁹ de forma a reforçar a sua capacidade de operar em conjunto com as forças norte-americanas²²⁰.

8.3. A presença dos EUA em Taiwan

Taiwan ainda hoje enfrenta uma pressão militar significativa da parte da RPC, que mantém o seu objetivo e desígnio nacional de reunificação da ilha com o seu território. Por isso, dissuadir a RPC de lançar um ataque sobre os insulares continua a ser a principal prioridade dos responsáveis políticos e do governo de Taipé. Não é de espantar que da parte de Taiwan haja uma clara abertura e vontade de contribuir ativamente para a estratégia de *rebalance* de Washington. Já da parte dos EUA ainda que a vontade taiwanesa seja correspondida o problema é que a política levada a cabo pelos EUA ao longo de todos estes anos e a situação vivida no estreito deixam a Casa Branca sem grande margem para abordar abertamente Taiwan como o fez com o Japão ou a Coreia do Sul.

Esta relutância de Washington em envolver Taiwan no seu projeto de *rebalance* e cooperação militar na Ásia-Pacífico advém da certeza de que tal situação despoletaria uma reação extrema da parte da RPC, que tem vindo constantemente a reforçar a sua força

²¹⁸ Ibid.

²¹⁹ Em Julho de 2014, pela primeira vez, as forças coreanas e americanas realizavam treinos conjuntos no National Training Center in Fort Irwin, Califórnia.

²²⁰ GREEN, Michael, et al. (2016). Asia-Pacific Rebalance 2025. Capabilities, Presence and Partnerships. In CSIS, p.64.

militar nesse espaço²²¹, já que o governo de Pequim iria responder como se de uma atitude de confrontação direta se tratasse acabando por colocar em cheque todo o esforço realizado por ambos os lados na normalização das relações e gestão das tensões vividas nesse espaço geográfico em particular²²².

Não obstante, o próprio Departamento de Estado Norte-Americano dá conta da forte relação não oficial que vai mantendo com o governo de Taipé destacando as importantes relações económicas com a ilha e com a sua população²²³. Ainda na sua página oficial, o Departamento de Estado, dá conta da sua vontade em reforçar as suas ligações económicas com aquele território mas sem nunca deixar de ressaltar a posição política de Washington assumida no comunicado conjunto EUA-RPC de 1979, onde reconhece a RPC como a única representante de toda a China e a ilha de Taiwan como território chinês²²⁴.

8.4. A presença dos EUA nas Filipinas

Como resultado das tensões que se tem verificado em torno das disputas territoriais nos mares do sul da china, em particular a atitude da RPC que tem avançado de forma assertiva e em força na região, forçou as autoridades filipinas a encetar um esforço de modernização das suas forças armadas, em particular no setor naval, e a redefinir as suas prioridades estratégicas de política externa²²⁵.

Para os EUA a incapacidade das forças filipinas em fazerem frente às crescentes investidas de Pequim levantam algumas preocupações em Washington dado o seu compromisso em defender o território e apoiar as forças armadas filipinas no Pacífico assumido em 1951 com o Tratado de Defesa Mútua²²⁶.

²²¹ No quadro apresentado nos anexos 14 e 15 podemos ver as forças do PCC no Estreito de Taiwan em comparação com as forças armadas de Taipé referentes ao ano de 2009.

²²² Ibid, p. 90.

²²³ United States of America – Department of State (2016). *US relations with Taiwan*. Publicado a 13/11/2016.

²²⁴ Ibid.

²²⁵ Ibid, p. 77.

²²⁶ United States – Department of State (s.d.). U.S. Collective Defense Arrangements – Philipines Treaty.

Em 2014 o mesmo compromisso foi revisto e revalidado com especial atenção à cooperação militar e de segurança entre os dois Estados. Com o EDCA (Enhanced Defense Cooperation Agreement), validado em 2016, os EUA comprometem-se a executar melhoramentos estruturais nas infraestruturas militares filipinas adquirindo o direito de acesso não permanente das forças Norte-Americanas às mesmas. O mesmo acordo prevê também o fornecimento de equipamentos militares, exercícios e treinos conjuntos e acesso imediato às bases do país em caso de crise no mar do sul da china²²⁷.

8.5. A presença dos EUA no Vietname

As disputas territoriais nos mares do sul da china entre o Vietname e a RPC já não são uma novidade mas desde 2009, quando a RPC apresentou nas Nações Unidas as suas intenções de controlo de quase todo aquele espaço, o governo de Hanói percebeu que tinha que reforçar a sua posição política, estratégica e militar na região.

Como tal o Vietname tem redobrado os seus esforços nesse sentido ao firmar relações de cooperação militar com os seus vizinhos no sudeste asiático, com os dois maiores rivais da RPC na Ásia, a Índia e o Japão²²⁸. A abordagem ao Japão não é inocente nem desprovida de segundas intenções, para além de ser um aliado de peso contra a ascensão Chinesa, o Japão como o pivô asiático dos EUA na região, aparece como o intermediário perfeito com esse país, definitivamente capaz de fazer equilibrar a balança perante a RPC, abrindo ainda a possibilidade de participação de Hanói na estratégia de *rebalance* de Washington na região²²⁹.

Com efeito, nos últimos anos o Vietname tem vindo a reforçar as suas relações e cooperação militar com os EUA. Em 2013 o presidente Obama e o seu homólogo vietnamita, Truong Tan Sang, anunciaram um acordo (Comprehensive Partnership) estabelecendo o contacto permanente entre altos representantes e oficiais de ambos os departamentos de defesa, patrulhas conjuntas nos mares do sul da china, uma futura

²²⁷ GREEN, Michael, et al. (2016). Asia-Pacific Rebalance 2025. Capabilities, Presence and Partnerships. In CSIS., p.77.

²²⁸ Ibid, p. 105.

²²⁹ United States – Department of State (s.d.). U.S.-Vietnam Comprehensive Partnership.

aquisição de armamento a Washington e exercícios de educação e treino militar às forças armadas vietnamitas²³⁰.

Em Outubro de 2014 os EUA procederam ao levantamento parcial do boicote à venda de equipamentos militares imposto ao Vietname, permitindo ao governo de Hanói adquirir junto de Washington meios navais de combate e segurança marítima²³¹. Apesar do desconforto das autoridades vietnamitas perante este levantamento parcial do embargo de armas, Hanói e Washington têm vindo a reforçar as suas relações, aprofundando a cooperação entre ambos os dispositivos militares na região.

8.6. A presença dos EUA na Tailândia

A Tailândia é o mais antigo aliado dos EUA na região tendo providenciado acesso às suas bases e infraestruturas assim como apoio das suas forças no esforço de guerra norte-americano na guerra contra o Vietname. Durante as últimas décadas ambos os Estados estavam envolvidos numa profunda relação de cooperação militar realizando inúmeros exercícios e treinos em conjunto, relação essa que foi reforçada em 2012 quando o secretário de defesa Leon Panetta e o seu homólogo assinaram um acordo de aprofundamento dos compromissos de defesa dos dois aliados²³².

Com todos estes anos de intercâmbios, exercícios conjuntos, e fornecimento de equipamentos por parte dos EUA, as forças Tailandesas desenvolveram uma notável capacidade para operar em conjunto com as tropas norte-americanas e a abordar as crises ocorrentes na região de forma independente e eficaz²³³. Por isso para os EUA e para a sua estratégia de *rebalance*, depois da Coreia do Sul e do Japão, a Tailândia afigura-se como um dos mais importantes aliados na região dada a capacidade das suas forças armadas em operarem em concertação com os EUA mas sem requererem a intervenção ou auxílio destes nessas mesmas operações.

²³⁰ GREEN, Michael, et al. (2016). Asia-Pacific Rebalance 2025. Capabilities, Presence and Partnerships. In CSIS, p. 107.

²³¹ Ibid, p. 107.

²³² Ibid, p. 81.

²³³ Ibid.

Contudo, o golpe de Estado de 2014 impôs uma interrupção nas longas relações que ambos os países haviam construído já que os EUA como resposta suspenderam parte da assistência militar reduzindo o número de treinos e exercícios conjuntos com as forças daquele país.

8.7. A presença dos EUA em Singapura

O estatuto de Singapura junto dos EUA não corresponde de todo à importância que esta cidade-estado representa para o *rebalance* e manutenção do domínio norte-americano na região. Apenas com o estatuto de parceiro estratégico, Singapura é um pequeno Estado, inserido numa região com vizinhos mais fortes e musculados, mas que sabe reconhecer os limites da sua capacidade em dissuadir uma qualquer ameaça contra o seu território ou de intervenção na região. Como tal a solução passa por conseguir um aliado tão ou ainda mais forte e musculado do que os seus vizinhos, o que faz desta cidade-estado um parceiro ansioso e favorável à manutenção das forças de Washington na região.

Nesse sentido Singapura e os EUA têm vindo a reforçar as suas relações e cooperação militar, pelo menos desde 1990, aquando da assinatura de um memorando de entendimento que permitia a colocação de efetivos e meios militares naquela cidade-estado, entendimento esse que veio a ser reforçado em 2005 com o anúncio de uma parceria estratégica²³⁴.

Recentemente esta relação tem vindo a ser mais aprofundada e reforçada pela administração Obama logo em 2015 com a assinatura de um novo acordo de cooperação militar²³⁵ e com o anúncio das intenções de ambos os países em estabelecerem amplas relações de cooperação económica, relações comerciais e aperfeiçoar as relações de cooperação militar já existentes²³⁶.

²³⁴ United States- Republic of Singapore (s.d.). *Strategic Framework Agreement between the United States of America and the Republic of Singapore for a closer cooperation and partnership in defense and security*.

²³⁵ United States – Department of Defense (2015). *Carter, Singapore Defense Minister Sign Enhanced Defense Cooperation Agreement*. Publicado por DoD News, Defense Media Activity a 07/12/2015.

²³⁶ United States - White House (2016). *Joint Statement by the United States of America and the Republic of Singapore*.

8.8. A presença dos EUA na Malásia

Localizada numa posição estratégica privilegiada a Malásia mantém um certo equilíbrio nas suas relações e compromissos com a RPC e com os EUA. Ainda assim este mesmo Estado tem já uma longa relação de cooperação militar com os EUA que, desde a tomada de posse do primeiro-ministro Najib Razak em 2009, tem vindo a ser aprofundada e reforçada por ambos os Estados.

Um testemunho dessa longa e firme relação de cooperação é visível no que respeita à segurança marítima. As forças navais de ambos os países participam frequentemente em treinos de cooperação (CARAT – *Cooperation Afloat and Rediness and Training*) sendo que os EUA oferecem formação militar através do *International Military Training Funds* (IMTF) e apoio nas aquisições militares do governo de Kuala Lumpur²³⁷.

8.9. A presença dos EUA na Indonésia

Desde o fim da guerra com Timor-leste as relações entre a Indonésia e os EUA entraram num caminho da normalização com o lançamento de uma cooperação estratégica.

A partir de 2002, com a consolidação democrática nesse país e conseqüente afastamento das forças militares nos assuntos políticos, os EUA, restauraram o programa de assistência e treino militar²³⁸ para as forças Indonésias e procederam à normalização das relações militares em 2005 ao levantarem o embargo de venda de armas imposto a esse país durante os abusos cometidos em Timor.

Em 2010 o presidente Barack Obama deu um passo importante na evolução das relações entre os dois países ao assinar juntamente com líder indonésio, Susilo Bambang Yudhoyono, um acordo muito semelhante aos que viria a estabelecer com Singapura,

²³⁷ GREEN, Michael, et al. (2016). *Asia-Pacific Rebalance 2025. Capabilities, Presence and Partnerships*. In CSIS, p. 96.

²³⁸ International Military Education na Training.

Malásia e Filipinas e que abria as portas a uma futura cooperação de segurança militar, diplomática e económica²³⁹.

IX – O escalar militarista entre os EUA e a RPC. A evolução dos orçamentos de defesa em comparação.

É conhecida a especial atenção que os vários governos de Pequim têm dado ao desenvolvimento e melhoramento das capacidades militares do seu país. Apesar da falta de transparência com que o governo chinês aborda os assuntos de defesa e segurança, é nítido que os líderes chineses tem canalizado largas verbas do seu orçamento público para esta aérea.

A modernização do ELP teve o seu ponto de partida na última década do século XX, quando as condições económicas e financeiras da RPC registaram uma evolução positiva muito significativa e num momento de transição da liderança política quando Jiang Zemin substitui o popular Deng Xiaoping. Não possuindo a popularidade do seu antecessor, Zemin precisava de consolidar a sua autoridade especialmente junto das altas patentes do ELP. De maneira a agregar o apoio dos militares, Zemin empreendeu um plano de modernização das forças armadas aumentando significativamente o orçamento destinado ao exército²⁴⁰.

A Guerra do Golfo de 1991 teve um grande impacto nas altas patentes do governo e exército chinês uma vez que lhes permitiu aferir a desfasagem entre as suas forças armadas e as capacidades dos EUA. Em função do conflito no Golfo Pérsico, o governo de Pequim iniciou uma revisão da sua doutrina militar passando a investir fortemente na modernização da sua industria militar bem como a adquirir grandes quantidades de equipamentos e armamentos russos como navios de guerra, submarinos e aviões de combate²⁴¹.

²³⁹ GREEN, Michael, et al. (2016). Asia-Pacific Rebalance 2025. Capabilities, Presence and Partnerships. In CSIS, p. 104.

²⁴⁰ JOFFE, Ellis. (2004) “The Future of PLA Modernization: Bumps and Boosters.” in: A. Scobell & L. M. Wortzel. (Eds.), pp. 365- 381.

²⁴¹ Desde o fim da Guerra Fria, a Rússia tornou-se o principal Estado fornecedor de armamento à RPC.

A evolução das despesas militares da RPC são cada vez mais um dos assuntos mais relevantes a ter em conta para os estudos estratégicos e das relações internacionais, em função do papel que a RPC desempenha nesta importante e dinâmica região e no mundo. Perante as ansiedades dos seus vizinhos, competidores e até parceiros, o governo chinês mantém o seu discurso de “ascensão pacífica” declarando sucessivamente nos seus Livros Brancos que os elevados aumentos do investimento na defesa nacional fazem parte de uma política puramente defensiva com o intuito de salvaguardar a soberania e integridade territorial e que acompanham o crescimento económico do país. Segundo as fontes oficiais Chinesas, este aumento parte também da necessidade do Estado chinês se dotar de uma força militar equivalente ao seu estatuto internacional de forma a corresponder às responsabilidades do país enquanto membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas e para a execução de operações militares de peacekeeping²⁴².

Ainda que atualmente se observe uma disparidade considerável entre as despesas militares Chinesas e as despesas do pentágono, é importante referir que essa diferença tem-se vindo a encurtar.

1. A evolução das despesas e investimentos chineses na defesa.

Segundo fonte oficial do ministério de defesa chinês, entre 1979 e 1989, o orçamento de defesa chinês apresentava um crescimento médio anual de 1,23%, o que contabilizando a inflação média de 7,49% registada no mesmo período, representaria na realidade um decréscimo de 5,83%²⁴³. Porém, pelas razões acima referidas, essa situação vir-se-ia a inverter.

De facto, a questão de Taiwan ocupa uma posição cimeira na política externa Chinesa inserida numa lógica de defesa da integridade territorial e soberania de toda a China. Por despertar os mais profundos sentimentos nacionalistas na sociedade Chinesa, o governo chinês não hesitou em utilizar, em algumas situações, os recursos militares de forma a desequilibrar a seu favor o impasse no estreito. Os exercícios marítimos aquando

²⁴² People's Republic of China - Ministry of National Defense (2010). *China's National Defense in 2010 – II. National Defense Policy*. December. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China.

²⁴³ People's Republic of China - Ministry of National Defense (2006). *China's National Defense in 2006*. December. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China.

da terceira crise de Taiwan são um indício de um propósito de influenciar o resultado das eleições na ilha através daquilo que podemos chamar de uma diplomacia agressiva. Neste sentido a procura da superioridade militar tem sido um objetivo notório de Pequim, se considerarmos os recentes investimentos em sistemas de mísseis balísticos ou os numerosos submarinos, que conferem à RPC uma superioridade considerável no estreito²⁴⁴.

Entre 1990 e 2006, o orçamento de defesa começou a ser alvo de sucessivos aumentos crescendo em média cerca de 15,36% ao ano²⁴⁵. Chegando a 2006, o governo chinês investia mais de 280 mil milhões de RMB (35 mil milhões na moeda americana), um aumento de 14,7% mas que representava apenas 1,4% do PIB nacional ou 7,4% do orçamento governamental²⁴⁶.

Até à eclosão da crise financeira de 2008 que abalou fortemente a economia dos EUA, forçando o gigante ocidental a repensar a sua posição estratégica e de política externa e a reduzir os custos da sua presença militar no mundo, a RPC, ao contrário do seu rival, manteve a tendência de aumento no investimento das suas forças armadas²⁴⁷. Nos três anos que se seguiram o aumento do orçamento de defesa chinês cresceu em média cerca de 20%²⁴⁸, passando, em valores brutos, de mais de 280 mil milhões de RMB em 2006 para cerca de 417 mil milhões em 2008²⁴⁹ e 495 mil milhões em 2009. Num espaço de apenas três anos verificamos que o orçamento de defesa chinês cresceu para quase o dobro, passando de cerca de 35 mil milhões de USD para mais de 61,8 mil milhões²⁵⁰.

²⁴⁴ Os números relativos aos meios militares da RPC no estreito de Taiwan em oposição às forças de Taipé encontram-se especificados nos anexos 13, 14 e 15.

²⁴⁵ Como a inflação média neste mesmo período se situou à volta dos 5,22%, descontando este valor ao valor bruto referido acima, concluímos que o crescimento anual real foi de 10,14%. – People's Republic of China - Ministry of National Defense (2006). *China's National Defense in 2006*. December. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China.

²⁴⁶ Fruto do crescimento económico o impacto dos aumentos na defesa no orçamento governamental têm apresentado uma tendência de descida pelo menos desde 2003 quando se estimavam ser de 7,74%. CHINA, 2006 (A). *China's defense budget increases 14.7% in 2006*. People's Liberation Army Daily.

²⁴⁷ Cf. gráfico apresentado no anexo 17.

²⁴⁸ Valores semelhantes só em 1995, ano em que se vivia um perigoso escalor de tensões no estreito de Taiwan e que se perspectivava um possível conflito com os EUA.

²⁴⁹ People's Republic of China - Ministry of National Defense (s.d.). *Ministry of National Defense White Papers*; People's Republic of China - Ministry of National Defense (2011). *Ministry of National Defence White Papers – Defence Policy*.

²⁵⁰ Conversão para a moeda americana realizada para facilitar a comparação com o orçamento dos EUA.

Estando ainda muito longe dos mais de 650 mil milhões de dólares despendidos pelos EUA entre 2008 e 2009²⁵¹, são várias as vozes que apontam para a possibilidade do orçamento chinês ser significativamente superior aos valores avançados pelas fontes oficiais do PCC já que, para além da falta de transparência da liderança Chinesa nestas matérias, o orçamento de defesa chinês não contempla os fundos canalizados para as despesas na importação de armamento, pesquisa e desenvolvimento e despesas com instituições paramilitares como a Polícia Armada do Povo²⁵².

Em 2015, o relatório anual do Departamento de Defesa para o Congresso sobre o desenvolvimento militar chinês, dava conta que aquele país teria anunciado um aumento de cerca de 9,2% no seu orçamento de defesa situando-o em valores brutos nos 144 mil milhões de USD. Nesse mesmo relatório, o Departamento de Defesa norte-americano estimava com base nos preços e taxas de câmbio que esse valor estaria abaixo das despesas reais anunciadas pelo governo de Pequim e que estas seriam de 180 mil milhões de USD²⁵³.

A modernização militar abrangeu também as forças navais sendo que desde 2000 se tem vindo a notar um grande esforço de fortalecimento das capacidades da marinha Chinesa²⁵⁴. Exemplo disso são as recentes apostas em embarcações como o Destroyer Sovremenny de Classe II, as fragatas da classe Jiangkai (Tipo 054A), os destroyers da classe Luyang (Tipo 052B/C/D) e claro, a construção do primeiro porta-aviões Liaoning.

Para além das questões e diferendos que a RPC mantém com inúmeros atores regionais como Taiwan, Japão, EUA e os demais países no mar do sul da china que motivam este investimento na marinha, o desenvolvimento desta permite por outro lado uma maior eficácia na protecção das rotas comerciais e em especial dos recursos energéticos importados pelo país e alvo de ataques de pirataria. Para além das motivações estratégicas e militares como o desenvolvimento de capacidades A2/AD, que coincidem com outros interesses como evitar uma declaração de independência de Taiwan e

²⁵¹ WALKER, Dinah (2014). Trends in U.S. military spending. In Council on Foreign Relations. Publicado a 15/07/2014.

²⁵² U.S. Department of Defense (2015). Annual Report to Congress. Military and Security Developments Involving the People's Republic of China.

²⁵³ Ibid.

²⁵⁴ Cf. anexo 18.

impossibilitam ameaças provenientes do exterior²⁵⁵, este investimento traduz-se num melhoramento de meios importantes para a proteção do comércio chinês²⁵⁶.

2. A evolução do orçamento dos EUA desde o fim da Guerra-Fria.

Durante o tempo da administração de George W. Bush foi vulgarizada a ideia de que o seu antecessor havia descuidado a imensa máquina de guerra construída por Reagan resultando assim numa perda de capacidade dos EUA em se defenderem e darem resposta militar rápida e eficiente numa situação de crise. Assim encorajados por este aparente descuido das suas forças armadas, os inimigos e rivais de Washington teriam visto na sua suposta fraqueza o momento certo para atacar ou retaliar contra a grande potência ocidental.

De facto durante a administração Clinton o orçamento do DoD dos EUA sofreu constantes cortes, o que não implica necessariamente que a capacidade militar dos EUA se tenha degradado, na verdade essa era já uma tendência que vinha desde 1988, ainda durante o governo de Ronald Reagan²⁵⁷.

É possível sugerir que esta tendência de redução orçamental tem as suas causas em primeiro lugar devido ao colapso da URSS que fez com que a poderosa máquina de guerra norte-americana, perante a ausência de um rival capaz de lhe competir e rivalizar, se tornasse excessiva e em segundo lugar a necessidade lógica de se reduzir os custos militares desnecessários e canaliza-los para o investimento noutros sectores importantes para o desenvolvimento do país.

Durante a década de 1990 os EUA viveram um período de relativo conforto ainda que a perspectiva de conflito com a RPC em torno da questão de Taiwan tivesse ensombrado por momentos esse conforto, a verdade é que num momento de constantes reduções do orçamento do pentágono, bastou aos EUA construir um sistema de alianças

²⁵⁵ Por exemplo uma possível interferência dos EUA e/ou seus aliados regionais.

²⁵⁶ People's Republic of China - Ministry of National Defense (2015). *Ministry of National Defense White Paper* (Maio de 2015).

²⁵⁷ WALKER, Dinah (2014). Trends in U.S. military spending. In Council on Foreign Relations. Publicado a 15/07/2014; Cf. anexo 19.

na região e deslocar dois grupos de batalha para as imediações do estreito para dissuadir e conter as ansias de Pequim que havia já começado a implementar um intenso programa de modernização do seu aparelho militar.

Assim chegados a 1998, já com a crise no estreito ultrapassada e com a RPC mais conformada e acomodada, a percentagem do PIB dos EUA destinada à defesa conheceu os seus valores mais baixos desde os anos anteriores ao envolvimento norte-americano na II Guerra Mundial²⁵⁸. Porém ao entrar no novo milénio a despesa na defesa entrou em rota ascendente acelerando acentuadamente entre os anos de 2001 e 2004. Em 1998 os valores totais situavam-se à volta dos 260 mil milhões de USD mas por força da nova política de guerra ao terrorismo de George W. Bush e as consequentes invasões ao Iraque e ao Afeganistão este valor até ao fim do seu segundo mandato chegou quase a atingir os 670 mil milhões²⁵⁹.

Com a entrada de Barack Obama para a Casa Branca a tendência de aumento orçamental manteve-se durante os primeiros anos do seu primeiro mandato chegando quase a atingir os 700 mil milhões²⁶⁰ em 2011, antes de se iniciar uma campanha de redução da despesa orçamental, conseguida sobretudo em virtude da progressiva retirada das tropas envolvidas nas operações militares do Afeganistão e do Iraque²⁶¹.

Apesar das reduções orçamentais anunciadas o volume de despesa militar de Washington nunca regressou aos níveis percentuais anteriores ao 11 de Setembro de 2001 ainda que até 2016 se tenha verificado uma redução de cerca de 106 mil milhões comparativamente ao ano fiscal de 2010²⁶².

²⁵⁸ Cf. anexos 20 e 21.

²⁵⁹ United States of America - Department of Defense (1997). *National Defense Budget Estimates for FY 1998*; United States of America - Department of Defense (2007). *National Defense Budget Estimates for FY 2008*.

²⁶⁰ Cf. anexo 21 e 22.

²⁶¹ Até 2010 estavam activos no terreno cerca de 100 mil efectivos no Iraque e cerca de 68 mil no Afeganistão. – United States of America - Department of Defence (2010). *Fiscal Year 2011 Budget Request*.

²⁶² Cf. dados apresentados na tabela do anexo 22.

X - A Crise do Estreito de 1996. Onde a Águia encontra o Dragão

1. Taiwan mais do que uma questão de orgulho, uma questão de afirmação e de soberania territorial.

As questões que dizem respeito à soberania territorial Chinesa revestem-se de grande importância, não só pela atenção internacional de que são alvo, mas também porque os movimentos separatistas ainda ativos e as várias disputas territoriais são assuntos que interferem diretamente com a segurança territorial e sobrevivência do regime.

É nítida a relevância que Pequim atribui à defesa e manutenção da segurança do seu território sendo que os esforços diplomáticos empreendidos para a reunificação com antigos territórios, expropriados pelas potências europeias, são o exemplo prático dessa relevância dada pelo governo chinês.

A reunificação com os pequenos, mas importantes, territórios de Macau e Hong Kong vai muito para além de meras questões de orgulho nacional, algo mais importante e significativo estava no horizonte, já que o sucesso da reunificação pacífica destes territórios com a “pátria-mãe”, para o governo chinês, poderia servir como demonstração de que também a reunificação da ilha de Taiwan seria perfeitamente exequível.

Do ponto de vista da RPC, a situação observada em Taiwan, onde se refugiaram os sobreviventes do Kuomintang após a derrota, e que culminou na transferência do regime nacionalista (República da China) para Taipé, não é aceitável uma vez que para o PCC um território que lhe pertence não pode ter um governo divergente da autoridade central. Assim, para Pequim o governo de Taipé é visto como ilegítimo sendo que evitar uma declaração de independência da parte do mesmo continua a ser uma das principais prioridades do pensamento político e estratégico do governo chinês²⁶³.

²⁶³ MEDEIROS, E. S. (2009). *China's International Behaviour: Activism, Opportunism and Diversification*. In RAND Corporation, p.205.

2. O soar das trombetas de guerra. A crise de 95-96 em análise.

A partir de 1994 assistimos a uma significativa ampliação das relações não oficiais entre os EUA e Taiwan. Nesse mesmo ano é publicado pelo Departamento de Estado o *Taiwan Policy Review* (TPR) que representou uma revisão no escopo das relações entre ambos os Estados, onde a Casa Branca se compromete a fazer uma série de concessões importantes a Taipé²⁶⁴, ressaltando que a sua política para com Taiwan havia sido conservada e as suas relações permaneceriam no seu teor “não oficial”, em conformidade com os três comunicados conjuntos e com a política de “uma China”²⁶⁵.

Por força da conjuntura internacional e doméstica a 22 de Maio de 1995, foi concedido ao presidente taiwanês em funções, Lee Teng-hui, um visto para visitar os EUA e assim poder participar numa reunião de ex-alunos da universidade de Cornell, onde se formou. Imediatamente o Ministro das Relações Exteriores da RPC, Qian Qichen, manifestou a sua indignação com a administração Clinton. Para Pequim, a concessão do visto tratava-se de um indício de uma estratégia de Washington para a contenção da RPC, aproveitando uma altura em que em Taiwan se falava de independência²⁶⁶.

Nos dias que decorreram seguiu-se uma gradual suspensão de representação diplomática mútua bem como o cancelamento de visitas de altos dignatários chineses, como por exemplo a visita já programada do Ministro da Defesa, Chi Haotian, aos EUA²⁶⁷.

Com o intuito de atenuar os impactos da visita de Lee Teng-hui, enquanto o governo norte-americano proibia todas as autoridades governamentais de contactar ou encontrar-se com o presidente taiwanês. No mesmo contexto, o presidente Clinton

²⁶⁴ Entre as várias concessões destacam-se a possibilidade do presidente do AIT em receber altos dignatários e oficiais do governo da ilha; o apoio à entrada de Taiwan como membro “não-estatal” em organizações internacionais e de cooperação económica; autorização para os líderes e altos representantes do governo taiwanês pisarem solo norte-americano sob condições excepcionais e previamente acordadas. - CHANG, James C.P. (2001). *US Policy Toward Taiwan*. In Weatherhead Center for Interbational Affairs, Harvard University, pp. 8-10.

²⁶⁵ CHANG, James C.P. (2001). *US Policy Toward Taiwan*. In Weatherhead Center for Interbational Affairs, Harvard University.

²⁶⁶ Ibid. p.12.

²⁶⁷ THIES, Wallace J., Bratton, Patrick C., 2004. *When Governments Collide in the Taiwan Strait*. In *Journal of Strategic Studies*, vol. 27, nº4, pp. 556-584.

justificava-se publicamente à RPC argumentando que a concessão da autorização a Lee estava fora do seu alcance²⁶⁸. Por seu turno, os altos responsáveis do governo chinês teriam ficado insatisfeitos com os resultados desta mera resposta diplomática²⁶⁹, assim entre 21 e 28 de Julho, a RPC iniciou o lançamento de uma série manobras militares, exercícios e testes balísticos²⁷⁰, simulações de ataques aéreos e navais e disparos da artilharia costeira nas proximidades de Taiwan. Os mísseis lançados pelo PLA atingiram águas a norte de Taiwan, próximas às linhas de comunicação marítima e aérea da ilha com o Japão²⁷¹.

Ainda durante o decorrer das operações Chinesas o presidente Lee afirma publicamente que a RC deveria aumentar a sua capacidade de dissuasão militar para isso anunciando que entre os meses de Setembro e Outubro as forças Taiwanesas levariam a cabo uma grande operação conjunta no estreito como forma de demonstração de força e preparação contra os continentais²⁷².

Poucos dias depois do anúncio de Lee, no dia 11 de Agosto, a RPC responde com o anúncio de uma nova série de manobras militares no estreito. Assim perante a complacência de Washington, entre 15 e 25 de Agosto, o ELP lançou uma segunda vaga de testes balísticos, incluindo simulações de ataques anfíbios e mobilização de meios navais e aéreos.

São vários os analistas que apontam esta demonstração de força por parte do governo chinês como uma manobra política com um duplo objetivo. Em primeiro lugar influenciar a opinião pública taiwanesa e assim dissuadir os eleitores da ilha a conceder um novo mandato a Lee e a dar continuidade à ambição independentista. Em segundo

²⁶⁸ “In our country, we have the constitutional right to travel. It is very difficult in America to justify not allowing a citizen of the world to come to his college reunion and to travel around our country. Just as the PRC demands to be respected in its way, it had to respect our way. And our values with respect to President Lee coming here were reflected in the congressional majorities.” – Discurso de Bill Clinton em Maio de 1995 acerca da visita do presidente Taiwanês, Lee Teng-hui, aos EUA. - CHANG, James C.P. (2001). *US Policy Toward Taiwan*. In Weatherhead Center for Interbational Affairs, Harvard University.

²⁶⁹ ROSS, Robert S., (2000). *The Taiwan Strait Confrontation*. In *International Security*, vol. 25, nº2, pp. 87-123

²⁷⁰ Foram disparados um total de 6 mísseis balísticos de médio alcance: quatro misseis M-9 (alcance de 600 milhas) e dois mísseis DF-21 (alcance de 1000 milhas). THIES, Wallace J., Bratton, Patrick C., 2004. *When Governments Collide in the Taiwan Strait*. In *Journal of Strategic Studies*, vol. 27, nº4, p. 564.

²⁷¹ THIES, Wallace J., Bratton, Patrick C., 2004. *When Governments Collide in the Taiwan Strait*. In *Journal of Strategic Studies*, vol. 27, nº4, p. 564; ROSS, Robert S., (2000). *The Taiwan Strait Confrontation*. In *International Security*, vol. 25, nº2, pp. 87-123.

²⁷² ROSS, Robert S., (2000). *The Taiwan Strait Confrontation*. In *International Security*, vol. 25, nº2, p.101.

lugar, testar o interesse e disposição dos EUA em defender Taiwan e forçar a Casa Branca a rever e a reprimir a sua política de tendência pró-taiwanesa²⁷³. Com efeito, a RPC havia já dado alguns sinais neste sentido.

Após a viagem de Lee, a RPC exigiu um quarto comunicado conjunto procurando forçar os EUA a aquiescer às suas exigências de “ações concretas”, para que assim as relações entre os Estados pudessem retomar a normalidade e no qual os EUA deveriam esclarecer a sua posição em relação a Taiwan²⁷⁴.

Neste contexto Clinton declina a realização do comunicado mas a despeito da sua recusa envia uma carta a Jiang Zemin pelo Secretário de Estado Warren Christopher, que deveria encontrar-se com Quian Qichen durante a conferência da ASEAN no Brunei, onde o presidente norte-americano estendia uma série de garantias ao seu homólogo chinês ficando estesa garantias conhecidas como os “Três Nãos” a Taiwan²⁷⁵. Nessa carta, tornada publica mais tarde, o presidente Clinton garantia: 1) que os EUA se opunham à independência de Taiwan; 2) que se manteriam fieis ao princípio de “uma China”; 3) que não apoiariam a entrada de Taiwan como membro da ONU²⁷⁶.

Ainda que as garantias dadas por Clinton ao seu homólogo chinês, em parte, fossem suficientes, as mesmas pecavam por não serem formalizadas nem publicas pelo que mais uma vez, e por tal não oferecer qualquer segurança à luz da política e do direito internacional, a resposta diplomática norte-americana foi considerada como insuficiente pelas elites dirigentes do PCC.

Deste modo, nas vésperas das eleições legislativas de Taiwan²⁷⁷, a RPC volta a recorrer ao uso da mesma tática, para influenciar os resultados das mesmas, ao iniciar uma nova vaga presidida pelo próprio Jiang Zemin, mais hostil e assertiva, de exercícios

²⁷³ THIES, Wallace J., Bratton, Patrick C., 2004. *When Governments Collide in the Taiwan Strait*. In *Journal of Strategic Studies*, vol. 27, nº4, pp. 564-565; SCOBELL, Andrew (2003). *China's Use of Military Force: Beyond The Great Wall and The Long March*. Cambridge: Cambridge University Press.

²⁷⁴ Em particular à sua posição sobre o princípio de “Uma China” e governo da RPC como o único representante de todos os chineses, e quanto à alegada vontade de apoiar as pretensões taiwanesas de representação e participação na ONU. - THIES, Wallace J., Bratton, Patrick C., 2004. *When Governments Collide in the Taiwan Strait*. In *Journal of Strategic Studies*, vol. 27, nº4, pp. 564-565.

²⁷⁵ ROSS, Robert S., (2000). *The Taiwan Strait Confrontation*. In *International Security*, vol. 25, nº2, pp. 95-96; THIES, Wallace J., Bratton, Patrick C., 2004. *When Governments Collide in the Taiwan Strait*. In *Journal of Strategic Studies*, vol. 27, nº4, pp. 564-565

²⁷⁶ KAN, Shirley A. (2005). *Taiwan: Major U.S. Arms Sales Since 1990*. In CRS Report for Congress, p.51.

²⁷⁷ “Yuan legislative elections” – Eleições onde são escolhidos os representantes para o parlamento taiwanês.

militares com os principais ramos do ELP. Nesses exercícios participaram cerca de 20 mil efetivos e mobilizaram-se perto de 40 navios de guerra e 100 aeronaves, em manobras de disparos de artilharia costeira, ataques aéreos, desembarques e ataques anfíbios nas proximidades da ilha taiwanesa de Dongshan, naquela foi a maior simulação de invasão da ilha até então²⁷⁸.

O impacto sobre os eleitores insulares terá sido notório mas não o desejável pelo governo da RPC. Por um lado conseguiram enfraquecer a liderança de Lee, por outro, o principal partido pró independentista (Democratic Progressive Party – DDP) acabou por beneficiar de um ligeiro crescimento eleitoral²⁷⁹. Neste sentido é seguro dizer que as ameaças²⁸⁰ e a intimidação militar da RPC não surtiram o efeito desejado de desmobilizar os eleitores insulares a favor da reunificação.

A RPC não se ficou por aqui e em Março do ano seguinte volta à carga anunciando mais uma nova onda de lançamento de mísseis DF-15 que entre 7 e 13 de Março atingiram águas ao largo de Taiwan, a norte de Keelung e a sul de Kaohsiung. Após o anúncio o vice-presidente chinês, Liu Huaqiu deslocou-se a Washington onde se reuniu com os secretários de estado e da defesa, Christopher e Perry respetivamente, no sentido de esclarecer à administração Clinton os propósitos desses novos testes balísticos. De resto, esta foi a única vez que a RPC tomou a iniciativa de esclarecer as suas intenções junto dos EUA talvez por temer uma demonstração de força norte-americana na região contra a qual sabia que não poderia competir²⁸¹.

Até então os EUA vinham mantendo uma postura não intervencionista e ambígua²⁸² nesta questão privilegiando os mecanismos diplomáticos e de diálogo bilateral

²⁷⁸ FISHER, Richard D. (1996). China's Threats to Taiwan challenge U.S. leadership in Asia. In The Heritage Foundation, nº 139.

²⁷⁹ O KMT (partido do presidente Lee Teng-hui), apesar de ter mantido a maioria, caiu dos 53% nas eleições de 1992 para 46% em 1995 traduzindo-se na perda de 11 lugares representativos. Já o partido “pró independência” arrecadou 33% dos votos conseguindo com isso assegurar 54 lugares (mais 4 do que nas eleições de 1992). Dados retirados de TaiwanOrg. – Taiwan News and Current Events (s.d.). *DDP gains in Parliamentary Elections*. Recuperado de <http://www.taiwandc.org/nws-el01.htm> (consultado a 13 de Setembro de 2016).

²⁸⁰ Segundo Fisher, a RPC por via da imprensa lançava a possibilidade de uma invasão de facto e bloqueio naval à ilha. - FISHER, Richard D. (1996). China's Threats to Taiwan challenge U.S. leadership in Asia. In The Heritage Foundation, nº 139.

²⁸¹ FISHER, Richard D. (1996). China's Threats to Taiwan challenge U.S. leadership in Asia. In The Heritage Foundation, nº 139.

²⁸² Não por acaso uma vez que concedia a Washington uma boa margem de manobra perante a RPC uma vez a porta a uma intervenção militar contra aquele país se mantinha aberta ao mesmo tempo que se evitava

com os altos cargos do governo chinês no contexto das instituições internacionais, representações diplomáticas ou nos compromissos institucionais que forçosamente os colocavam em contacto com representantes daquele país. Contudo, logo após a visita de Liu a Washington tudo mudou. A 9 de Março, a RPC ignorando os avisos já dados por Washington²⁸³, anunciou novos exercícios e lançamentos de mísseis próximos da data das eleições presidenciais de Taiwan²⁸⁴ assim como uma mega operação militar na província de Fujian (província do continente mais próxima de Taiwan e aproximadamente do mesmo tamanho da ilha) estimando-se o envolvimento de cerca de 100 mil efetivos e com as novas aeronaves de combate Sukhoi SU-27 e J-811 Jet Fighters.

Neste contexto, o ministro da defesa Chi Haotian, num discurso proferido durante o decorrer desta série de exercícios militares, incita e apela à unificação por via da força, o que para os EUA terá sido a gota de água. No dia seguinte ao discurso de Chi, Washington anuncia a mobilização dos porta-aviões, *Independence* e *Nimitz*, e respetivos grupos de batalha para o estreito, naquela que foi a maior mobilização militar norte-americana na região desde a guerra do Vietname²⁸⁵.

Naturalmente a deslocação dos porta-aviões norte-americanos para o estreito gerou um ambiente de confrontação entre os EUA e a RPC. No entanto, para além do claro objetivo dissuasor, os EUA demonstravam à RPC que estavam prontos e determinados a intervir face a uma unificação pela força, defendiam a sua reputação estratégica na região e demonstravam aos seus aliados, com quem mantinham compromissos estratégico-militares, que estes podiam contar com a presença e auxílio militar de Washington²⁸⁶.

A intervenção norte-americana determinou uma alteração no cálculo estratégico-militar da RPC, uma vez que perante a inegável superioridade dos EUA, o governo de

um escalar de tensões entre Washington e Pequim que atraísse as forças militares Norte-Americanas para um conflito indesejado.

²⁸³ O secretário de Defesa, William Perry, havia já avisado os delegados chineses que ao menor incidente o Porta-aviões *Independence* e demais forças auxiliares estavam prontos a ser mobilizados para o estreito. - THIES, Wallace J., Bratton, Patrick C., 2004. *When Governments Collide in the Taiwan Strait*. In *Journal of Strategic Studies*, vol. 27, nº4, p. 572.

²⁸⁴ Entre 12 a 20 de Março.

²⁸⁵ THIES, Wallace J., Bratton, Patrick C., 2004. *When Governments Collide in the Taiwan Strait*. In *Journal of Strategic Studies*, vol. 27, nº4, pp.571-573.

²⁸⁶ ROSS, Robert S., (2000). *The Taiwan Strait Confrontation*. In *International Security*, vol. 25, nº2, pp. 87-123.

Pequim se viu forçado a repensar a sua disposição em recorrer à força para impor uma solução definitiva na questão de Taiwan. Por outro lado a RPC conseguiu uma concessão importante da Casa Branca, pois a administração Clinton se viu compelida a abandonar a sua postura pró-Taipé de forma a restaurar as suas relações com Pequim. Esta mudança tornou-se evidente em 1997, quando o Departamento de Estado anunciou publicamente os “Três Nãos” a Taiwan reiterados pelo próprio Bill Clinton no ano seguinte na sua visita à RPC²⁸⁷.

3. A evolução das relações entre o Tigre e o Dragão após a crise

Apesar da hostilidade demonstrada aquando das eleições taiwanesas, a RPC não esperava concretizar as ameaças que havia feito²⁸⁸. De certo modo, esta estratégia seria repetida em 1999, quando o presidente Lee afirmou existia um Estado diferente em cada lado do estreito, que levou o governo chinês a responder num tom hostil anunciando novas manobras militares e ameaças de recurso à força caso de declaração de independência²⁸⁹.

Os anos que seguiram foram marcados por uma certa abordagem reconciliatória de ambas as partes em especial do ponto de vista económico que de facto abriu a possibilidade de amenizar as hostilidades no estreito. Apesar das políticas reconciliatórias lançadas por Hu Jintao, a verdade é que o presidente chinês em 2005 avança com a promulgação da controversa Lei da antissecessão, que validava formal e legalmente a possibilidade de invasão da ilha no caso de uma declaração de independência²⁹⁰.

Neste sentido Pequim redobrou os seus esforços para se fazer dotar de uma capacidade militar credível e dissuasora não só de um possível ato desafiador vindo de

²⁸⁷ KAN, Shirley A. (2005). *Taiwan: Major U.S. Arms Sales Since 1990*. In CRS Report for Congress, pp. 55-57.

²⁸⁸ Como havia confidenciado Liu Huaqiu, Director do Gabinete de Política Externa do Conselho de Estado e Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, a Anthony Lake, conselheiro de segurança nacional, durante uma visita do responsável chinês aos EUA.

²⁸⁹ CARRIÇO, Alexandre (2006). *De cima da Grande Muralha : política e estratégia de defesa territorial da República Popular da China, 1949-2010*. Lisboa : Prefácio.

²⁹⁰ KAN, Shirley A. (2009). *China/Taiwan: Evolution of the “One China” Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Taipei*. Washington, D.C, Congressional Research Service., p. 73.

Taiwan, como uma declaração de independência, mas também de uma possível intervenção de Washington a favor dos insulares²⁹¹.

O fator EUA é importante dado que um erro de cálculo ou ato de imprudência de uma das partes pode tornar o conflito do estreito como o palco de confrontação entre EUA e RPC, confronto esse que ao nível diplomático vai dando sinais de que ainda está bem presente²⁹².

Neste contexto a RPC não abandonou o objetivo de conseguir uma posição vantajosa neste espaço, não tanto em função de Taiwan mas mais sobre a perspectiva do possível envolvimento da potência dominante na região, os EUA.

Para tal uma das estratégias de Pequim passou por aumentar o seu arsenal e melhorar o sistema de mísseis balísticos. Até 2005 a RPC havia já posicionado mais de 600 mísseis balísticos convencionais, o que segundo Robert Ross, combinando com o desenvolvimento das capacidades navais e aéreas, conferiam à RPC a capacidade de lançar um ataque rápido e devastador sobre Taiwan sem que os EUA tivessem tempo ou meios para o prevenir. Para tal, a RPC apostou ainda na aquisição de 200 aeronaves russas de tipo Su-27 e Su-30 assim como no reforço da sua frota de submarinos que lhe permitiam estabelecer eficazmente uma zona de anti-acesso às forças navais Norte-Americanas²⁹³.

Durante a presidência de Lee Teng-hui, as relações entre o Tigre e o Dragão asiáticos mantiveram-se tensas tendo Pequim interrompido as conversações entre as duas associações²⁹⁴ que trabalhavam para a normalização de relações, e se possível a resolução dos diferendos que separavam os dois governos.

Em 2000, Chen Shui-bian, substituiu Lee na presidência mas apesar de manter o discurso pró-independentista do seu antecessor é durante o seu mandato que as conversações entre as duas organizações (SEF e ARATS) vão ser retomadas e as relações

²⁹¹ Cf. anexos 13, 14, 15 e 18.

²⁹² Podemos apontar o mais recente incidente do contacto que o Presidente recém-eleito, Donald Trump manteve com a presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen, e que motivou algumas preocupações da parte da elite política norte-americana quanto a uma possível reação impulsiva da parte da RPC. - Viana, Joana A. (2016). China poderá ocupar Taiwan à força depois de Trump tomar posse. In *Jornal Expresso*, publicado a 15/12/2016 – 10:25.

²⁹³ ROSS, Robert S. (2006). *Balance of Power Politics and The Rise of China: Accommodation and Balancing in East Asia*, p. 193-195. Cf. anexo 18.

²⁹⁴Do lado de Taiwan a Strait Exchange Foundation (SEF), do lado da RPC a Association for Relations Across the Taiwan Strait (ARATS).

comerciais e económicas entre continentais e insulares conheceram um período de grande expansão, tendo a RPC se tornado no principal destino dos investimentos taiwaneses.

Embora seja visível um certo alívio nas relações entre os dois lados do estreito desde 2000 com uma nítida intensificação das relações políticas, económicas e sociais, a situação encontra-se num frágil equilíbrio dado que a posição do governo de Taipé pode variar de acordo com os resultados das eleições democráticas que se realizam periodicamente na ilha. Neste sentido importa referir que as posições do Partido Democrático Progressista e do histórico KMT divergem quanto à sua visão da China. Apesar do rápido crescimento do Partido Progressista, defensor da ideia de Taiwan como um Estado independente, o KMT mantém-se como a principal força política sendo o contrapeso que garante a estabilidade das relações no estreito.

A partir de 2008 notou-se uma mudança de monta na forma como a RPC abordava e se referia a Taiwan. Enquanto nas declarações e documentos oficiais do governo de Pequim, a questão de Taiwan e o governo de Taipé eram referidos de forma negativa, desde o início da política de cooperação com Pequim, iniciada por Ma Ying-jeou, o governo da RPC no seu *Livro Branco* de 2008 altera a sua retórica realçando a sua esperança numa viragem positiva das relações entre ambas as partes²⁹⁵.

Neste contexto, os esforços de Pequim têm-se intensificado e multiplicado em planos para o aprofundamento das relações políticas e dependência económica de Taipé perante a RPC. No panorama externo, a RPC encetou alguns planos para isolar politicamente o governo de Taipé, através de tentativas para limitar a sua participação nas organizações internacionais e até coagir por via económica os países com relações diplomáticas estabelecidas com Taiwan a reconhecer a RPC e não a RC como a “China legítima”²⁹⁶.

No que respeita ao aprofundamento das relações económicas convém lembrar que a RPC desde 2012 tornou-se o principal parceiro económico e comercial da ilha tendo-se estabelecido vários protocolos e acordos comerciais que contribuíram para o estreitamento das relações de interdependência entre o continente e os insulares. Assim

²⁹⁵ People’s Republic of China (2008). *China National Defense in 2008*.

²⁹⁶ São exemplo os acordos (alguns deles secretos na altura) com países como a Costa Rica, Granada, Chade, Senegal ou Malawi que mudaram a sua posição diplomática em virtude da assistência financeira oferecida pela RPC - MEDEIROS, E. S. (2009). *China's International Behaviour: Activism, Opportunism and Diversification*. In RAND Corporation pp. 59-60.

não é de todo inesperado que nos próximos anos, Taiwan sob a influência de Washington possa ainda conservar a sua autonomia política em relação à RPC mas que a dependência económica da ilha seja tão avassaladora que qualquer intenção independentista resulte numa catástrofe económica e financeira para o governo de Taiwan.

4. Quanto vale uma ilha para as geoestratégias dos EUA e RPC?

Esta é de facto a questão de maior litigância e que acalenta as maiores suspeitas de parte a parte quanto às verdadeiras intenções no estreito e para a região.

Relativizando tudo o que já foi escrito sobre esta questão, se nos perguntarmos sobre o valor de Taiwan para a RPC e para os EUA, numa primeira análise podemos considerar que Taiwan é uma pequena ilha cujo peso económico e político pouco acrescenta as capacidades de ambos os Estados, ou seja, podem as capacidades e interesses norte-americanos manter-se inalterados perante a uma reunificação da ilha com o continente? Pode a RPC sobreviver economicamente, politicamente e estrategicamente no caso de independência da ilha?

A resposta a ambas as questões parece-nos ser afirmativa remetendo o valor de Taiwan para uma questão meramente insipiente. Contudo, numa análise mais profunda, a influência e/ou domínio de Taiwan pode valer o alcance dos principais objetivos geoestratégicos e políticos na região sendo esta ilha, do ponto de vista de Washington, a chave para a contenção da expansão marítima Chinesa e para a sua manutenção como potência dominante na região em causa.

Na perspetiva de Pequim, a venda de armamento militar a Taiwan é uma tentativa dissimulada de impedir a sua reunificação com aquele território, demonstrando o receio de Washington de que a ascensão Chinesa coloque em risco a sua influência e primazia na região. Deste modo, inevitavelmente, a questão de Taiwan coloca os EUA e a RPC numa relação de confronto onde cada um ameaça os objetivos do outro. Assim conseguir a superioridade militar na região e perante Taiwan é um objetivo relevante para Pequim,

sendo que os EUA apresentam-se como o principal obstáculo com que o PCC tem que lidar²⁹⁷.

Para a RPC, a reintegração de Taiwan tem uma importância relevante a nível externo já que a posição geoestratégica da ilha é uma mais-valia para a defesa da sua linha costeira, futura capacidade de projeção de poder da RPC para águas mais distantes e para o crescimento da sua influência junto dos países vizinhos e de toda a região. Não menos importantes os fatores internos, como a legitimidade do PCC no poder também pesam no pensamento político das elites Chinesas²⁹⁸. Do ponto de vista económico, apesar da RPC passar bem sem o Tigre asiático, a verdade é que a pujança económica da ilha e a perspectiva de se anexar um mercado tão vivo e dinâmico faz da ilha um território apetecível, o qual o governo de Pequim há muito anseia por absorver ao seu domínio.

²⁹⁷ MEDEIROS, E. S. (2009). *China's International Behaviour: Activism, Opportunism and Diversification*. In RAND Corporation.

²⁹⁸ SHIRK, Susan L. (2007). *China. Fragile Superpower*, Oxford University Press.

CONCLUSÃO

É inegável que o enfoque estratégico norte-americano se tenha vindo, gradualmente, a intensificar-se na região da Ásia-Pacífico, em grande medida devido ao rápido crescimento económico e re-ascensão da RPC, e da importância geoestratégica e geopolítica que esta região tem vindo a assumir sobretudo a partir da década de 1990.

Dando resposta às hipóteses lançadas no início desta investigação, e começando com a primeira - *A ascensão militar da RPC potencia a crescente militarização na região* -, é possível concluir, que a ascensão e o rebustecimento militar da RPC não coloca diretamente o *status quo* da região em risco, nem tão pouco é a fonte primária da ignição de focos de confronto e conflitos nessa mesma região.

Dito isto, não podemos negar que o impressionante crescimento das capacidades militares de Pequim, fruto dos sucessivos aumentos do seu orçamento para a defesa e para investimento na modernização militar, podem ser por si só um dos motivos que levam os seus vizinhos na região a temer pela sua segurança e pela defesa dos seus interesses, motivando os mesmos a fazerem-se dotar de melhores meios e capacidades militares face à RPC. Apesar da retórica de “ascensão pacífica” de Pequim, a verdade é que o dilema de segurança continua a pairar na mente dos líderes políticos dos Estados que se sentem ameaçados pelo despertar do dragão asiático, a RPC.

A acentuar este ambiente competitivo acrescem os inúmeros conflitos e disputas territoriais que atualmente subsistem e que envolvem as grandes potências da região como a RPC, o Japão e a Índia. A RPC, em particular, além da difícil questão de Taiwan, na qual a interferência dos EUA é como uma enorme pedra no sapato, mantém diversas disputas com quase todos os seus vizinhos tanto no continente como nos mares²⁹⁹.

Não faltando focos de tensão, a falta de transparência do governo de Pequim e de grande parte dos Estados daquela região, no que às despesas militares diz respeito, bem

²⁹⁹ Contra o Japão, reclama as ilhas Senkaku/Diaoyu; à Índia reivindica o Arunachal Pradesh; à Coreia do Sul, as ilhotas Socotra (a que os coreanos se referem como Leodo ou Parangdo e os chineses Suyan); entre a China e a Coreia do Norte subsiste o diferendo fronteiriço em torno da montanha Baekdu (designação coreana) ou Changbai (designação Chinesa); com o Butão, a China disputa áreas fronteiriças ao longo dos 470 km da fronteira comum. Pequim está ainda envolvida nas disputas de áreas de soberania e de exploração e/ou as Zonas Económica Exclusivas (ZEEs) respetivas no Mar Amarelo (com a Coreia do Norte, a Coreia do Sul e o Japão), no Mar da China Oriental (China, Japão e Coreia do Sul) e no Mar da China Meridional (com países do Sudeste Asiático).

como o desenvolvimento ou aquisição de capacidades anfíbias (especialmente concebidas para operações de invasão), aéreas, balísticas, navais e, ainda mais preocupante, a possibilidade de obtenção de armamentos químicos, biológicos e nucleares, contribuem para uma situação cada vez mais volátil na região.

Naturalmente, não é de toda coincidência que desde o início deste milénio se tenha vindo a verificar uma corrida ao armamento na Ásia-Pacífico, fazendo já desta região uma das regiões mais militarizadas no mundo. Tal se deve ao facto dos vários Estados ao redor da RPC ou que mantêm disputas territoriais com esta potência, tenham vindo a incrementar uma política de modernização militar procurando inclusive os EUA como aliado ou parceiro essencial para o equilíbrio do poder na região.

A ingerência de Washington nestas questões só vem a complexificar o esquema de segurança na região, pois os EUA também têm os seus interesses nesse espaço, mantendo ainda uma relação de competição, e no caso do estreito de Taiwan de confronto, com Pequim.

Desta feita, quanto à segunda hipótese à qual a presente dissertação procura dar resposta - *Desenvolvimento de uma política de “containment” por parte dos EUA face à RPC*-, começo por dar conta de que, por via dos relatórios anuais do DOD, se verifica uma clara preocupação da potência dominante, os EUA, quanto ao desenvolvimento militar chinês na região e em especial quanto à sua postura geoestratégica no contexto do estreito de Taiwan e das disputas nos mares do norte e sul da china³⁰⁰.

Com efeito, a presença dos EUA tem-se vindo gradualmente a intensificar por via da revisão dos acordos já estabelecidos com alguns dos seus principais aliados, como o Japão, Tailândia ou Coreia do Sul ou até pela aproximação a outros atores regionais estabelecendo-se parcerias e acordos de cooperação militar e de segurança com esses países.

Não existe oficialmente, da parte de Washington, uma confirmação da implementação de uma estratégia de *containment* da ascensão e expansão naval Chinesa. No entanto e com base nos relatórios e documentação do próprio DoD, e analisando a disposição geográfica dos principais países com os quais os EUA têm vindo a reforçar e

³⁰⁰ Ao longo dos vários relatórios anuais sobre o desenvolvimento militar chinês realizados pelo DoD para o congresso norte-americano verifica-se que estas questões, em especial o conflito de Taiwan, são uma presença constante nestes mesmos relatórios, demonstrando bem a preocupação e interesse dados pelos EUA à situação geoestratégica do pacífico e à evolução da política externa chinesa na região.

a firmar este tipo de acordos, não é de todo descabido que a contenção da marinha e do poder militar chinês esteja no pensamento geoestratégico das altas patentes das forças Norte-Americanas.

Analisando o mapa geopolítico da região Ásia-Pacífico, e em particular no espaço marítimo ao redor da RPC, coincidência ou não, pela própria geografia do *rebalance*, torna-se bastante sugestiva a ideia da existência de uma linha de aliados e/ou parceiros, quase que como uma fronteira virtual ou um perímetro composto por Estados aliados, cercando e limitando todo o espaço marítimo à volta de Pequim.

A verdade é que a ascensão militar Chinesa, em especial na sua vertente marítima, ocupa uma boa parte do pensamento geopolítico e geoestratégico de Washington pelo menos desde 2008, isto não só porque tal se está a concretizar, como a própria RPC tem já anunciado que pretende tornar-se uma potência naval com a capacidade de rivalizar com a marinha dos EUA e em operar, numa primeira fase, em todo o Pacífico.

Acresce ainda o fato de Pequim estar alegadamente a desenvolver áreas de A2/AD, desenhadas sobretudo para impedir o acesso e limitar a capacidade de intervenção da marinha militar de Washington em largas áreas consideradas críticas para os interesses de ambos os Estados, como no estreito de Taiwan, no espaço das disputas territoriais com o Japão e com os vários países do sudeste asiático no mar do sul da china.

A terceira hipótese - *As alianças bilaterais ajudam a manutenção dos EUA como potência dominante na Ásia-Pacífico* – procura responder de que modo são as alianças de Washington com os vários Estados da região determinantes para manutenção da preponderância e da capacidade de projeção de poder dos EUA na região.

Apesar de muito se discutir sobre a posição de primazia dos EUA no mundo, em particular na região Ásia-Pacífico, a verdade é que estes conservam, de forma mais ou menos consensual, a sua categoria de superpotência. Em grande medida esta condição é alicerçada na sua superioridade militar³⁰¹, na sua superioridade científica, tecnologia e económica, ainda que nesta região encontrem Estados cujas respetivas economias se apresentem como uma força a ter em conta, na extensão da sua presença estratégica em toda a região e no seu antigo e renovado sistema de alianças que conta com Estados importantes no sistema regional como o Japão, a Coreia do Sul, a Tailândia, a Austrália

³⁰¹ Atualmente apresentam um volume de despesas militares ainda superior a todos os outros países da região Ásia-Pacífico juntos.

e as Filipinas, bem como os Estados com os quais tem vindo a desenvolver parcerias e relações de maior proximidade como Singapura, a Indonésia ou até mesmo Taiwan, e por último, na sua imensa influência político-diplomática junto dos governos dos principais atores regionais incluindo instituições e organizações multinacionais.

Os EUA como poder preponderante desempenham um papel fundamental na manutenção dos equilíbrios regionais entre os principais atores. Não podemos olhar para este sistema de alianças apenas como resultado dos interesses dos EUA e da sua persecução dos mesmos sendo que, também os Estados com os quais Washington tem vindo a firmar alianças e parcerias beneficiam da ingerência desta grande potência na região, sobretudo em virtude da necessidade destes mesmo Estados em contrabalançar a rápida ressurgência da RPC.

Indubitavelmente os EUA assumem uma preponderância esmagadora na região, sendo que nenhum outro estado possui um poder económico ou militar equiparável ao poder norte-americano³⁰². No que toca aos indicadores militares, os EUA não encontram nenhuma outra potência capaz de fazer frente ao seu enorme poderio bélico. Verifica-se, segundo os dados tornados públicos no seu orçamento de defesa de 2008, que os gastos militares dos EUA representavam cerca metade das despesas militares de todos os países do mundo combinados. Mesmo a RPC, a maior potência militar não aliada dos EUA, apesar do seu enorme potencial económico, demográfico e militar, não parece estar, pelo menos tão cedo, em condições de fazer face à avassaladora capacidade militar norte-americana³⁰³.

O poder militar dos EUA assenta assim, em grande medida, na sua capacidade de domínio militar do espaço marítimo e aéreo³⁰⁴, na sua capacidade para projetar esse mesmo poder em qualquer região do mundo. No que respeita à região Ásia-Pacífico e dadas as crescentes capacidades Chinesas e ao seu notável desenvolvimento naval, a capacidade dos EUA em manter uma posição de superioridade militar naquela região aparenta estar parcialmente dependente de uma extensa lista de aliados e parceiros cujos

³⁰² WOLFORTH, William C. (1999) *The Stability of a Unipolar World*. In *International Security*, Vol. 24, Nº 1, pp. 5-41.; MONTEIRO, Nuno P. (2008). *A Unipolaridade Americana*. In *Relações Internacionais*, nº19, pp. 73-87; LAYNE, Christopher (2007) *The Waning of U.S. Hegemony – Myth or Reality? A Review Essay*. In *International Security*, Vol. 34, Nº 1, pp. 147-172.

³⁰³ “ (...) Esta depende com a sua defesa com a sua defesa uns escassos 7,5% do que é gasto na América.” MONTEIRO, Nuno P. (2008). *A Unipolaridade Americana*. In *Relações Internacionais*, nº19, p. 74.

³⁰⁴ Este conceito encontra-se já apresentado e definido no ponto 2.4 do capítulo teórico.

acordos de cooperação militares e de defesa proporcionam o uso de infraestruturas e espaços vitais ao acesso das forças Norte-Americanas a determinados espaços essenciais cujo acesso e capacidade de resposta seria extremamente difícil sem esse complexo sistema de alianças regionais.

Deste modo é legítimo pensar que as sucessivas parcerias estratégicas com os vários países da região permitem aos EUA continuar a manter a sua presença militar na Ásia-Pacífico mais ou menos de forma incontestada uma vez que, pela via desses acordos de cooperação defensiva e militar, as forças Norte-Americanas vão conseguindo assegurar bases e apoio logístico essenciais para conservar a sua facilidade de acesso e eficácia em lançar operações militares nesse espaço.

A importância destas mesmas parcerias firmadas com os vários Estados rivais ou receosos da força militar de Pequim reside também na legitimação da presença das forças de Washington na região, desta feita a presença militar dos EUA é vista à luz da sociedade internacional como desejada ou benéfica, e não como uma imposição na região numa lógica de confronto com a potência ascensão.

Por fim, a última hipótese aqui - *A cooperação EUA-Taiwan possibilita um aumento de tensões e conseqüente escalar do conflito* – lançada prende-se exclusivamente com a importância que Taiwan assume para as respectivas estratégias geopolíticas dos EUA e da RPC e com o papel que esta ilha representa na evolução histórica das relações entre estes dois Estados.

Posto isto, a terceira crise do estreito, destaca-se historicamente por ser um dos momentos mais complexos nas relações sino-americanas e por ter sido inclusive, o momento mais tenso e mais propenso ao conflito entre estes dois Estados desde a participação Chinesa na guerra da coreia, quando em Outubro de 1950 as tropas Chinesas se envolveram nesse conflito.

Com a crise de 1995/1996 no Estreito de Taiwan, o governo de Pequim percebeu que não estava à altura de enfrentar as forças Norte-Americanas amplamente apoiadas por alguns dos seus rivais regionais. Neste contexto a intervenção norte-americana na crise demonstrou que, apesar da política de ambigüidade, os EUA podem estar efectivamente dispostos a intervir no futuro, no caso de uma reunificação forçada de Taiwan. Em função desta situação, a possibilidade de um conflito armado entre os EUA e a RPC no estreito, passou a ser o cenário de guerra mais plausível e determinante para

o pensamento geoestratégico e militar de ambas as potências no contexto das relações entre si.

Do ponto de vista da teoria realista uma potência emergente que se tenta afirmar face a um poder instalado e que vê esse mesmo poder como um adversário, é o cenário básico para o deflagrar do conflito. Desta forma, a RPC³⁰⁵ tem vindo a dar continuidade à sua política de modernização, necessitando cada vez mais de recursos e, por isso, estando obrigada a estender a sua influência na região para assegurar o fornecimento contínuo e suficiente para a sua economia. Por seu turno, os EUA mantêm um vasto conjunto de alianças e interesses na região olhando com suspeição a reemergência Chinesa. Esta situação já não é nova e desde de Tucídides o resultado tem sido invariavelmente a guerra. Apesar disso, no início do século XXI, esta dinâmica de relações entre as duas principais potências pode conhecer um resultado diferente.

É um facto que desde a II Guerra Mundial, não se assistiu a um confronto armado direto entre duas grandes potências sendo que, segundo alguns autores, em parte se deve ao desenvolvimento do armamento nuclear, que força os decisores políticos a equacionar muito ponderadamente as suas ações antes de partirem para qualquer tipo de agressão. Tal parece absolutamente plausível e evidente, pelo que não pode ser de todo ignorado, mas também a dinâmica das relações entre potências num mundo e economias globalizados, assim como a difusão e uniformização dos valores humanos, éticos e morais, desempenham um papel determinante no que toca à prevenção e ausência de um conflito armado direto a larga escala.

Ainda que ao longo do tempo se tenha vindo a verificar uma tendência e esforços para a construção de uma relação assente na cooperação, transparência e diálogo entre as 3 partes (RPC-Taiwan-EUA), o facto é que a realidade da impotência Chinesa perante o poder de Washington levou a liderança do PCC a implementar uma política de reforço das capacidades militares, desenvolvimento tático e aquisição de meios de A2/AD para lidar com um eventual conflito nesse mesmo cenário. Pensa-se que o objetivo a curto prazo de Pequim com sua modernização militar será a construção de uma força bélica

³⁰⁵ Apesar de se tratar de uma potência re-emergente e não tanto um Estado emergente.

moderna, capaz de dissuadir Taiwan de declarar a independência, e mais importante ainda, limitar ou mesmo impedir a intervenção dos EUA na contenda³⁰⁶.

Autores como John Mearsheimer³⁰⁷ acreditam que a RPC está mesmo à procura de se assumir como potência hegemónica na Ásia mesmo perante o poder e arquitetura de alianças dos EUA com vista à sua contenção. Segundo o autor, grandes potências tentam alcançar a hegemonia regional, no intuito de maximizar suas hipóteses de sobrevivência perante estratégias de contenção da potência maior.

Neste sentido, Taiwan assume um elevado valor geoestratégico, pois a ilha é o ponto nevrálgico que faz a ligação entre a primeira e a segunda cadeia de ilhas, podendo muito bem servir os interesses chineses e norte-americanos de projeção de poder³⁰⁸.

Para Pequim as forças políticas que procuram declarar a independência de Taiwan prejudicam a unidade da RPC e a sua segurança ao mesmo tempo que denuncia os EUA por manterem a venda de armamento a Taiwan pondo, desta forma, em causa a segurança no estreito, revelando-se esta questão como o principal entrave nas relações com Washington³⁰⁹.

Também para a RPC a manutenção de uma economia forte, estável e de elevado crescimento assume também uma importância vital para a manutenção da ordem, da estabilidade interna e coesão nacional. Com uma imensa extensão territorial e confrontando-se com a insatisfação de várias etnias submetidas ao poder chinês e que ocasionalmente se mostram antagónicas contra o poder de Pequim, o governo chinês enfrenta ainda algumas dificuldades no que se reporta à manutenção da ordem e estabilidade interna e na defesa do seu território.

As melhorias das condições económicas e sociais e a crescente melhoria das condições de vida dessas populações, fruto da situação económica do país, têm servido como o grande trunfo do Partido Comunista Chinês para lidar com os anseios

³⁰⁶ United States of America - Department of Defense (2016). *Annual Report to Congress. Military Power on People's Republic of China 2016*.

³⁰⁷ Cf. MEARSHEIMER, John J. (2010). *The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia*. In *The Chinese Journal of International Politics*, vol 3, pp. 381-396.

³⁰⁸ CARRIÇO, Alexandre (2013). *Cinco Debates, uma Grande Estratégia*. In *Nação&Defesa*, Nº. 134 – 5ª série, pp. 133-184.

³⁰⁹ People's Republic of China - Ministry of National Defense (2009) *People's Ministry of National Defence White Papers – Defence Policy*

independentistas ou autonomistas de algumas regiões do interior e manter a coesão social e territorial. Assim entende-se que no plano económico e político global o Partido Comunista Chinês, perante as pressões de Washington, não se possa dar ao luxo de abandonar ou refrear a suas políticas.

Estes entraves nas relações EUA-RPC levantam questões fundamentais sobre como se vão desenvolver no futuro as relações entre ambas as potências neste contexto geoestratégico. Não sendo este o objectivo proposto com esta dissertação, creio que é seguro afirmar que o contributo que este trabalho acrescenta à literatura já disponível, passa pela dupla análise da evolução das respetivas visões de política externa e de geoestratégia dos EUA e da RPC e da evolução histórica da dinâmica das suas relações no contexto regional, e mais especificamente, tendo a questão do conflito no Estreito de Taiwan em perspectiva.

No seguimento desta lógica da dinâmica das relações bilaterais EUA-RPC, com esta dissertação é recuperado o debate sobre as considerações de hegemonia e teorias de equilíbrio e transição de poder no contexto das relações entre a potência dominante, os EUA e a potência re-emergente, a RPC.

Decorrentes desta mesma dinâmica a presente dissertação avança com alguns contributos como: Elencar os principais motivos que contribuem para a ascensão militar e naval Chinesa; Compreender a orientação e os objectivos da política externa de Pequim para a região e perante a forte presença militar dos EUA; Perceber até que ponto a ascensão económica e militar Chinesa pode ser uma ameaça aos interesses Norte-Americanos e à sua posição de liderança na Ásia-Pacífico; Acompanhar a evolução das políticas e estratégias levadas a cabo pelos EUA em relação ao problema de uma China em plena ascensão e se é possível identificar uma concertação estratégica no sentido da contenção desta potência regional com recurso ao estabelecimento de uma rede de alianças e parcerias estratégicas com os seus vizinhos; Por último, perceber qual a importância estratégica e política de Taiwan numa lógica de conflito nas relações EUA-RPC e no xadrez político regional.

BIBLIOGRAFIA(S)

AMADO, Joana (1999). *China ensaia a guerra*. In Jornal Público, publicado a 18/07/1999 – 00:00. Recuperado de <https://www.publico.pt/mundo/jornal/china-ensaia-a-guerra-136342> consultado a 12 de Março de 2016).

ANTUNES, Paulo José da Conceição (2007). *A alteração do conceito de Dissuasão: contributos para a sua conceptualização*. In Nação&Defesa, nº2460 – Janeiro de 2007. Recuperado de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/177> (consultado a 8 de Dezembro de 2016).

BRZEZINSKI, Z. (2012). *Strategic Vision: America and the Crisis of Global Power*. Nova Iorque: Basic Books.

BROOKS, Peter (2003). *U.S.–Taiwan Defense Relations in the Bush Administration*. In Heritage lectures, nº 808, publicado a 14 de Novembro de 2003. Recuperado de <file:///C:/Users/Jo%C3%A3oPedro/Downloads/hl808.pdf> (consultado a 16 de setembro de 2016).

BUZAN, B., Jones, C. A. and Little, R. (1993) *The Logic of Anarchy: Neorealism to Structural Realism* (New York).

CARRIÇO, Alexandre (2005). *Dissuasão no Estreito de Taiwan: 2004-2010*. In Nação&Defesa, Volume 110, pp. 129-166. Recuperado de https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1241/1/NeD110_AlexandreCarrico.pdf (consultado a 23 de Novembro de 2015).

CARRIÇO, Alexandre (2006). *De cima da Grande Muralha: política e estratégia de defesa territorial da República Popular da China, 1949-2010*. Lisboa: Prefácio, 2006.

CARRIÇO, Alexandre (2013). *Cinco Debates, uma Grande Estratégia*. In Nação&Defesa, Nº. 134 – 5ª série, pp. 133-184. Recuperado de https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/9666/1/CARRICOAlexandre_Cincodebates_umagrandeestrategia_N_134_p_133_184.pdf (consultado a 23 de Novembro de 2015).

CHA, Victor D. (Winter 2009/10). *Powerplay: Origins of the U.S. Alliance System in Asia*. *International Security*, vol 34, nº3, pp. 158-196. Recuperado de <file:///C:/Users/Jo%C3%A3oPedro/Downloads/Cha-Victor>

[Powerplay%20Origins%20US%20Alliance%20System-IS-2009%EF%80%A210%20\(1\).pdf](#) (consultado a 21 de Julho de 2015).

CHANG, James C.P. (2001). *US Policy Toward Taiwan*. In Weatherhead Center for Interbational Affairs, Harvard University. Recuperado de <http://programs.wcfia.harvard.edu/fellows/files/chang.pdf> (consultado a 24 de Agosto de 2016).

CLARK, Cal (2006). *The U.S. Balancing Role in Cross-Strait Relations: The Irony of "Muddling Through*. In *Issues & Studies* © 42, no. 3 (September 2006). Recuperado de <http://iio.nccu.edu.tw/attachments/journal/add/4/42-3-129-163.pdf> (consultado a 16 de Setembro de 2016).

CLINTON, Hillary R. (2011). *America's Pacific Century*. In *Foreign Policy*. Recuperado de <http://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/> (consultado a 14 de Novembro de 2014).

CSIS (s.d.). *What does China really spend on its militar*. Recuperado de <http://chinapower.csis.org/military-spending/> (consultado a 10 de Outubro de 2016).

COLLINS, Alan. *The security dilemmas of Southeast Asia*. Springer, 2000

COX, R. W. (1983). *Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method*. *Millennium*, 12(2), 162-175. Recuperado de http://200.41.82.27/503/1/Cox,%20Robert_Gramsci,%20hegemony%20and%20international%20relations%20an%20essay%20in%20method.pdf (consultado a 26 de Janeiro de 2017).

COX, Robert (2000). *Social Forces, States and World Orders. Beyond International Relations Theory*. In: Linklater (Ed.): *International Relations*. Vol. IV. Routledge.

DELISLE, Jacques (2011). *9/11 and U.S.-China relations*. In *Foreign Policy Research Institute*, Recuperado de <http://www.fpri.org/article/2011/09/911-and-u-s-china-relations/> (consultado a 18 de Setembro de 2016).

DONNELLY, Jack. "Realism." (2005). In Burchill, Scott, et al. *Theories of international relations*. Palgrave Macmillan, 2013. P.29-54.

DUFUR, Roger. [Roger Dufur]. (10/03/2013). *China's Naval Strategy: Oil & Shiping Routes – A Stratfor conversation with George Friedman and special guest Robert Kaplan*. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=we-WWt_z7Yc (consultado a 18 de Janeiro de 2015).

DUMBAUGH, Kerry (2007). *Underlying Strains in Taiwan-U.S. Political Relations*. In CRS report for Congress. Recuperado de <https://fas.org/sgp/crs/row/RL33684.pdf> (consultado a 15 de Setembro de 2016).

FERREIRA, Ana Gomes (2014). *Obama garante aos japoneses que defenderá as ilhas Senkaku das pretensões chinesas*. In Público, publicado a 23/04/2014 – 14:22. Recuperado de <https://www.publico.pt/mundo/noticia/obama-vai-dizer-aos-japoneses-que-defendera-as-ilhas-senkaku-das-pretensoes-chinesas-1633306> (Consultado a 26 de Novembro de 2015.)

FERREIRA, Ana Gomes (2014). *A Olhar para a China, o Japão prepara grande aumento do orçamento militar*. In Jornal Público, publicado a 29/08/2014 - 19:13. Recuperado de <https://www.publico.pt/mundo/noticia/a-olhar-para-a-china-o-japao-prepara-grande-aumento-do-orcamentro-militar-1668077> (consultado a 12 de Março de 2016).

FISHER, Richard D. (1996). *China's Threats to Taiwan challenge U.S. leadership in Asia*. In The Heritage Foundation, nº 139. Recuperado de <http://www.heritage.org/research/reports/1996/03/chinas-threats-to-taiwan-challenge-us-leadership-in-asia> (consultado a 13 de Setembro de 2016).

GILPIN, Robert (1976). *The Political Economy of the Multinational Corporation: Three Contrasting Perspectives*. In The American Political Science Review, Vol. 70, nº 1, pp. 184-191. Recuperado de <http://poli487.mathewson-phd.com/wp-content/uploads/2013/08/gilpin.pdf> (consultado a 20 de Abril de 2015).

GILPIN, Robert (1981). *War and change in world politics*. Cambridge: Cambridge University Press. Recuperado de <http://www.ir.rochelleterman.com/sites/default/files/gilpin%20intro.pdf> (consultado a 12 de Novembro de 2015).

GRAMMATICAS, Damian (2013). *China's new presidente Xi Jinping: A man with a dream*. In BBC News, publicado a 14/03/2013. Recuperado de <http://www.bbc.com/news/world-asia-china-21790384> (consultado a 22 de Fevereiro).

GREEN, Michael J., (14 de Abril de 2015). *U.S. Defense Policy Issues Pertaining to the Asia-Pacific Theater*. In CSIS. Recuperado de http://www.armed-services.senate.gov/imo/media/doc/Green_04-14-15.pdf (consultado a 12 de Novembro de 2015).

GREEN, Michael J., et al. (2016). *Asia-Pacific Rebalance 2025. Capabilities, Presence and Partnerships*. In CSIS. Recuperado de https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/160119_Green_AsiaPacificRebalance2025_Web_0.pdf (consultado a 10 de Outubro de 2015).

GOMES, G. Santa Clara, (s.d.). *A política externa e a diplomacia numa estratégia nacional*. In Nação&Defesa, pp. 55-79. Recuperado de https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2669/1/NeD56_GSantaClaraGomes.pdf (consultado a 25 de Novembro de 2016).

HERRING, George C. (2008). *From Colony to Superpower: U.S. Foreign Relations since 1776*. New York. Oxford University Press, 2011.

HOLMES, James R. (2016). *Defeating China's fortress fleet and A2/AD strategy: Lessons fo United States and her allies*. In The Diplomat, publicado a 20/06/2016. Recuperado de <http://thediplomat.com/2016/06/defeating-chinas-fortress-fleet-and-a2ad-strategy-lessons-for-the-united-states-and-her-allies/> (consultado a 25 de Setembro de 2016).

HSU, Brian (2001). *U.S. Navy oficial made secret visit*. In Taipei Times, publicado a 30/04/2001. Recuperado de <http://www.taipeitimes.com/News/front/archives/2001/04/30/0000083742> (consultado a 17 de Setembro de 2016).

HU, Jintao (2005). *Build Towards a Harmonious World of Lasting Peace and Common Prosperity - Statement by H.E. Hu Jintao President of the People's Republic of China At the United Nations Summit New York, September 15, 2005*. Recuperado de <http://www.un.org/webcast/summit2005/statements15/china050915eng.pdf> (Consultado a 10 de Março de 2016).

IKENBERRY, John. (2001) *Getting Hegemony Right*, In National Interest, nº 63, pp. 17-24. Recuperado de http://www.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/Ikenberry_Hegemony.pdf (consultado a 18 de Abril de 2015).

JOFFE, Ellis. (2004) *The Future of PLA Modernization: Bumps and Boosters*. in: A. Scobell & L. M. Wortzel. (Eds.) *Civil-Military Change in China: elites, institutions, and ideas after the 16th Party Congress*. Carlisle, PA: U.S Army War College, Strategic Studies Institute, pp. 365- 381. (consultado a 28 de Setembro de 2016).

KAN, Shirley A. (2005). *Taiwan: Major U.S. Arms Sales Since 1990*. In CRS Report for Congress. Recuperado de

<http://fpc.state.gov/documents/organization/50162.pdf> (consultado a 16 de Setembro de 2016).

KAN, Shirley A. (2009). *China/Taiwan: Evolution of the “One China” Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Taipei*. Washington, D.C, Congressional Research Service. Recuperado de http://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc700647/m1/1/high_res_d/RL30341_2009Aug17.pdf (consultado a 13 de Setembro de 2016).

KEOHANE (s.d.). *Instituciones internacionales y poder estatal. Ensayos sobre teoria de las relaciones internacionales*. Recuperado de <http://biblio3.url.edu.gt/Publi/Libros/InstitucionesInternacionales/01.pdf> (consultado a 12 de Abril de 2015).

KEOHANE, Robert. (1984) *After Hegemony – Cooperation and Discord in the World Political Economy*, s. ed., Princeton: Princeton University Press. Recuperado de <http://www.consensocivico.com.ar/uploads/545cc7d721e34-Keohane-%20After%20hegemony.%20Coop%20and%20Disc%20in%20the%20World%20Polit%20Ec%28CC%29.pdf> (consultado a 16 de Abril de 2015).

KEOHANE, Robert, Nye, Joseph (1987). Power and Interdependence Revisited. In The MIT Press, vol. 41, nº 4, pp. 725-753. Recuperado de http://www.ri.ie.ufrj.br/intranet/arquivos/power_and_interdependece.pdf (consultado a 18 de Abril de 2015).

KEOHANE, Robert (1988) *International Institutions: Two Approaches*. In International Studies Quarterly, Vol. 32, Nº 4, pp. 379-396. Recuperado de http://www.jstor.org/stable/2600589?seq=1#page_scan_tab_contents (consultado a 4 de Junho de 2015).

KISSINGER, Henry (2011). *On China*. Nova Iorque: The Penguin Press.

LABS, E. J. (1997). *Beyond Victory: Offensive Realism and the Expansion of War Aims*. Security Studies 6. Pp. 7-17. Recuperado de <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09636419708429321?journalCode=fsst20> (consultado a 26 de Janeiro de 2017).

LAYNE, Christopher (1997). *From Preponderance to Offshore Balancing. America's future Grand Strategy*. In International Security, Vol. 22, Nº 1, pp. 86-124. Recuperado de http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/isec.22.1.86?journalCode=isec#.VXI_Xh_IViko (consultado a 27 de Abril de 2015).

LAYNE, Christopher (2007) *The Waning of U.S. Hegemony – Myth or Reality? A Review Essay*. In *International Security*, Vol. 34, Nº 1, pp. 147-172. Recuperado de <http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/isec.2009.34.1.147#.VXmGUPiViko> (consultado a 27 de Abril de 2015).

LOGAN, Justin (January 8, 2013). *China, America, and the Pivot to Asia*. In *Policy Analysis*, nº 717, pp. 2-27. Recuperado de <http://www.cato.org/publications/policy-analysis/china-america-pivot-asia> (consultado a 22 de Junho de 2015).

LYNN-JONES, S. M. (1995). *Offense–Defense Theory and Its Critics*. *Security Studies*, 4. Pp. 660-691. Recuperado de <http://pages.ucsd.edu/~bslantchev/courses/pdf/Lynn-Jones%20-%20Offense-Defense%20Theory%20and%20Its%20Critics.pdf> (consultado a 26 de Janeiro de 2017).

MEARSHEIMER, John J. (1994). *The False Promise of International Institutions*. In *International Security*, Vol. 19, No. 3, pp. 5-49. Recuperado de <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0021.pdf> (consultado a 30 de Outubro de 2016).

MEARSHEIMER, John J. (1995). A realist reply. *International Security*, 20(1), 82-93.

MEARSHEIMER, John J. (2010). *The Gathering Storm: China’s Challenge to US Power in Asia*. In *The Chinese Journal of International Politics*, vol 3, pp. 381-396. Recuperado de <http://cjip.oxfordjournals.org/content/3/4/381.full.pdf+html> (consultado a 11 de Dezembro de 2015).

MEDEIROS, E. S. (2009). *China's International Behaviour: Activism, Opportunism and Diversification*. In RAND Corporation. Recuperado de http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2009/RAND_MG850.pdf (consultado a 21 de Agosto de 2016).

MONTEIRO, Nuno P. (2008). *A Unipolaridade Americana*. In *Relações Internacionais*, nº19, pp. 73-87. Recuperado de <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/ri/n19/n19a06.pdf> (consultado a 20 de Abril de 2015).

MORIYASU, Ken (2016). *China’s South China Sea claims have no legal basis: tribunal*. Publicado por *Nikkei Asian Review* a 12/07/2016 – 07:00. Recuperado de <http://asia.nikkei.com/Politics-Economy/International-Relations/China-s-South-China-Sea-claims-have-no-legal-basis-tribunal> (consultado a 16 de Julho de 2016).

NEVES, Carlos Santos (2011). Obama eleva peso militar dos EUA na Ásia-Pacífico a “prioridade de topo”. Publicado por RTP a 17/11/2011. Recuperado de http://www.rtp.pt/noticias/mundo/obama-eleva-peso-militar-dos-eua-na-asia-pacifico-a-prioridade-de-topo_n500490 (consultado a 23 de Setembro de 2016).

NYE, J. S. (1997). *China's re-emergence and the Future of the Asia-Pacific*. In Routledge, *Survival: Global Politics and Strategy* vol. 39, Issue 4, pp. 65-79. Recuperado de <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00396339708442944?journalCode=tsur20#.VJbdUI4is> (consultado a 27 de Novembro de 2014).

NYE, J. S. (2010). *American and Chinese Power after the Financial Crisis*. IN The Washington Quarterly, pp. 143-153. Recuperado de <http://ir.rochelleterman.com/sites/default/files/Nye%202010.pdf> (consultado a 25 de Novembro de 2015).

O'ROURKE, Ronald (2016). *China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities – Background and Issues for Congress*. Washington, D.C, Congressional Research Service. Recuperado de <https://fas.org/sgp/crs/row/RL33153.pdf> (consultado a 25 de Novembro de 2016).

People's Republic of China - Ministry of National Defense (s.d.). *Defense Expenditure*. Recuperado de <http://eng.mod.gov.cn/Database/Expenditure/index.htm> (consultado a 5 de Outubro de 2016).

People's Republic of China - Ministry of National Defense (s.d.). *Ministry of National Defense White Papers*. Recuperado de <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/index.htm> (Consultado a 10 de Novembro de 2015.)

People's Republic of China - Ministry of National Defense (2006). *China's National Defense in 2006*. December. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China. Recuperado de <http://www.china.org.cn/english/features/book/194470.htm> (consultado a 5 de Outubro de 2016).

People's Republic of China (2006A). *China's defense budget increases 14.7% in 2006*. People's Liberation Army Daily. Recuperado de http://en.people.cn/200603/05/eng20060305_247883.html (consultado a 5 de Outubro de 2016).

People's Republic of China - Ministry of National Defense (2006). *Ministry of National Defense White Papers*. Recuperado de http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7060059.htm (consultado a 9 de Outubro de 2016).

People's Republic of China (2008). *China National Defense in 2008*. Recuperado de http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7060059.htm (consultado a 12 de Dezembro de 2016).

People's Republic of China - Ministry of National Defense (2009) *People's Ministry of National Defence White Papers – Defence Policy*. Recuperado de http://english1.english.gov.cn/official/2005-08/17/content_24165.htm#2009 (consultado a 12 de Dezembro de 2016.)

People's Republic of China - Ministry of National Defense (2011). *Ministry of National Defence White Papers – Defence Policy*. Recuperado de http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2011-04/02/content_4442746_3.htm (Consultado a 5 e Outubro de 2016).

People's Republic of China - Ministry of National Defense (2011A). *Ministry of National Defense White Paper – Military Expenditure*. http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2011-04/02/content_4442740.htm (Consultado a 5 de Outubro de 2016).

People's Republic of China - Ministry of National Defense (2015). *Ministry of National Defense White Paper* (Maio de 2015). Recuperado de <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2014.htm> (Consultado a 5 de Outubro de 2016).

People's Republic of China - The State Council Information Office of the People's Republic of China (2015). *China's Defense White Papers – China's Military Strategy*. disponível em <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/index.htm>

PEREIRA, Ana Fonseca (2013). Japão segue o exemplo da China e aumenta gastos militares. In *Jornal Público*, publicado a 17/12/2013 – 11:23. Recuperado de <https://www.publico.pt/2013/12/17/mundo/noticia/japao-segue-o-exemplo-da-china-e-aumenta-gastos-militares-1616606#> (consultado a 29 de Setembro de 2016).

POMFRET, John (2007). *Taiwanese leader condemns Beijing, “one china” policy*. Publicado por *Washington Post* a 07/10/2003. Recuperado de <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2003/10/07/taiwanese-leader->

condemns-beijing-one-china-policy/74680a20-4dee-4970-b5a7-d69d24727675/

(consultado a 18 de Setembro de 2016).

POSEN, Barry; ROSS, Andrew (1996). *Competing visions for U.S. Grand Strategy*. In *International Security*, nº3, pp. 5-53. Recuperado de <http://www.comw.org/pda/14dec/fulltext/97posen.pdf>. (consultado a 14 de Dezembro de 2015).

POSEN, Barry S. (2003). *Command of the Commons: The Military Foundation of US Hegemony*. In *International Security*, vol. 28, nº 1, pp. 5-16. Recuperado de http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/posen_summer_2003.pdf (consultado a 8 de Abril de 2015).

POSEN, Barry S. (2007) *The Case for Restraint*. In *American Interest*, Vol. 3, Nº 1, pp. 7-17. Recuperado de <http://www.the-american-interest.com/2007/11/01/the-case-for-restraint/> (consultado a 12 de Maio de 2015).

ROSS, Robert S., (2000). *The Taiwan Strait Confrontation*. In *International Security*, vol. 25, nº2, pp. 87-123. Recuperado de <http://people.duke.edu/~niou/teaching/Ross.pdf> (consultado a 9 de Setembro de 2016).

ROSS, Robert S. (2002). *Navigating the Taiwan Strait: Deterrence, Escalation Dominance, and U.S. – China Relations*. In *International Security*, vol. 27, nº 2, pp. 48-85. Recuperado de <http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/016228802760987824?journalCode=isec#.VJLcZyusVUV> (consultado a 27 de Novembro de 2014).

ROSS, Robert S. (2006). *Balance of Power Politics and The Rise of China: Accommodation and Balancing in East Asia*, pp. 185-239. Recuperado de <http://ridgway.pitt.edu/Portals/1/pdfs/Publications/Ross.pdf> (consultado a 9 de Setembro de 2006).

ROSS, Robert S. (2009). *China Naval Nationalism: Sources, Prospects, and the U.S. Response*. In *International Security*, vol. 34, nº2, pp. 46-81. Recuperado de <http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/isec.2009.34.2.46#.VJcAvl4is> (consultado a 27 de Novembro de 2014).

ROSS, Robert S. (2012). *The problem with the Pivot. Obama's new Asia Policy is unnecessary and counterproductive*. In *Foreign Affairs*, retirado de <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2012-11-01/problem-pivot> (consultado a 14 de Março de 2016).

ROY, Denny (2006). *LUKEWARM PARTNER: Chinese support for U.S. Counterterrorism in Southeast Asia*. In Asia-Pacific Center for Security Studies. Recuperado de <http://apcss.org/Publications/APSSS/LukewarmPartnerChinaandCTinSEA.pdf> (consultado a 18 de Setembro de 2016).

SAUNDERS, Phillip C. (2013). *The Rebalance to Asia: U.S.-China Relations and Regional Security*. In Strategic Forum National Defence University, nº 281. Recuperado de <http://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/stratforum/SF-281.pdf> (consultado a 20 de Maio de 2016).

SICHERMAN, Harvey (2000). *Taiwan's New President: One If and Five Nos*. In Taiwan Documents Project – publicado a 02/06/2000. Recuperado de <http://www.taiwandocuments.org/fpri03.htm> (consultado a 15 de Setembro de 2016).

SCOBELL, Andrew (1999), *Show of Force: Chinese Soldiers, Statemen, and the 1995-1996 Taiwan Strait Crisis*. Recuperado de <http://cddrl.fsi.stanford.edu/sites/default/files/Scobell.pdf> (consultado a 12 de Setembro de 2016).

SCOBELL, Andrew (2003). *China's Use of Military Force: Beyond The Great Wall and The Long March*. Cambridge: Cambridge University Press.

SHAMBAUGH, David (2004). *China engages Asia: Reshaping the Regional Order*. In International Security, vol. 29, Issue 3, pp. 64-99. Recuperado de <http://live.belfercenter.org/files/shambaugh.pdf> (consultado a 27 de Dezembro de 2014).

SHIRK, Susan L. (2007). *China. Fragile Superpower*, Oxford University Press. Recuperado de http://kczx.xhu.edu.cn/G2S/eWebEditor/uploadfile/20120427152654_683519574319.pdf (consultado a 16 de Junho de 2015).

SU, Chi (2011). *The 1992 Consensus: The key to cross-strait reconciliation*. In TaiwanToday, publicado a 30/08/2011. Recuperado de <http://taiwantoday.tw/ct.asp?xItem=174930&ctNode=1742> (consultado a 16 de Setembro de 2016).

SUTTER, Robert (2011). *Positive equilibrium in USA - China Relations: Durable or not?* In JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 2, N.º 1, Spring 2011. Recuperado de observare.ual.pt/janus.net/en_vol2_n1_art1 (consultado a 12 de Maio de 2016).

TAIWANORG – Taiwan News and Current Events (s.d.). *DDP gains in Parliamentary Elections*. Recuperado de <http://www.taiwandc.org/nws-el01.htm> (consultado a 13 de Setembro de 2016).

TALIAFERRO, Jeffrey W. (2000). *Security Seeking under Anarchy, Defense Realism Revisited*. In *International Security*, vol. 25, nº3, pp. 128-161.

THIES, Wallace J., Bratton, Patrick C., 2004. *When Governments Collide in the Taiwan Strait*. In *Journal of Strategic Studies*, vol. 27, nº4, pp. 556-584. Recuperado de https://www.researchgate.net/profile/Patrick_Bratton/publication/233207284_When_Governments_Collide_in_the_Taiwan_Strait/links/5531472a0cf20ea0a071a79c.pdf (consultado a 12 de Setembro de 2016).

TOMÉ, Luís (2013). *A arquitetura de Segurança na Ásia-Pacífico*. In *Nação e Defesa*, Nº. 134 – 5ª série, pp. 21-42. Recuperado de <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1321&cod=137#sthash.HXut2Pqe.dpbs> (consultado a 23 de Novembro de 2015).

United States of America - American Institute in Taiwan (1954). *Mutual Defense Treaty*. Recuperado de <https://www.ait.org.tw/en/sino-us-mutual-defense-treaty-1954.html> (consultado a 16 de Agosto de 2016).

United States of America - Central Intelligence Agency (CIA). *The World Fact Book*. Recuperado de <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html> (consultado a 21 de Junho de 2016).

United States of America - Committee on foreign relations, United States Senate (2014). *Re-balancing the rebalance: resourcing U.S. Diplomatic strategy in the Asia-Pacific Region*. One hundred thirteenth congress. Washington. Recuperado de <http://www.foreign.senate.gov/imo/media/doc/872692.pdf> (consultado a 26 de Novembro de 2014).

United States of America - Department of Defense (1997). *National Defense Budget Estimates for FY 1998*. Recuperado de http://comptroller.defense.gov/Portals/45/Documents/defbudget/fy1998/fy1998_greenbook.pdf (consultado a 6 de Outubro de 2016).

United States of America - Department of Defense (2007). *National Defense Budget Estimates for FY 2008*. Recuperado de http://comptroller.defense.gov/Portals/45/Documents/defbudget/Docs/fy2008_greenbook.pdf (consultado a 6 de Outubro de 2016).

United States of America - Department of Defense (2009). *Annual Report to Congress. Military Power on People's Republic of China 2009*. Recuperado de https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/China_Military_Power_Report_2009.pdf (consultado a 21 de junho de 2016).

United States of America - Department of Defence (2010). *Fiscal Year 2011 Budget Request*. Recuperado de <http://archive.defense.gov/news/d2010rolloutbrief1.pdf> (consultado a 6 de Outubro de 2016).

United States of America - Department of Defense (2012). *Annual Report to Congress. Military Power on People's Republic of China 2012*. Recuperado de https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2012_CMPR_Final.pdf (consultado a 21 de Junho de 2016).

United States of America - Department of Defense (2015). *Annual Report to Congress. Military and Security Developments Involving the People's Republic of China*. Recuperado de <http://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2016%20China%20Military%20Power%20Report.pdf> (consultado a 12 de Março de 2015).

United States of America - Department of Defense (2015). *Annual Report to Congress. Military Power on People's Republic of China 2015*. Recuperado de https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2015_China_Military_Power_Report.pdf (consultado a 25 de junho de 2016).

United States of America - Department of Defense (2016). *Annual Report to Congress. Military Power on People's Republic of China 2016*. Recuperado de <https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2016%20China%20Military%20Power%20Report.pdf> (consultado a 25 de Novembro de 2016).

United States of America - Department of Defense (2015). *Fiscal Year 2016 Budget Request*. Recuperado de http://dcmo.defense.gov/Portals/47/Documents/Publications/Annual%20Performance%20Plan/FY2016_Performance_Budget.pdf (consultado a 7 de Outubro de 2016).

United States of America - Department of Defense (2015). Carter, Singapore Defense Minister Sign Enhanced Defense Cooperation Agreement. Publicado por DoD News, Defense Media Activity a 07/12/2015. Recuperado em <http://www.defense.gov/News/Article/Article/633243/carter-singapore-defense-minister-sign-enhanced-defense-cooperation-agreement> (consultado a 2 de Outubro).

United States of America - Department of State (s.d.). *U.S. Collective Defense Arrangements – Philipines Treaty*. Recuperado de <http://www.state.gov/s/l/treaty/collectivedefense/> (consultado a 25 de Novembro e 2016).

United States of America - Department of State, (1982). *The August 17, 1982 U.S.-China Communiqué on Arms Sales to Taiwan*. Recuperado de <https://history.state.gov/milestones/1981-1988/china-communicue> (consultado a 21 de Agosto de 2016).

United States of America - Department of State (2009). *United States accedes to the Treaty of Amity and Cooperation in Southeast Asia*. Recuperado de <http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2009/july/126294.htm> (consultado a 20 de Setembro de 2016).

United States of America - Department of State (2011). *America's Pacific Century*. Recuperado de <http://www.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2011/11/176999.htm> (consultado a 15 de Abril de 2016).

United States of America - Department of State (2013). *U.S.-Vietnam Comprehensive Partnership*. Recuperado de <http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2013/218734.htm> (consultado a 25 de Novembro de 2016).

United States of America – Department of State (2016). US relations with Taiwan. Publicado a 13/11/2016. Recuperado de <https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35855.htm> (consultado a 25 de Novembro de 2016).

United States of America - Executive Office of the President, Office of the United States Trade Representative (s.d.). *The Trans-Pacific Partnership, leveling the playing field for American workers & American businesses*. Recuperado de <https://ustr.gov/tpp/#text> (consultado a 21 de Agosto de 2016).

United States of America - Republic of Singapore (s.d.). *Strategic Framework Agreement between the United States of America and the Republic of Singapore for a closer cooperation and partnership in defense and security*. Recuperado de <https://2001-2009.state.gov/documents/organization/95360.pdf> (consultado a 26 de Novembro de 2016).

United States of America - White House – The Press Office (2016). *Joint Statement by the United States of America and the Republic of Singapore*. Recuperado de

<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2016/08/02/joint-statement-united-states-america-and-republic-singapore> (consultado a 2 de Outubro de 2016).

VIANA, Joana A. (2016). *China poderá ocupar Taiwan à força depois de Trump tomar posse*. In Jornal Expresso, publicado a 15/12/2016 – 10:25. Recuperado de <http://expresso.sapo.pt/internacional/2016-12-15-China-podera-ocupar-Taiwan-a-forca-depois-de-Trump-tomar-posse> (consultado a 15 de Dezembro de 2016).

WALKER, Dinah (2014). *Trends in U.S. militar spending*. In Council on Foreign Relations. Publicado a 15/07/2014. Recuperado de <http://www.cfr.org/defense-budget/trends-us-military-spending/p28855> (consultado a 5 de Outubro de 2016).

WOLFORTH, William C. (1999) *The Stability of a Unipolar World*. In International Security, Vol. 24, N° 1, pp. 5-41. Recuperado de <http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/016228899560031#.VXmPBf1Viko> (consultado a 20 de Abril de 2015).

WONG, Edward, *Chinese Military Seeks to Extend its Naval Power*, New York Times, Abril 23, 2010. Recuperado de http://www.nytimes.com/2010/04/24/world/asia/24navy.html?_r=0 (consultado a 10 de Outubro de 2015).

WORDEN, Robert L., Savada, Andrea M., Dolan, Ronald E., Library of Congress. Federal Research Division (1988). *China, a Country Study*, 4ª Ed., Washington D.C., Federal Research Division, Library of Congress. Recuperado de <https://www.loc.gov/item/87600493/> (consultado a 15 de Janeiro de 2016).

YAHUDA, Michael (2011). *The international Politics of Asia-Pacific*. 3ª edição, Routledge.

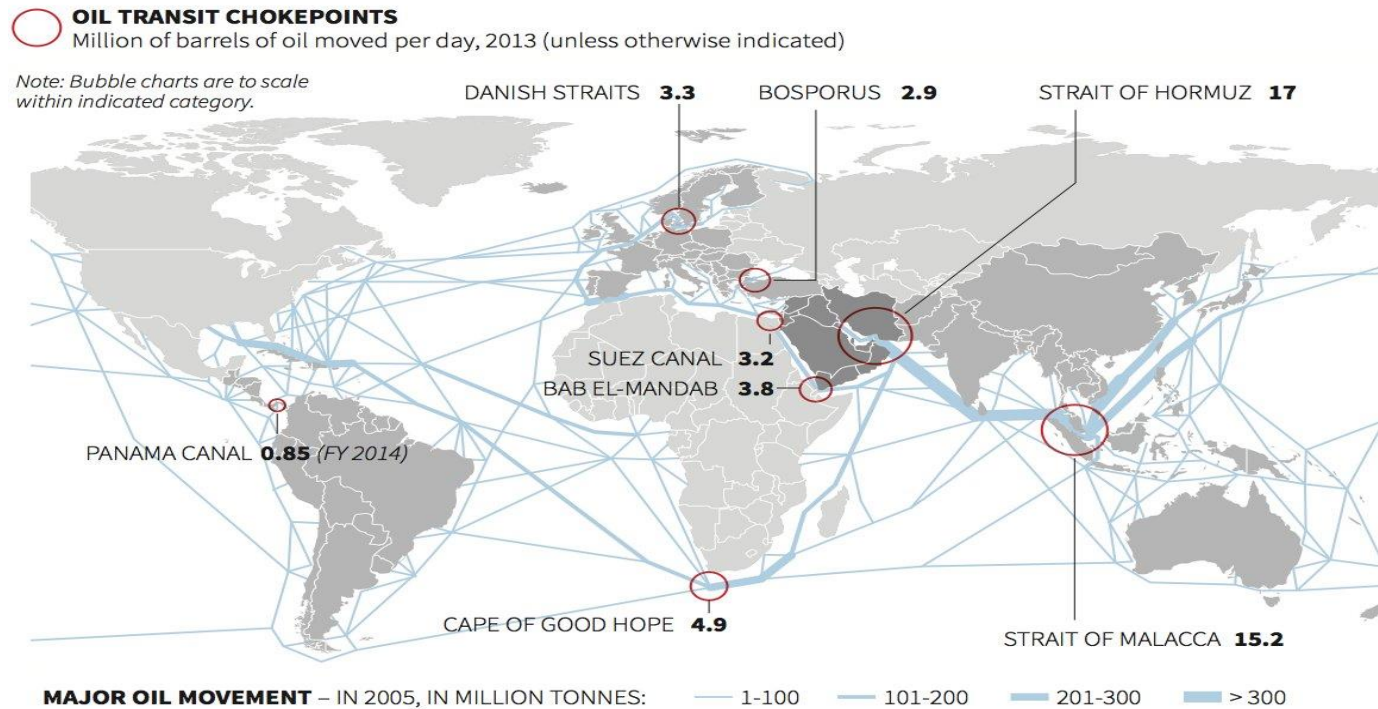
YUAN-KANG, Wang (2013). *Taiwan Public Opinion on Cross-Strait Security Issues: Implications for US foreign policy*. In Strategic Studies Quarterly, vol. 7, nº2, pp. 93-111. Recuperado de <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=165275> (consultado a 27 de Dezembro de 2014).

Anexos

Anexo 1:

Oil transit chokepoints

About half of the world's oil production is moved by tankers on fixed maritime routes. The blockage of a chokepoint, even temporarily, can lead to substantial increases in total energy costs. Oil transit chokepoints are therefore a critical part of global energy security.



Sources: U.S. Energy Information Administration, International Tanker Owners Pollution Federation

Staff, W. Foo, 26/3/2015

REUTERS

Fonte: <http://www.businessinsider.com/worlds-eight-oil-chokepoints-2015-4>

Anexo 2:

Indicador	Região	1985	2000	2015
Valor do PIB (em Trilhões de US\$)	Ásia-Pacífico	2.349	8.135	21.281
	América do Norte	4.713	11.031	19.503
	U.E.	3.162	8.818	16.229
	Mundo	12.673	33.321	73.434
Taxa média de Crescimento do PIB	Ásia-Pacífico	6,3%	4,6%	3,9%
	América do Norte	4,3%	4,2%	2,3%
	U.E.	2,6%	3,9%	1,9%
	Mundo	3,9%	4,3%	2,5%
Rendimento médio <i>per capita</i> (em milhares de US\$)	Ásia-Pacífico	1.396	3.976	9.337
	América do Norte	17.855	35.942	54.580
	U.E.	6.719	18.074	31.843
	Mundo	2.617	5.448	9.995

Tabela realizada pelo autor tendo como fonte o World Bank Group - <http://www.worldbank.org/> (consultado a 19 de Junho de 2016).

Anexo 3:

Valores totais das despesas militares (em milhões de USD) entre 1991 e 2014 na região Ásia-Pacífico		
País	1991	2014
RPC	9.954	199.651³¹⁰
Japão	32.785	45.867
Coreia do Sul	10.957	37.286
Taiwan	9.304	10.240
Vietname	428	4.256
Malásia	1.572	4.919
Singapura	2.023	9.668
Indonésia	1.697	6.929
Filipinas	913	3.103
Tailândia	2.598	5.730
Austrália	7.024	25.784

Tabela realizada pelo autor tendo como fonte dados do SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute) - <https://www.sipri.org/databases/milex> (consultado a 19 de Junho de 2016).

³¹⁰ Segundo relatório anual do Departamento de Defesa para o Congresso sobre o desenvolvimento militar chinês, para o ano de 2015, o orçamento de defesa da RPC situava-se, em valores brutos, nos 144 mil milhões de USD, bastante abaixo das estimativas do SIPRI. A variação destes valores deve-se em parte ao fator do grau de transparência do governo de Pequim quanto aos números publicados nos seus *White Papers* mas também quanto às formas como os mesmos são calculados e quais os dados que entram nas contabilizações Norte-Americanas e do SIPRI. Ou seja, enquanto os dados de Washington se reportam às despesas estritamente militares, como aquisição de equipamentos, remunerações ou custos operativos, os dados do SIPRI podem ser inflacionados se no cálculo desses valores estiverem plasmadas as despesas com o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial para efeitos militares.

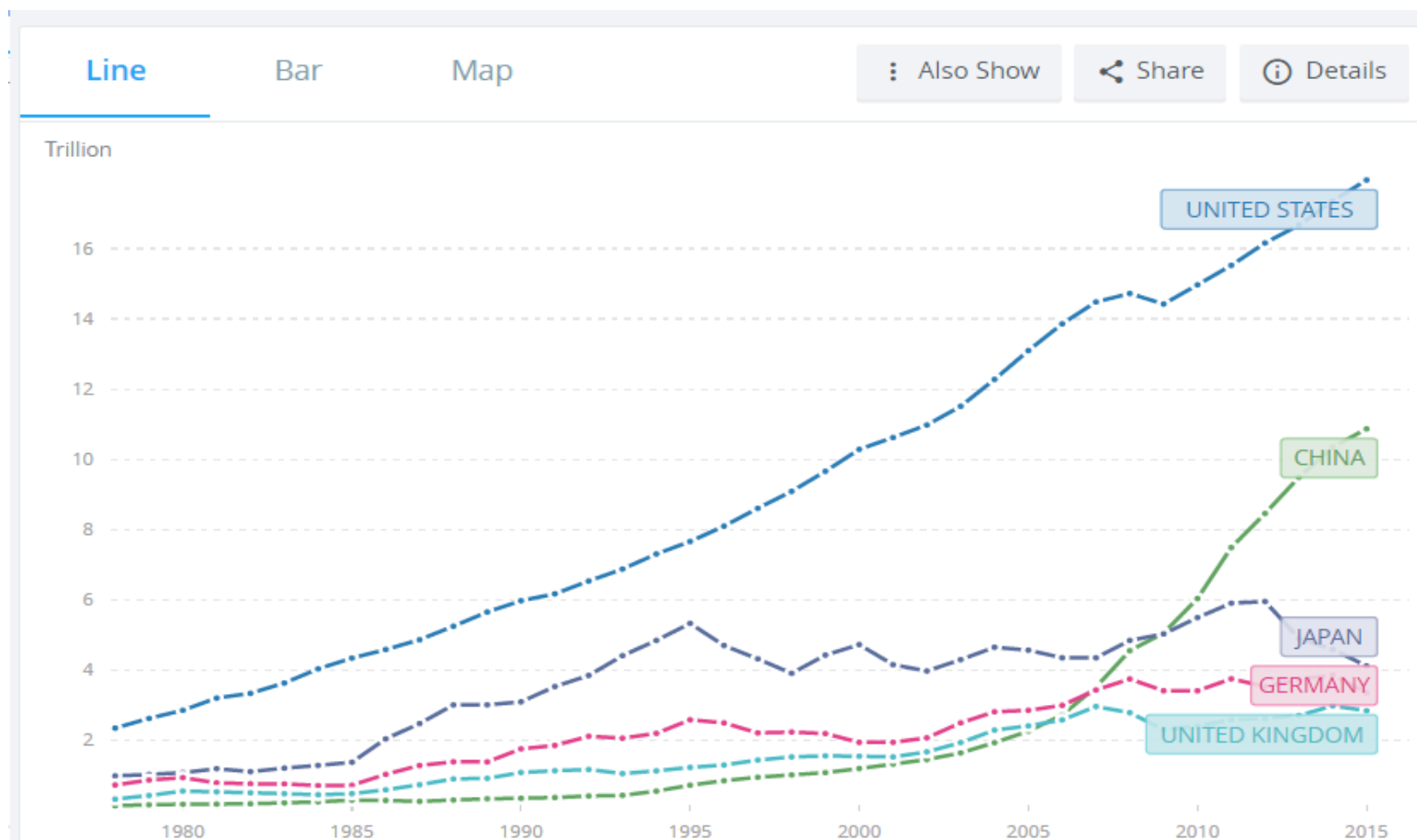
Anexo 4:



Figure 2. China's Disputed Territories. While not exhaustive, three of China's major ongoing territorial disputes are based on claims along its shared border with India and Bhutan, the South China Sea, and with Japan in the East China Sea.

Fonte: Annual Report to Congress. Military Power on People's Republic of China 2009. Recuperado de https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/China_Military_Power_Report_2009.pdf (consultado a 21 de junho de 2016 2016)

Anexo 5:



Comparação do crescimento PIB Chinês com algumas das economias mundiais entre 1978 e 2015. Gráfico retirado de <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2015&locations=US-CN-JP-DE-GB&start=1978> a 19 de Junho de 2016

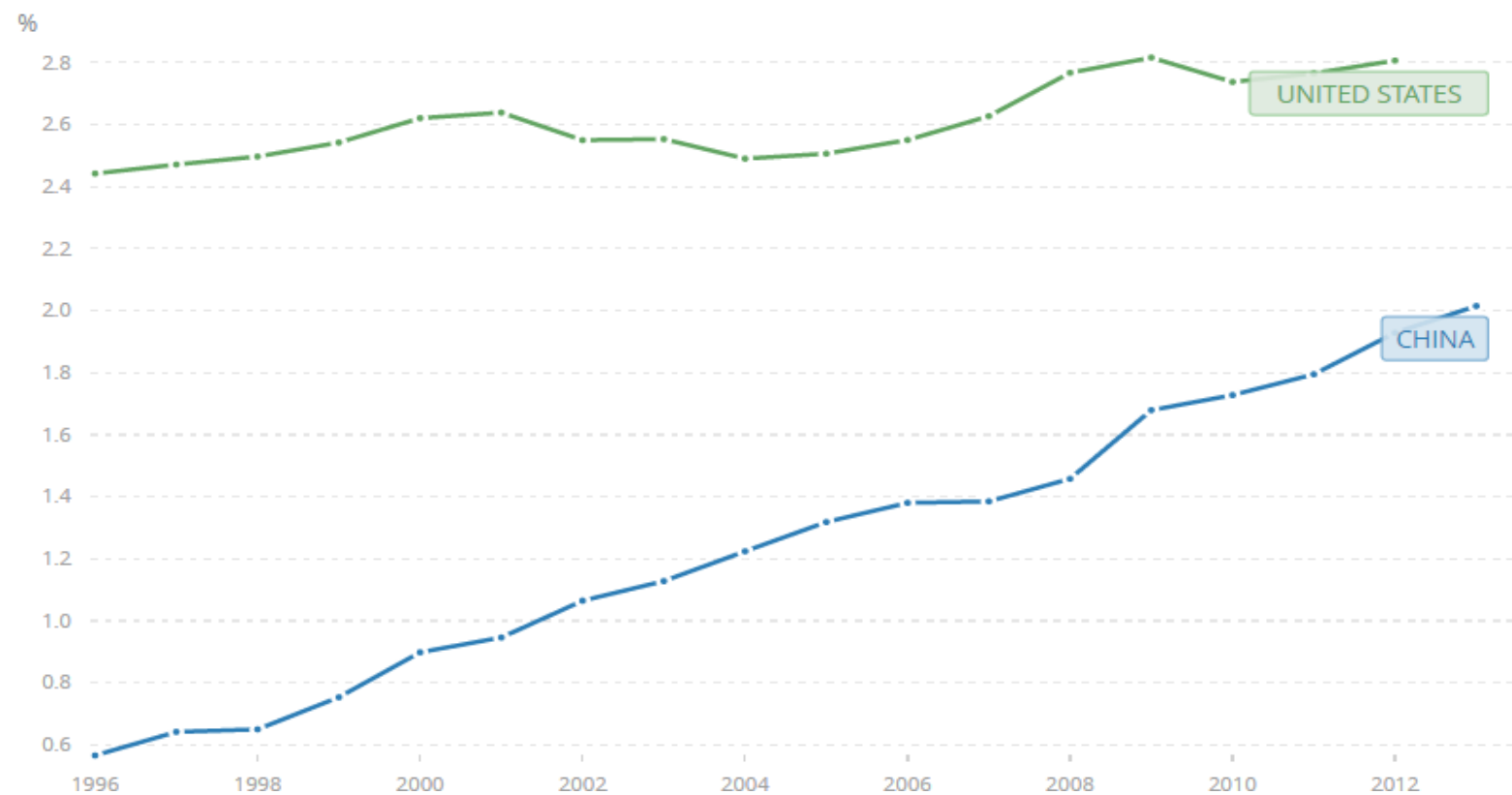
Anexo 6:

Research and development expenditure (% of GDP)

Also Show

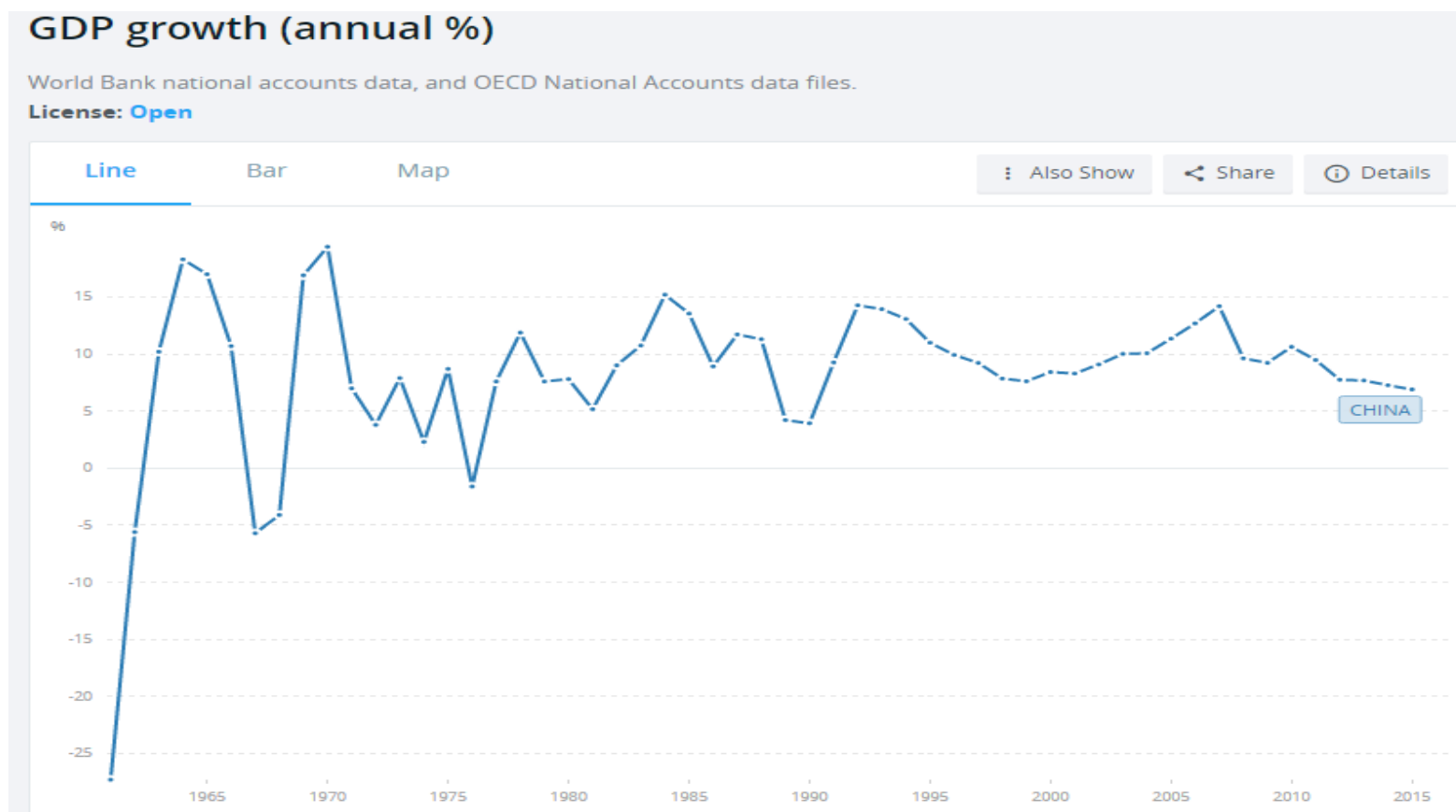
Share

Details



Comparação do volume de investimento canalizado para a pesquisa e desenvolvimento científico dos EUA e China entre 1996 e 2015. Gráfico retirado de <http://data.worldbank.org/topic/science-and-technology?locations=CN-US> a 19 de Junho de 2016

Anexo 7:



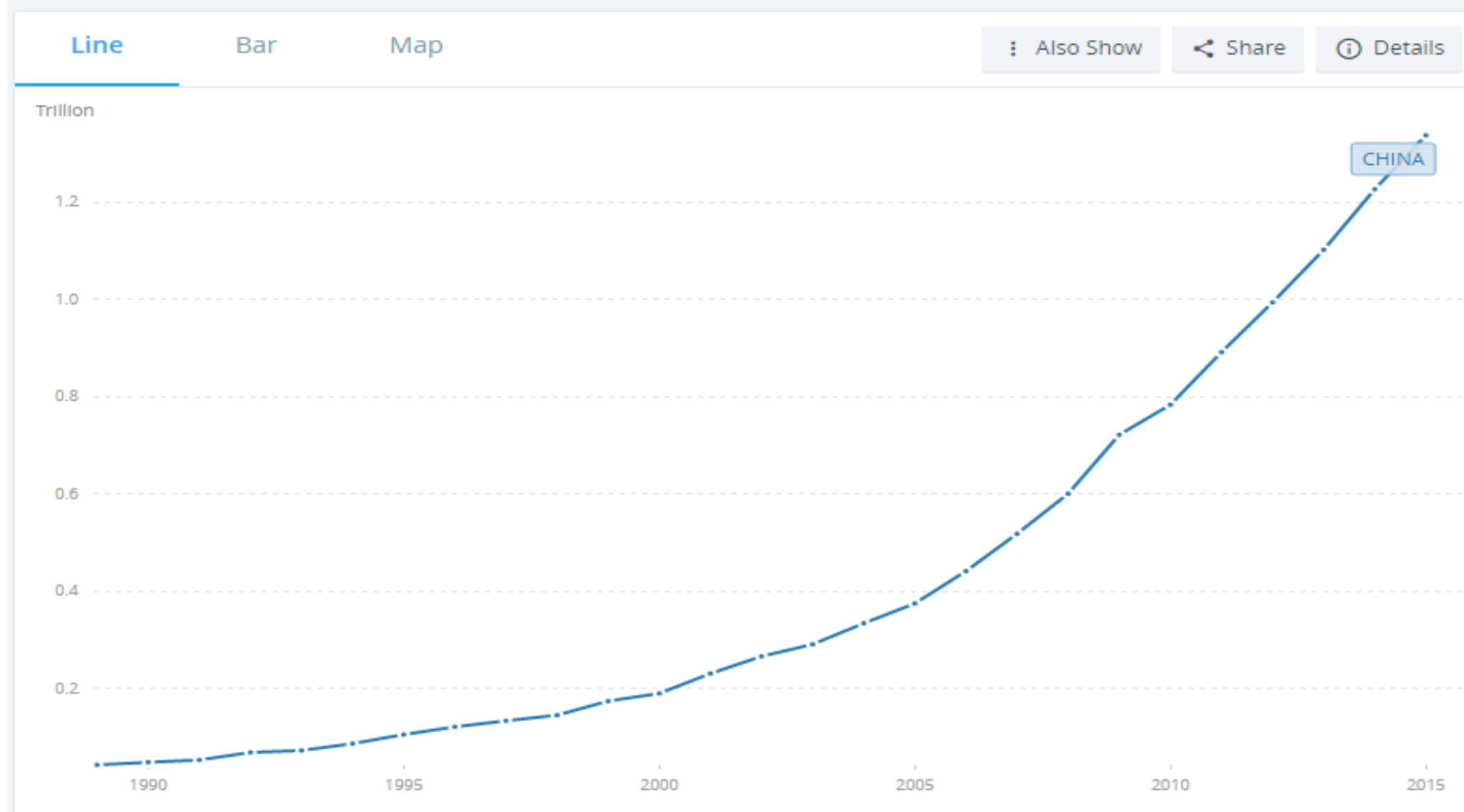
Evolução do crescimento do PIB chinês entre 1965 e 2015. Gráfico retirado de <http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=CN> a 21 de Junho de 2016.

Anexo 8:

Military expenditure (current LCU)

Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), Yearbook: Armaments, Disarmament and International Security.

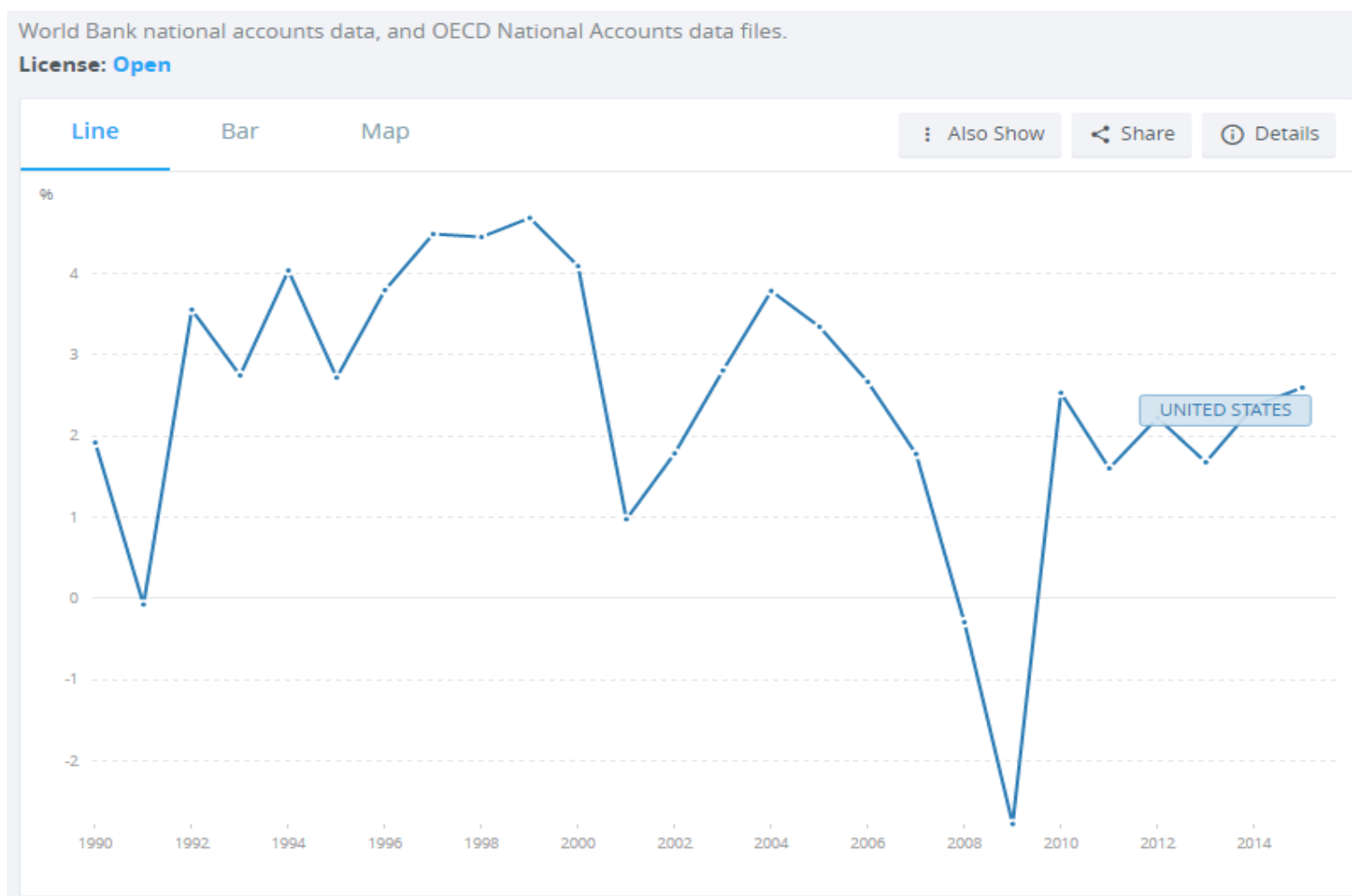
License: [Open](#)



Evolução das despesas militares em milhões de US\$ entre 1990 e 2015. Fonte:

<http://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.CN?locations=CN> gráfico retirado a 17 de Julho de 2016.

Anexo 9:



Evolução do crescimento do PIB dos EUA entre 1990 e 2014. Fonte: <http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2015&locations=US&start=1990> (gráfico retirado a 18 de Julho de 2016).

Anexo 10:

FIGURE 1: Significant U.S. Military Elements in the PACOM AOR



Localização das principais bases e destacamentos militares dos EUA na região incluindo a importante base de Okinawa. Fonte: GREEN, Michael J., et al. (2016). *Asia-Pacific Rebalance 2025. Capabilities, Presence and Partnerships*. In CSIS. Recuperado de https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/160119_Green_AsiaPacificRebalance2025_Web_0.pdf

Anexo 11:

TABLE 1: Major U.S. Military Units in Japan (Main Islands and Okinawa)⁹⁷

AIR	GROUND	NAVAL
<p>Misawa Air Base (AB)</p> <ul style="list-style-type: none"> 2 Reconnaissance Squadron (USAF Reserve) 1 Operations Support Squadron 1 Reconnaissance Squadron <p>Yokota AFB</p> <ul style="list-style-type: none"> 2 Airlift Squadron 1 Operations Support Squadron <p>Kadena AB</p> <ul style="list-style-type: none"> 2 Fighter Squadrons 2 Rescue Squadrons 2 Special Operations Squadrons 1 Special Tactics Squadron 1 Air Refueling Squadron 1 Aeromedical Evacuation Squadron 1 Operations Support Squadron 1 Reconnaissance Squadron 	<p>Yokota AFB</p> <ul style="list-style-type: none"> U.S. Forces Japan (USFJ) HQ <p>Camp Zama</p> <ul style="list-style-type: none"> U.S. Army Japan (USARJ) and I Corps Forward HQ <p>Camp Courtney</p> <ul style="list-style-type: none"> III Marine Expeditionary Force (MEF) HQ 3rd Marine Expeditionary Brigade (MEB) HQ <p>Camp Hansen</p> <ul style="list-style-type: none"> 31st Marine Expeditionary Unit (MEU) HQ 1 Combat Assault Battalion (HQT) 1 Marine Artillery Regiment <p>Camp Schwab</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 Marine Infantry Regiment 	<p>Naval Air Facility Atsugi</p> <ul style="list-style-type: none"> 4 Fighter Squadrons 1 Electronic Attack Squadron 1 Airborne Early Warning Squadron 1 Fleet Logistics Support Detachment 1 Helicopter Sea Combat Squadron 2 Helicopter Maritime Strike Squadron <p>Camp Foster</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 HQ Squadron 1 Marine Wing Support Squadron <p>MCAS Futenma</p> <ul style="list-style-type: none"> 2 Medium Tiltrotor Squadrons <p>Marine Corps Air Station Iwakuni</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 Fighter Attack Squadron 1 Aerial Refueler Transport Squadron 1 Marine Wing Support Squadron <p>United States Fleet Activities Sasebo</p> <ul style="list-style-type: none"> 4 Amphibs (1 LHDs, 1 LPDs, 2 LSDs) 4 MCMs <p>United States Fleet Activities Yokosuka</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 CVN 1 Amphib (1 LCC) 3 CGs 8 DDGs

A presença militar dos EUA em território japonês no ano de 2016. Fonte: GREEN, Michael J., et al. (2016). *Asia-Pacific Rebalance 2025. Capabilities, Presence and Partnerships*. In CSIS. Recuperado de https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/160119_Green_AsiaPacificRebalance2025_Web_0.pdf

Anexo 12:

TABLE 2: Major U.S. Military Units in South Korea⁹⁸

AIR	GROUND	NAVAL
<p>Kunsan AB 2 Fighter Squadrons 1 Operations Support Squadron</p> <p>Osan AB 2 Fighter Squadrons 1 Operations Support Squadron 1 Reconnaissance Squadron</p>	<p>Camp Casey 1 Fires Brigade</p> <p>Camp Hovey 1 Armored Brigade Combat Team (BCT) (Rotational)</p> <p>Camp Humphreys 1 Combat Aviation Brigade with rotational elements 1 Military Intelligence Battalion</p> <p>Osan AB 1 Air Defense Artillery Brigade</p> <p>Camp Red Cloud 2nd Infantry Division (ID) HQ</p> <p>Yongsan Garrison HQ Units for U.S. Forces Korea, Combined Forces Command, United Nations Command, U.S. 8th Army, U.S. Marine Forces–Korea (MARFOR-K) 1 Military Intelligence Brigade (distributed between Yongsan and Camp Humphreys)</p>	<p>United States Fleet Activities Chinhae U.S. Naval Forces Korea HQ</p>

A presença militar dos EUA em território Sul Coreano no ano de 2016. Fonte: GREEN, Michael J., et al. (2016). *Asia-Pacific Rebalance 2025. Capabilities, Presence and Partnerships*. In CSIS. Recuperado de https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/160119_Green_AsiaPacificRebalance2025_Web_0.pdf

Anexo 13:

Taiwan Strait Military Balance, Ground Forces			
	China		Taiwan
	Total	Taiwan Strait Area	Total
Personnel (Active)	1.25 million	400,000	130,000
Group Armies	18	8	3
Infantry Divisions	12	3	0
Infantry Brigades	23	6	8
Mechanized Infantry Divisions	7	3	0
Mechanized Infantry Brigades	25	7	3
Armor Divisions	1	0	0
Armor Brigades	17	8	4
Army Aviation Brigades and Regiments	11	6	3
Artillery Brigades	22	10	5
Airborne Divisions	3	3	0
Amphibious Divisions	2	2	0
Amphibious Brigades	3	3	3
Tanks	6,947	2,758	1,100
Artillery Pieces	7,953	3,891	1,600

A comparação das forças terrestres da RPC e da RC no contexto do estreito de Taiwan segundo estimativas do DoD em 2015. Fonte: Department of Defense (2015). *Annual Report to Congress. Military Power on People's Republic of China 2015*. Recuperado de https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2015_China_Military_Power_Report.pdf (consultado a 25 de junho de 2016).

Note: People's Liberation Army (PLA) active Army units are organized into Group Armies. Infantry, armor, artillery, and army aviation units are organized into a combination of divisions and brigades deployed throughout the PLA's seven military regions (MR). The ground forces of China also include the two marine brigades under the Navy and the 15th Airborne Army of the Air Force. A significant portion of these assets are deployed in the Taiwan Strait area, specifically the Nanjing, Guangzhou, and Jinan MRs. Taiwan has seven Defense Commands, three of which have Field Armies. Each Army contains an Artillery Command roughly equivalent to a brigade

Anexo 14:

Taiwan Strait Military Balance, Naval Forces			
	China		Taiwan
	Total	East and South Sea Fleets	Total
Aircraft Carriers	1	0	0
Destroyers	21	14	4
Frigates	52	42	22
Corvettes	15	11	1
Tank Landing Ships/ Amphibious Transport Dock	29	26	12
Medium Landing Ships	28	21	4
Diesel Attack Submarines	53	34	4
Nuclear Attack Submarines	5	2	0
Coastal Patrol (Missile)	86	68	45

Note: The PLA Navy has the largest force of principal combatants, submarines, and amphibious warfare ships in Asia. In the event of a major Taiwan conflict, the East and South Sea Fleets would be expected to participate in direct action against the Taiwan Navy. The North Sea Fleet would be responsible primarily for protecting Beijing and the northern coast, but could provide mission-critical assets to support other fleets.

Taiwan Strait Military Balance, Air Forces			
	China		Taiwan
	Total	Within range of Taiwan	Total
Aircraft			
Fighters	1,700	130	388
Bombers/Attack	400	200	22
Transport	475	150	21
Special Mission Aircraft	115	75	10

Note: The PLA Air Force and Navy have approximately 2,100 operational combat aircraft. These consist of air defense and multi-role fighters, ground attack aircraft, fighter-bombers, and bombers. An additional 1,450 older fighters, bombers, and trainers are employed for training and research and development. The two air arms also possess approximately 475 transports and more than 100 surveillance and reconnaissance aircraft with intelligence, surface search, and airborne early warning capabilities. We expect the PLA Air Force would supplement its military transports with civilian aircraft in a combat scenario. The majority of PLA Air Force and PLA Navy aircraft are based in the eastern half of the country. Currently, 330 aircraft could conduct combat operations against Taiwan without refueling. However, this number could be significantly increased through any combination of aircraft forward deployment, decreased ordnance loads, or altered mission profiles.

A comparação das forças navais e aéreas da RPC e da RC no contexto do estreito de Taiwan segundo estimativas do DoD em 2015. Fonte: Department of Defense (2009). *Annual Report to Congress. Military Power on People's Republic of China 2015*. Recuperado de https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2015_China_Military_Power_Report.pdf (consultado a 25 de junho de 2016).

Anexo 15:

China's Missile Force			
<i>China's Missile Inventory</i>	Ballistic and Cruise		<i>Estimated Range</i>
	<i>Missiles</i>	<i>Launchers</i>	
CSS-2	15-20	5-10	3,000+ km
CSS-3	15-20	10-15	5,400+ km
CSS-4	20	20	13,000+ km
DF-31	<10	<10	7,200+ km
DF-31A	<10	<10	11,200+ km
CSS-5	60-80	70-90	1,750+ km
CSS-6	350-400	90-110	600 km
CSS-7	700-750	120-140	300 km
DH-10	150-350	40-55	1,500+ km
JL-2	Developmental	10-14	7,200+ km

Note: China's Second Artillery maintains at least 5 operational SRBM brigades; an additional two brigades are subordinate to PLA ground forces – one garrisoned in the Nanjing MR and the other in the Guangzhou MR. All SRBM units are deployed to locations near Taiwan.

Total do número das capacidades balísticas convencionais de Pequim segundo estimativas do DoD em 2009. Fonte: Department of Defense (2009). *Annual Report to Congress. Military Power on People's Republic of China 2009*. Recuperado de https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/China_Military_Power_Report_2009.pdf (consultado a 21 de junho de 2016).

Anexo 16:

OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE
Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China



Figure 4: The First and Second Island Chains. PRC military theorists refer to two "island chains" along China's maritime perimeter. The First Island Chain includes Taiwan and the Ryuku Islands, the Second Island Chain extends from Japan to Guam.

Mapa onde se pode ver a definição geoestratégica de Washington das duas correntes de ilhas no pacífico ao longo do perímetro marítimo da RPC. Fonte: Department of Defense (2012). *Annual Report to Congress. Military Power on People's Republic of China 2012*. Recuperado de https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2012_CMPR_Final.pdf (consultado a 21 de Junho de 2016).

Anexo 17:

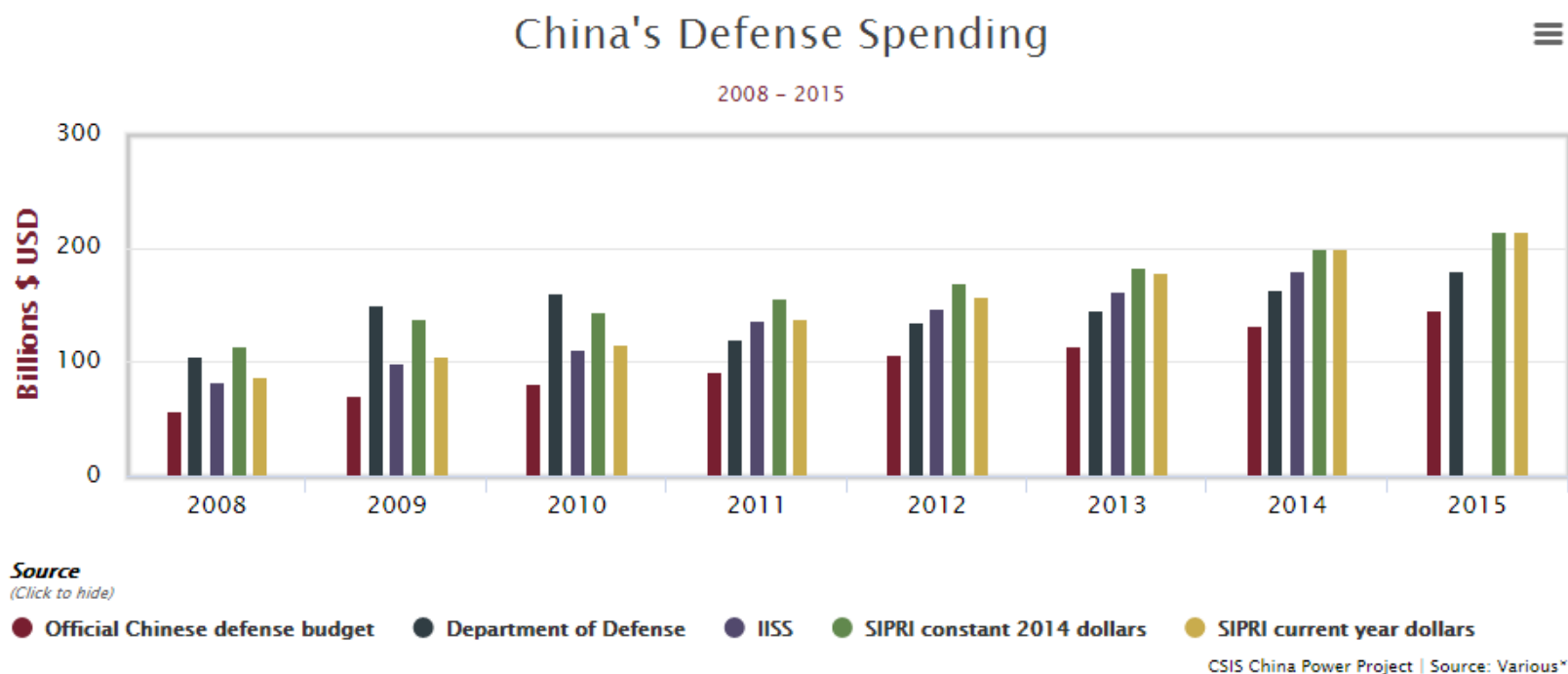


Gráfico relativo ao crescimento do orçamento e defesa chinês segundo várias fontes: Fonte: CSIS (s.d.). What does China really spend on its militar. Recuperado de <http://chinapower.csis.org/military-spending/> (consultado a 10 de Outubro de 2016).

Anexo 18:

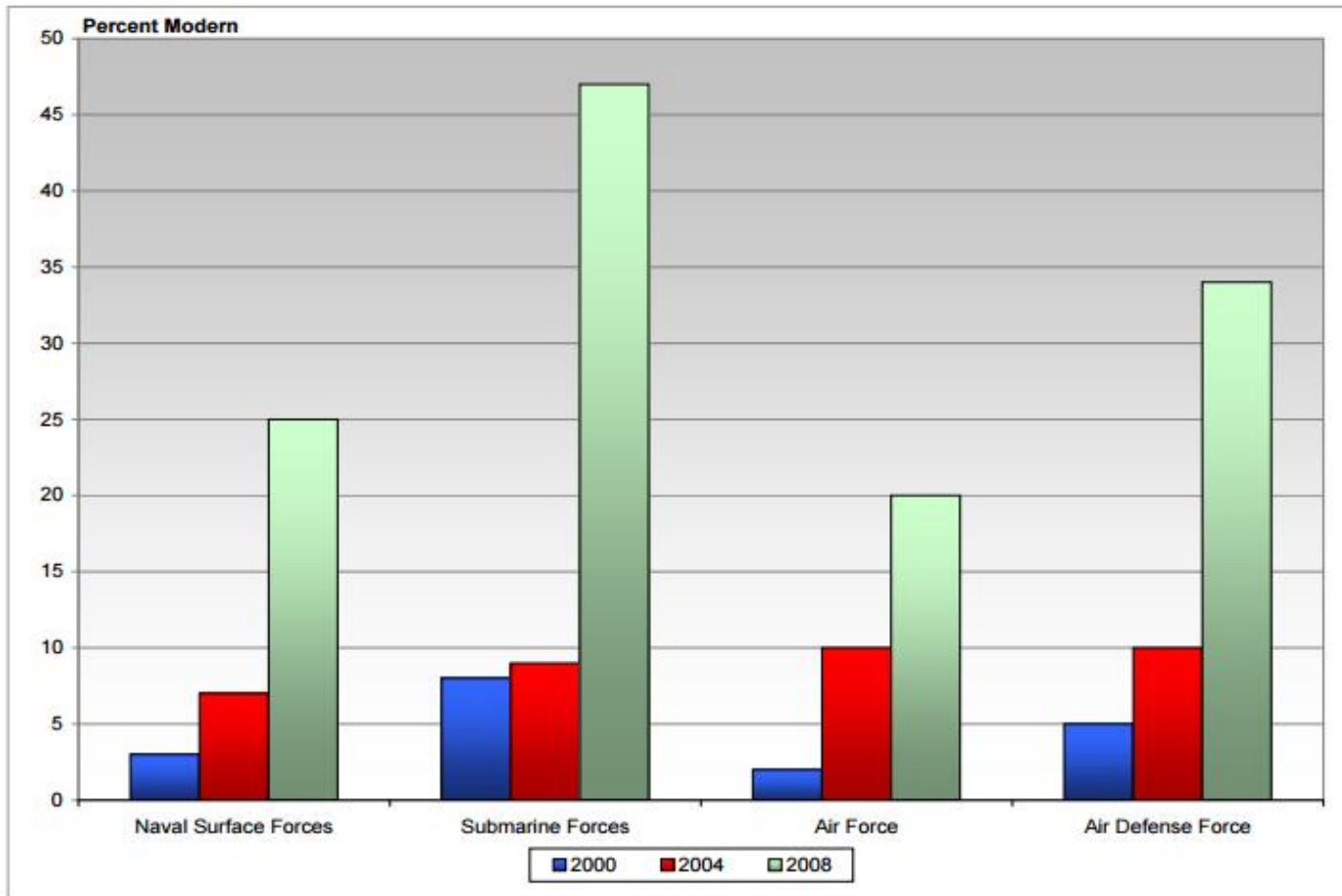


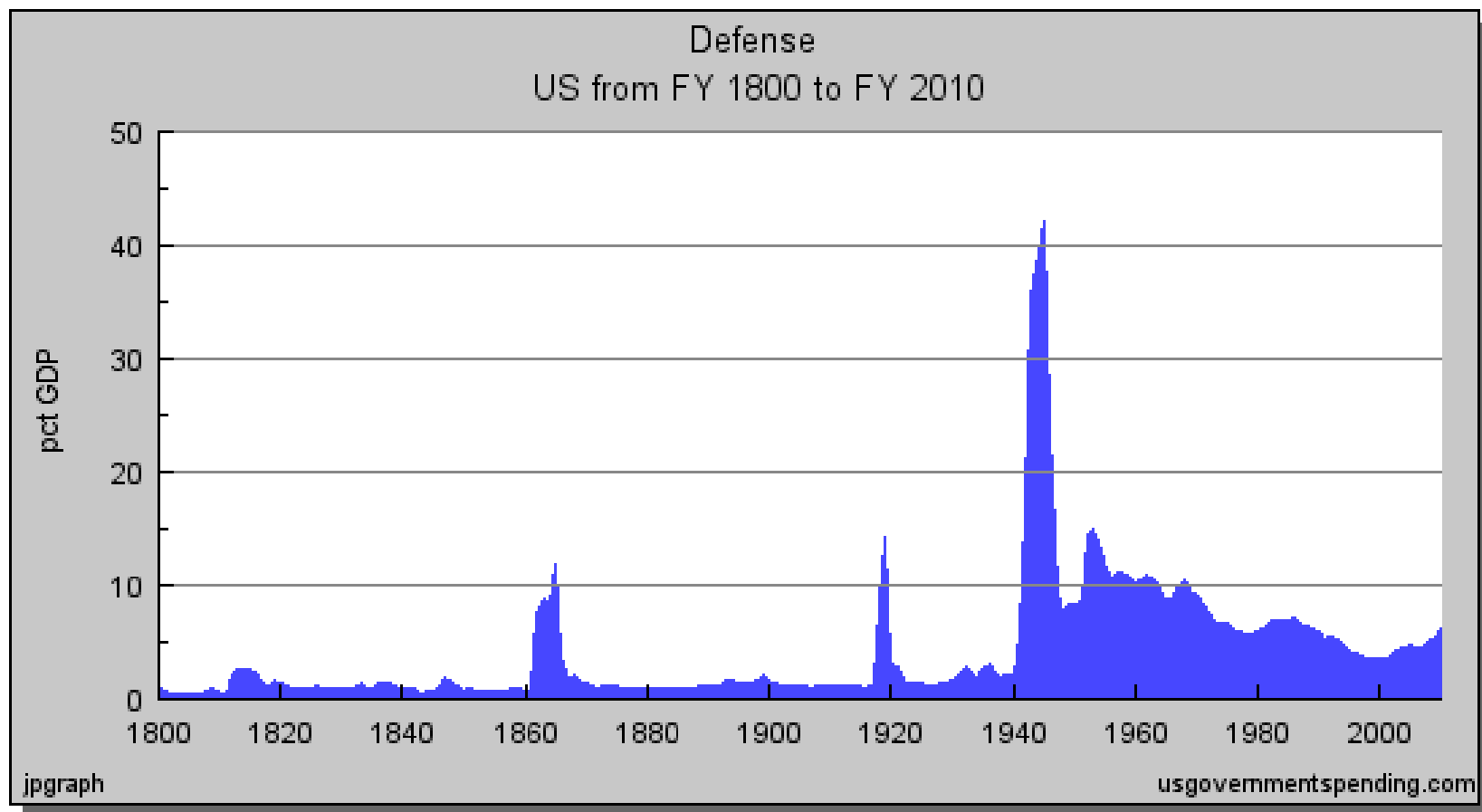
Gráfico que mostra a evolução das despesas da RPC nas suas capacidades navais e aéreas segundo estimativas do DoD em 2009. Fonte: Department of Defense (2009). *Annual Report to Congress. Military Power on People's Republic of China 2009*. Recuperado de https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/China_Military_Power_Report_2009.pdf (consultado a 21 de junho de 2016).

Anexo 19:



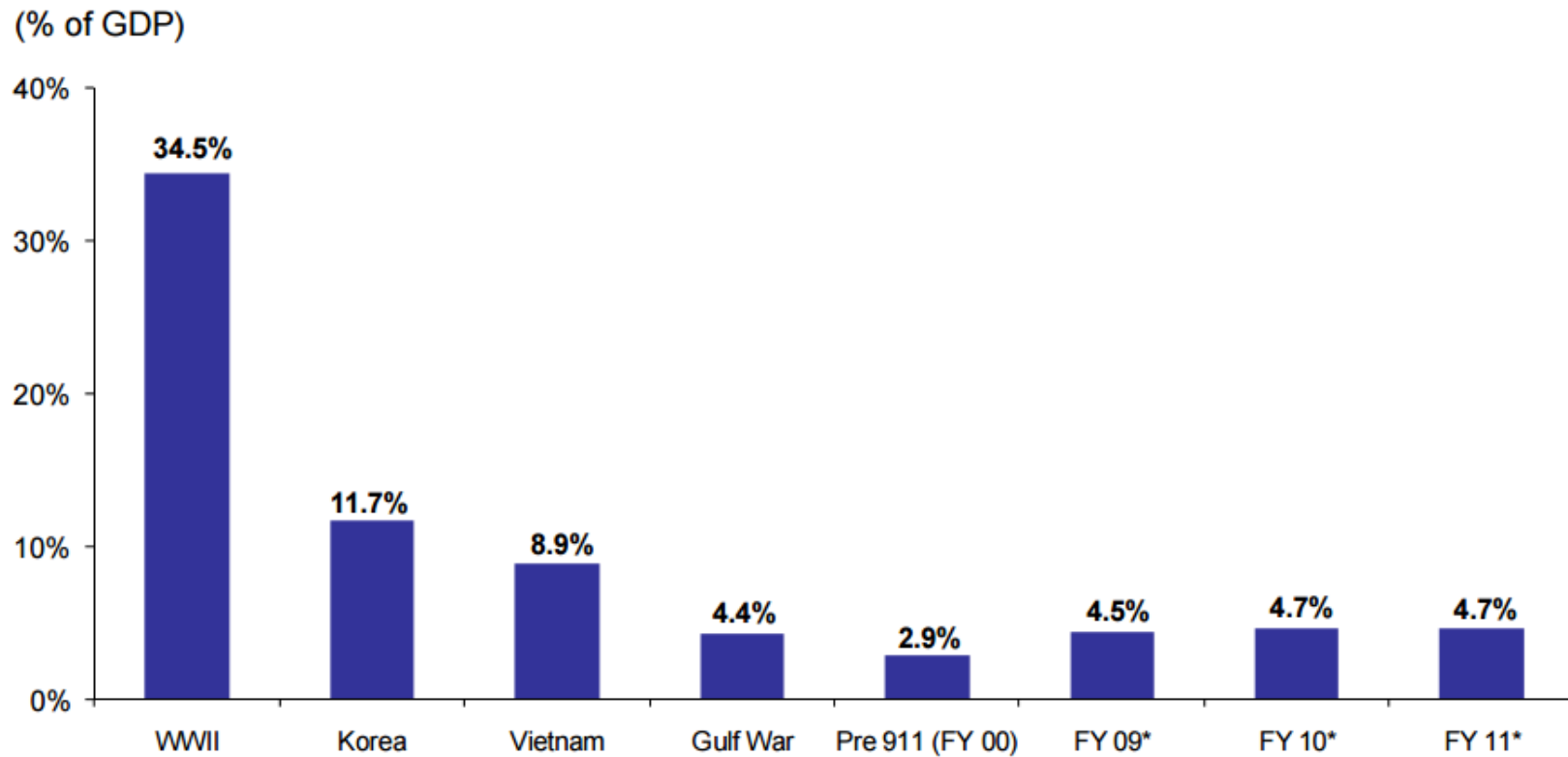
Gráfico que mostra a evolução da despesa militar dos EUA desde 1988. Fonte: Retirado de <http://www.cfr.org/defense-budget/trends-us-military-spending/p28855>

Anexo 20:



Fonte: http://www.usgovernmentspending.com/defense_spending

Anexo 21:



* Assumes GDP projections reflected in the President's FY 2011 Budget Request, February 2010

Peso do orçamento de defesa norte-americano em relação ao PIB em perspectiva histórica. Fonte: U.S. – Department of Defence (2010). *Fiscal Year 2011 Budget Request*. Retirado de <http://archive.defense.gov/news/d2010rolloutbrief1.pdf> (consultado a 6 de Outubro de 2016).

Anexo 22:

FY 2016 – FY 2020 TOPLINE

The historical funding picture is summarized in Figure 1-2:

Figure 1-2. Department of Defense Topline Since September 11th Attacks

(\$ in billions)	FY 2001	FY 2002	FY 2003	FY 2004	FY 2005	FY 2006	FY 2007	FY 2008
Base	287.4	328.2	364.9	376.5	400.1	410.6	431.5	479.0
OCO	22.9	16.9	72.5	90.8	75.6	115.8	166.3	186.9
Other	5.8	--	--	0.3	3.2	8.2	3.1	--
Total	316.2	345.1	437.5	467.6	478.9	534.5	600.9	665.9

(\$ in billions)	FY 2009	FY 2010	FY 2011	FY 2012	FY 2013	FY 2014	FY 2015	FY 2016
Base	513.2	527.9	528.2	530.4	495.5	496.3	496.1	534.3
OCO	145.7	162.4	158.8	115.1	82.0	84.9	64.2	50.9
Other*	7.4	0.7	--	--	0.1	0.2	0.1	--
Total	666.3	691.0	687.0	645.5	577.6	581.4	560.4	585.3

*Other non-war supplemental funding

Numbers may not add due to rounding

Fonte: http://dcmo.defense.gov/Portals/47/Documents/Publications/Annual%20Performance%20Plan/FY2016_Performance_Budget.pdf